



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Formação de Professores

## **O governo JK nas páginas do Correio da Manhã (1956-1961)**

Daiana Maciel Areas

São Gonçalo

2013

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Formação de Professores

## **O governo JK nas páginas do Correio da Manhã (1956-1961)**

Daiana Maciel Areas

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Letícia Corrêa

São Gonçalo

2013

Daiana Maciel Areas

## **O governo JK nas páginas do Correio da Manhã (1956-1961)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em de 2013.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Letícia Corrêa  
UERJ

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sylvia Regina Bastos Nemer  
UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucia Grinberg  
UNIRIO

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Gelsom Rozentino de Almeida (Suplente)  
UERJ

São Gonçalo

2013

*Para Júlio César e Guilherme (in memoriam).*

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho intelectual nunca é feito individualmente. Diversas pessoas colaboram, direta ou indiretamente, para o sucesso do trabalho. Nada mais justo do que lhes dar o crédito que merecem.

Agradeço a professora Maria Letícia Corrêa pela orientação durante estes dois anos e pelos muitos e-mails trocados e conversas no final da tarde. Por toda compreensão nos momentos mais difíceis e pela solicitude com que respondeu cada uma das minhas muitas questões.

A professora Sylvia Nemer e ao professor Gelson Rozentino, agradeço as sugestões e intervenções oportunas, que ajudaram a enriquecer este trabalho.

Aos meus pais Edma e Adilson, por todo carinho, dedicação e incentivo, meu muito obrigado. Não seria possível chegar até aqui sem a ajuda de vocês.

Aos meus amigos e familiares, por compreenderem, embora não sem reclamar, minhas ausências.

Agradeço a Júlio César, com que sou ligada na vida e na paixão pela História por todo companheirismo, compreensão e carinho durante esse período. Por ouvir, mais que qualquer um, minhas dúvidas e certezas. Sempre me acalmando nos momentos mais críticos desse caminhar. Essa trajetória se finaliza com você ao mesmo tempo em que começamos a nos aventurar por outro caminho inesperado ligados por amor ao Caio, fruto de um relacionamento que se inicia todos os dias.

Agradeço ainda meu avô Guilherme (*in memoriam*) sem ele esse caminhar não seria o mesmo. A escolha pela profissão e do período pesquisado só se deu pelas conversas no final das tardes entre uma adolescente e um homem apaixonado pela vida, experiências e leituras. A solidez dessa trajetória se deu por esses momentos que infelizmente não voltam.

Nada foi mais corruptor para a classe operária alemã do que a opinião de que ela nadava com a corrente. O desenvolvimento técnico era visto como o declive da corrente, na qual ela supunha estar nadando. Daí só havia um passo para crer que o trabalho industrial, que aparecia sob os traços do progresso técnico, representava uma grande conquista política.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*, 1940.

Continuo acreditando que, num determinado momento, jornalismo e política se confundem, se completam, se juntam indissolavelmente.

FERNANDES, Hélio. PN, 20/08/1957.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é, a partir da análise de editoriais e artigos do *Correio da Manhã*, no período de 1956 a 1961, discutir as relações entre modernização da imprensa e política, face à persistência do discurso combativo do jornal sobre temas da política nacional. A segunda metade dos anos 1950 foi marcada pelo debate do nacional-desenvolvimentismo, associado ao período de governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o qual foi acompanhado, por sua vez, pela modernização da imprensa, caracterizada pela busca de imparcialidade do discurso, por mudanças editoriais e pelo melhoramento gráfico. Articulando a análise dos textos de imprensa às modificações vividas no Brasil, apontamos para a impossibilidade de considerar ideologia, técnica, profissionalização e disciplina como termos contraditórios, de acordo com os sentidos que assumiram no período.

Palavras-chave: Imprensa; modernização; desenvolvimento; *Correio da Manhã*.

## ABSTRACT

The aim of this dissertation is, based on the analysis of editorials and articles of *Correio da Manhã*, in the period 1956-1961, discuss the relationship between press, modernization and politics, through the newspaper's texts about Brazilian politics. The second half of the 1950s was characterized in Brazil by the debate of national developmentalism, associated with the Juscelino Kubitschek's administration (1956-1961), which was followed by the modernization of the press, characterized by the pursuit of impartiality of discourse, editorial changes and graphic improvement. Correlating the analysis of media texts to changes experienced in Brazil, we point to the impossibility of considering ideology, technique, professionalism and discipline as contradictory terms, according to the senses that they assumed in the period.

Keywords: Press; modernization; development; *Correio da Manhã*.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. IMPRENSA E CAMPO POLÍTICO NA SEGUNDA METADE DOS ANOS 1950</b> .....	17
1.1 Esfera pública, campo político e imprensa periódica .....	17
1.2 O campo político brasileiro nos anos 1950 .....	24
1.3 Modernização de imprensa brasileira nos anos de 1950 .....	30
1.4 O <i>Correio da Manhã</i> .....	43
<b>2. LEITURAS DO <i>CORREIO DA MANHÃ</i> SOBRE O GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK (1956-1961)</b> .....	51
2.1 A crise política e a eleição de Juscelino Kubitschek em 1955 .....	51
2.2 O país sob uma “nova era”: a vitória do projeto nacional-desenvolvimentista .....	58
2.3 Implementação do programa nacional-desenvolvimentista .....	61
2.4 Meta síntese: a construção de Brasília e o esvaziamento político do Rio de Janeiro .....	76
<b>3. OS INTELLECTUAIS DO <i>CORREIO DA MANHÃ</i> – COMO SE ESTRUTURARA O AMÁLGAMA ENTRE IMPRENSA E POLÍTICA</b> .....	82
3.1 Profissionalização do trabalho jornalístico nos anos 1950 .....	82
3.2 O <i>Correio da Manhã</i> e a “voz do dono” .....	88
3.3 A redação do <i>Correio da Manhã</i> e os jornalistas que fizeram a “ortografia da casa” .....	93
3.4 O jornalismo e os jornalistas intelectuais .....	108
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	112
<b>FONTES</b> .....	115
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	117

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado de pesquisas e reflexões sobre o jornalismo brasileiro dos anos 1950. Voltado inicialmente para o tema específico das relações entre o jornalismo e a política, mais precisamente o olhar do *Correio da Manhã* sobre a política desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), o trabalho de pesquisa nos indicou a necessidade de compreender e analisar qual foi o estatuto, simultaneamente concreto e simbólico, atribuído ao jornalismo daquele período.

Partindo de estudos, textos e memórias de jornalistas em atividade naquele momento, dentro e fora do *Correio da Manhã*, procuramos analisar o movimento que atribui sentido à atividade jornalística para que possamos apontar as discussões às quais damos destaque na dissertação. A primeira questão diz respeito ao “modelo” de jornalismo que se afirmou naquele momento; outra, refere-se ao posicionamento do *Correio da Manhã* quanto às políticas implantadas por JK em seu governo; e, por último, ao papel desempenhado pelo jornalista na afirmação ou negação dessas proposições.

Nosso recorte cronológico restringe o trabalho à segunda metade dos anos 1950, porém retoma elementos da segunda metade dos anos 1940 e da primeira metade dos anos 1950 para entender as questões que envolvem esse debate e que estão vinculadas à afirmação de um novo jornalismo, mais “técnico” e “racionalizado”, no bojo da *modernização* em amplos setores do país que incluiu também a atividade jornalística.

As fronteiras entre o “velho” e o “novo”, demarcadas nos textos escritos e publicados no *Correio* durante os anos 1950, indicam, em geral, a convivência entre uma percepção progressiva da história e uma percepção da política. O jornal e os textos dos seus jornalistas constituem as fontes consultadas, utilizadas em busca de informações sobre o tema e o contexto selecionado para a pesquisa, já que percebemos que o jornalismo tem que ser compreendido como prática integrante, que envolveu, naquele período, esforços para a constituição de identidades e referenciais de valor e credibilidade e que procurou resguardar, para sua própria atividade, um lugar de destaque em diversas esferas da vida nas sociedades modernas: trabalho de “informação”, no qual são indiscerníveis a estética e a política; atuação profissional; e a produção e registros simbólicos, além dos projetos específicos nos quais o *Correio da Manhã* está ancorado.

Para análise do posicionamento do *Correio da Manhã* frente ao debate sobre o desenvolvimento do país na segunda metade da década de 1950, o trabalho destacou que, neste período, ganhou força o projeto desenvolvimentista, atrelado ao programa do governo

de Juscelino Kubitschek, eleito em 1955. Ressaltamos que a imprensa desse período passou por um momento de transição técnica e ideológica e também de adequação das empresas jornalísticas ao mercado publicitário, crescente na época. Adotou-se, nesse período, uma linguagem mais “objetiva”, no lugar do chamado jornalismo de “combate”, “agressivo”, produzido desde os primórdios da imprensa brasileira, o que não desvinculou os periódicos dos diversos atores do cenário político supramencionado.

As modificações gráficas e editoriais da imprensa podem ser atreladas ao momento de consolidação do capitalismo industrial, que se deu a partir de meados da década 1950 e esteve ligado ao projeto “nacional-desenvolvimentista”. Esse momento caracterizou-se pela “euforia” do cenário mundial do pós-guerra e da vitória da democracia. No Brasil, fazia pouco tempo se havia comemorado o fim da ditadura “*estadonovista*”, iniciando-se uma busca pelo “tempo perdido”. O *slogan* do governo JK, “*50 anos em cinco*”, melhor representou o que poderíamos chamar de uma corrida para atingir a meta central – o desenvolvimento econômico.

Nesse período, o debate em torno do melhor projeto de desenvolvimento ganhou força convergindo, grosso modo, em três vertentes/correntes ideológicas: 1) o projeto “neoliberal”, que defendia a participação do capital estrangeiro no processo de industrialização, associado à União Democrática Nacional (UDN); 2) o projeto “nacionalista radical”, contrário à inserção de capital estrangeiro, ligado a grupos getulistas e a setores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Comunista do Brasil (PCB); e 3) o projeto nacional-desenvolvimentista, que defendia o investimento estrangeiro, sob regulação do Estado.

A vertente nacional-desenvolvimentista saiu vitoriosa com a eleição de Juscelino Kubitschek, em 1955. Nesse momento, ganhou destaque a chamada “utopia nacional-desenvolvimentista”, pela crença no fim ao atraso econômico. Industrialização, urbanização e tecnologia foram palavras de ordem do momento. Para além dos projetos de desenvolvimento defendidos no campo político, havia o debate nos núcleos ligados à intelectualidade representados pelos meios de comunicação e pelas ciências em geral, principalmente pelos homens ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Para colocar em prática o projeto nacional-desenvolvimentista, Juscelino Kubitschek, buscou base política na aliança entre o Partido Social Democrático (PSD), do presidente, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do vice-presidente João Goulart. O PSD se caracterizava por ser um partido conservador e de base ruralista, já o PTB era ligado a grupos trabalhistas, em maior parte no meio urbano.

A maior legenda de oposição à política de desenvolvimento juscelinista era a União Democrática Nacional (UDN), tendo como uma de suas principais lideranças o jornalista e político Carlos Lacerda e sendo norteadada pelo combate ostensivo à herança política e ideológica de Getúlio Vargas. O partido de Lacerda conquistou eleitores sensíveis ao discurso de defesa da moralidade pública, mas também disputava no campo político a hegemonia conquistada pelo PSD, legenda do presidente JK.

A constituição da base partidária governista e seu embate com a oposição foram marcados por um tenso quadro político e social, face às disputas de interesses de grupos que divergiam quanto à defesa dos projetos para desenvolvimento do país e em relação ao nacionalismo. A vitória do nacional-desenvolvimentismo, a partir da gestão do presidente Kubitschek, conciliou uma nova tendência combatendo o radicalismo nacionalista do grupo varguista e freando as ideias liberais na implantação da política econômica. Nesta posição, como assinalado, considerava-se o capital estrangeiro uma necessidade vital para o desenvolvimento do país, sem ingerência do Estado, o que não ocorreu no governo JK, uma vez que este abre a economia ao capital estrangeiro para investimentos, mas os submete aos ditames da política desenvolvimentista, sob controle do Estado.

Podemos considerar assim que, ao longo dos anos 1950, partidos políticos, sindicatos e imprensa cerram fileiras em torno do projeto nacional-desenvolvimentista. O *Correio da Manhã*, por exemplo, colocou-se como um veículo de comunicação de perfil liberal e ativamente defensor do desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, o trabalho visou desenvolver a discussão sobre o amálgama imprensa, política e debate de ideias no meio intelectual, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Seu objetivo precípua foi analisar o posicionamento do *Correio da Manhã* frente aos projetos defendidos pelo governo eleito democraticamente, em 1955.

A pesquisa buscou contribuir para a ampliação do olhar sobre as “ações partidárias” da imprensa, tendo em vista que os veículos de comunicação são “partes ativas do processo histórico”, pela consideração de que a análise das manifestações do *Correio da Manhã* face aos projetos de desenvolvimento nos permite entender que o periódico funcionava como um “aparelho representante da vontade coletiva”, no sentido proposto por Antonio Gramsci.

A imprensa não se viu alheia ao processo de transformações então vividas pelo país e passou por profundas transformações, com modificações no âmbito redacional, gráfico e editorial, o que pode ser exemplificado com as reformas do *Diário Carioca* (1950) e do *Jornal do Brasil* (1956) e com o surgimento ou a consolidação de outros órgãos como *A Tribuna da Imprensa* (1949) e *Última Hora* (1951). Tais reformas são entendidas como ponto

chave para início de uma nova fase na imprensa brasileira, no sentido da sua modernização e chegada a um novo padrão empresarial.

A historiografia que analisa esse panorama enfatiza que tais mudanças foram necessárias para dinamizar a veiculação de notícias. Porém, enfatizamos que a imprensa se colocou, desde seus primórdios, como um instrumento da luta política, direcionando-se de acordo com interesses partidários e diante da ordem política em questão. Dessa forma, os textos de imprensa sempre foram marcados pela intensidade e pela polêmica. O entendimento do papel desempenhado pelo *Correio da Manhã*, na segunda metade da década de 1950, se torna relevante para o conhecimento das relações entre imprensa e política no período.

O *Correio da Manhã* afirmava-se como veículo “apartidário” e a favor da legalidade. Demonstrou, no entanto, nesse sentido, ser um dos periódicos mais influentes frente ao debate político, estabelecendo polêmicas com folhas mais expressamente vinculadas a posições partidárias, como a *Tribuna da Imprensa*, *O Estado de S. Paulo* e *Última Hora*.

Do ponto de vista acadêmico, essa pesquisa se fez necessária se considerarmos que a historiografia produzida sobre imprensa nas duas últimas décadas enfatizou a transição gráfica e editorial do período, caracterizando-o pela adoção de uma linguagem mais “objetiva”, sobretudo após a crise política que marcou o final do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Essa argumentação foi enfatizada na coletânea organizada por Alzira Alves de Abreu, *Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50* (1996), que ampliou nosso olhar para a história da imprensa brasileira, por evidenciar como se deu, então, a teia de influências entre o campo político e os veículos de comunicação.

Outras obras mais recentes, como *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos de 1950* (2007), de Ana Paula Goulart Ribeiro, o livro organizado por Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins, editado por ocasião do bicentenário do surgimento da imprensa brasileira, *História da Imprensa no Brasil* (2008), *História Cultural da Imprensa: 1900 – 2000* (2007), de Marialva Barbosa, e o artigo de Ana Paula Goulart Ribeiro, “Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950” (2002), também relacionam as profundas transformações do jornalismo brasileiro, sobretudo carioca, e a consolidação do capitalismo industrial, impondo a adequação das empresas jornalísticas ao mercado consumidor e publicitário em crescimento. O debate sobre a representação dos periódicos como “aparelhos de defesa de hegemonia política e cultural” não foi alargado nessas análises.

Outras obras que têm como objeto o governo Juscelino Kubitschek, tais como *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política* (1976), de Maria

Victoria Benevides, *JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil* (2002), de Celso Lafer, e a coletânea organizada por Angela de Castro Gomes, *O Brasil de JK* (1991), se debruçaram sobre aspectos da política de desenvolvimento econômico, privilegiando a análise do programa de governo baseado nas metas estabelecidas em campanha, além de enfatizarem a importância da aliança partidária, entre o PSD e PTB, para a garantia da estabilidade.

As obras supramencionadas não avaliaram o papel da imprensa como veículo de divulgação ou questionamento dessas metas. Quando o tema imprensa foi abordado, limitaram-se a definir os periódicos que foram de oposição e os defensores do projeto desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, não sendo seu objeto o “facciosismo” do campo político e suas relações com os veículos de comunicação.

Por outro lado, a historiografia sobre história da imprensa abordou de maneira geral as modificações gráficas necessárias para adequação ao mercado publicitário, mas não privilegiou as relações entre imprensa e o campo político.

Essa pesquisa, distintamente, tem como cerne oferecer uma contribuição para o entendimento *Correio da Manhã* como um veículo de difusão de ideias e defesa de projetos que beneficiaram o desenvolvimento econômico do país.

O *Correio da Manhã* foi objeto e fonte em diversos trabalhos acadêmicos, tais como a tese de Flávia Millena Biroli Tokarski, *Com a Corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950* (2003), que debate a lei de imprensa e a democracia no período da crise política após a morte de Vargas, usando com fontes os periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*. Também especificamente sobre o mesmo jornal, devem ser mencionadas a dissertação de mestrado de Gil Vicente Vaz Oliveira, *Imagens subversivas: regime militar e o fotojornalismo do Correio da Manhã (1964-1969)*, a dissertação de mestrado de Marcelo Nogueira de Siqueira, *Estudantes X Polícia: o Movimento Estudantil da Guanabara e suas manifestações de protesto entre 1964 e 1968. O olhar do Correio da Manhã, do Governo Federal e dos Militares* e o livro *Um jornal assassinado*, de Jeferson de Andrade, as duas obras tendo como recorte cronológico e objeto o período da ditadura civil militar (1964-1985).

Portanto, não foram localizados estudos tendo por objeto específico a atuação do *Correio da Manhã* no período do governo de Juscelino Kubitschek, o que é feito nesse trabalho tanto pela análise do posicionamento do jornal em relação à política de desenvolvimento como pela consideração do processo de transição técnica que a imprensa brasileira vivenciou ao longo da década de 1950.

Os periódicos se caracterizam por ser um lugar privilegiado da construção dos sentidos para o presente e também como prática de memorização do acontecimento social. Desse modo, é importante refletir sobre a maneira como ocorre articulação entre imprensa e política, demonstrando as diferentes forças capazes de produzir representações históricas e a busca de conexões com os grupos dominantes.

A pesquisa levou em conta editoriais e artigos publicados em períodos específicos, desde o processo eleitoral do ano de 1955, que culminou com a vitória de Juscelino Kubitschek, seguindo-se a implantação do projeto desenvolvimentista, o debate e criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o debate e a execução do projeto de transferência da capital federal para o Centro Oeste, e entre outros marcos selecionados do governo de Kubitschek.

Para dar conta das questões propostas, a dissertação foi estruturada em três capítulos.

No primeiro Capítulo - *Imprensa e campo político na segunda metade dos anos 1950* – fizemos uma discussão da historiografia, incluindo tanto trabalhos contemporâneos quanto obras escritas por autores que testemunharam a modernização das empresas jornalísticas na segunda metade da década de 1950, abordando o processo que incluiu mudanças na apresentação gráfica e na produção técnica dos diversos jornais que integravam a chamada “grande imprensa” – *Tribuna da Imprensa, Última Hora, Jornal do Brasil, Correio da Manhã*, entre outros – como também as transformações do padrão editorial que acompanhou o processo de profissionalização do jornalismo.

A análise foi embasada por meio do arcabouço teórico de Antonio Gramsci, com os conceitos de hegemonia, sociedade política, sociedade civil e aparelho privado de hegemonia, nos apontamentos de Jurgen Habermas sobre o conceito de esfera pública e nas categorias de campo político, campo jornalístico e *habitus*, de Pierre Bourdieu. Nesse panorama, buscou-se situar o papel desempenhado pelo *Correio da Manhã*, periódico considerado pela historiografia da imprensa como importante veículo de difusão de ideias e do debate político no período.

O segundo capítulo - *Leituras de O Correio da Manhã sobre o governo Juscelino Kubitschek* – trabalhou com a análise de editoriais e artigos de opinião editados no *Correio da Manhã* ao longo do governo de Juscelino Kubitschek, referidos ao tema da política de desenvolvimento. Para tanto, foram levantados editoriais e artigos de opinião editados em datas e períodos imediatamente posteriores a eventos tais como a apresentação e aprovação de legislação relativa à implantação do Programa de Metas e da criação e construção de Brasília, tendo sido selecionados quatorze eventos relativos ao Programa, entre 1956 e 1961.

O levantamento e a análise do jornal foi complementado pela consulta a obras de referência sobre o governo JK, com destaque para a política de desenvolvimento implementada pelo governo. O ambiente intelectual que marcou o debate sobre a política de desenvolvimento, bem como os grupos que estavam atrelados à discussão sobre o nacionalismo e o projeto de desenvolvimento do país, também foi analisado.

No terceiro capítulo - *Os intelectuais do Correio da Manhã – Como se estrutura o amálgama entre imprensa e política*, foi traçado o perfil de alguns profissionais do *Correio da Manhã* que se destacavam na administração e no debate referente aos temas da política e em especial aos projetos para o desenvolvimento do país. Esse perfil foi analisado a partir de memórias, informações sobre a biografia dos jornalistas selecionados e entrevistas transcritas na bibliografia secundária e na produção acadêmica que abordou a atuação dos jornalistas, e foi pautado pela perspectiva teórica fornecida pela leitura de textos de Antonio Gramsci, em especial relativos aos conceitos de intelectual orgânico.

## 1 – IMPRENSA E CAMPO POLÍTICO NA SEGUNDA METADE DOS ANOS 1950

Neste capítulo será efetuada uma breve análise sobre a modernização da imprensa brasileira na década de 1950, a partir de uma reflexão sobre o jornalismo e suas relações com o campo político. Sendo a imprensa fonte e objeto deste trabalho, é importante entender o processo de transformação então vivido pelos principais veículos. Para tal objetivo, embasaremos nossa análise nos apontamentos de Jurgen Habermas sobre o conceito de esfera pública, na referência às categorias de campo político, campo jornalístico e *habitus*, propostas por Pierre Bourdieu, e no emprego do arcabouço teórico de Antonio Gramsci, em especial pela referência aos conceitos de hegemonia, sociedade política, sociedade civil e aparelho privado de hegemonia. O processo de modernização a que fazemos referência será abordado por meio da análise do matutino carioca *Correio da Manhã*, discutindo-se as relações entre a modernização da imprensa e campo político face à persistência do discurso combativo desse jornal sobre temas da política nacional.

### 1.1. Esfera Pública, campo político e imprensa periódica

Nesta seção será levado em conta o papel de destaque da imprensa periódica nos debates sobre temas políticos e econômicos nos anos de 1940 e 1950. Essa característica está ligada ao próprio desenvolvimento da imprensa brasileira, que surgiu, no século XIX, “em meio a uma densa trama de relações” tendo por tarefa participar, ordenar e noticiar o “momento público”, no âmbito de intensas transformações políticas e sociais<sup>1</sup>. Desta forma, podemos enfatizar que a imprensa brasileira se colocou desde seus primórdios como um instrumento de luta política, comportando-se e conduzindo-se de acordo com os interesses nela representados.

Para análise do processo de modernização utilizaremos o conceito de “esfera pública”, proposto por Jurgen Habermas<sup>2</sup>, entendido como um espaço “livre”, onde os cidadãos encontram-se para debater e desenvolver percepções e decisões sobre sua vida cotidiana. Para Habermas, à medida que a burguesia letrada se desenvolvia simultaneamente com a ordem capitalista, separando-se o domínio privado do “espaço público”, aumentavam em número e importância os locais públicos para debate, lazer e sociabilidade.

---

<sup>1</sup> MOREL, Marco. O surgimento da imprensa no Brasil: questões atuais. *Maracanan*, n. 3, 2005-2007. p. 26.

<sup>2</sup> HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 15.

Nos espaços de sociabilidade exemplificados em ambientes públicos como cafés, salões, lojas maçônicas, clubes de leitores, casas de espetáculos e nos jornais e demais periódicos surgiam novas formas de civilidade que funcionavam como um instrumento de ligação entre a política institucional e a população. Para Habermas, a imprensa é um dos principais órgãos da esfera pública burguesa.<sup>3</sup>

Podemos considerar que a esfera pública burguesa dialoga com o campo político e os indivíduos que nele atuam na defesa de seus interesses. No entendimento de Pierre Bourdieu, o campo político seria simultaneamente um “campo de forças” e um “campo de lutas permanentes”. O objetivo daqueles que atuam no campo político, segundo autor, é transformar a relação de forças que o estruturam em um determinado momento, ou seja, é alterar a estrutura existente, sendo a vontade de atingir o poder, nele, central.<sup>4</sup>

Na concepção de Bourdieu, “campos” são espaços definidos por relações desiguais e por dinâmicas permanentes de disputas entre os agentes que se afrontam em estratégias de acumulação ou monopólio de um tipo específico de capital, para conservar ou transformar a estrutura do campo. Definem-se então “leis próprias” de funcionamento, que transformam os campos em espaços relativamente autônomos. Vale destacar que a lógica de cada campo pode ser definida pela posição que este ocupa numa teia de relações de dominação, estabelecida pela relação com outros campos. Por isso, podemos analisar o espaço jornalístico situando-o numa rede de dependência com os campos políticos, econômico e intelectual.

Bourdieu explica que, no campo político, a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social permite analisar a vida política do ponto de vista da oferta e da procura. Dessa forma, o sociólogo define o campo político como:

(...) o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal-entendidos tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.<sup>5</sup>

O campo político exerce um primeiro “efeito de censura”<sup>6</sup>, ao limitar o universo do discurso político e, simultaneamente, o universo daquilo que é politicamente “pensável”, num espaço restrito de discursos que são produzidos ou reproduzidos no espaço político, demarcador de tomada de posições. Para Bourdieu, a intenção política (os objetivos) só se

---

<sup>3</sup> *Idem.* p. 16.

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 163.

<sup>5</sup> *Idem.* p. 164.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. La representation politique: éléments pour une théorie du champ politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 36-37, 1981. p. 18.

constitui com o estado do jogo político num momento determinado e, concretamente, no universo das técnicas de ação e de expressão à disposição do ator político.<sup>7</sup> Destacamos que, nesse sentido, que o acesso ao campo político é restrito a um pequeno número de indivíduos. Pode-se então considerar que a imprensa se insere nesse campo como ator político, delineando discursos legitimadores, produzindo igualmente programas e análises da conjuntura política, social ou econômica.

Para Bourdieu, o político só adquire sentido enquanto produto de relações sociais, o qual encerra o ponto de vista dos indivíduos que nele participam, das redes que estes estabelecem e das interações que mantêm no dia a dia. O *efeito de censura* estabelecido pelo campo político afeta as decisões políticas e partidárias, que estão constantemente sujeitas a pressões e a controles vindos do interior do campo (diversos núcleos partidários em luta e grupos que têm interesses políticos) e do exterior (o eleitorado, os meios de comunicação, entre outros).<sup>8</sup>

As tomadas de decisão e/ou escolhas mediadas dependem do sistema (concorrencial), e serão propostas pelos partidos políticos antagônicos, ou seja, surgirão da problemática política como campo de possibilidades estratégicas objetivamente oferecidas à escolha dos agentes (políticos), sob a forma de posições ocupadas e de tomadas de posição propostas “no campo e pelo campo”. Então, o campo político, nomeadamente o dos partidos políticos, não tem qualquer existência senão relacionalmente.

Podemos afirmar ainda que o campo político exerce, para além de uma ação de censura, uma ação pedagógica sobre os agentes que nele se movem, fazendo com que eles adquiram o conjunto de saberes importantes à sua correta integração no conjunto das relações sociais em que se movem. Para além das relações desenvolvidas no campo político, Bourdieu destaca que a imprensa é um dos seus principais meios de legitimação.

Remetendo-nos ao entendimento de Bourdieu sobre os campos político e jornalístico<sup>9</sup>, pretendemos compreender como se deu o processo de modernização do jornalismo brasileiro na década de 1950 e, nele, como evoluiu o debate sobre o desenvolvimento econômico do país.

As dinâmicas que estruturaram o campo jornalístico nos anos 1950 foram produzidas no âmbito micro social, no qual cada jornalista interiorizou lógicas de funcionamento da sua atividade, orientando estratégias de manutenção e subversão de suas posições através do

---

<sup>7</sup> *Idem.* p.18.

<sup>8</sup> *Idem.* p.20.

<sup>9</sup> BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

capital (econômico, social e simbólico) de que dispunha. Partindo dessa premissa, podemos explicar a diversidade de posturas e trajetórias evidenciadas no jornalismo no período.

Para a compreensão do fenômeno da influência da política na produção jornalística ou vice versa, além do entendimento sobre os conceitos de campo político e campo jornalístico, temos que ressaltar a categoria de *habitus*, também proposta por Pierre Bourdieu. Na compreensão do sociólogo francês, esta se situa numa “junção” entre o subjetivismo e o estruturalismo, a qual “integra dialeticamente a ação e a estrutura, o *habitus* e o campo, em mesmo sistema de reprodução, superando, assim, a oposição entre o subjetivismo e o objetivismo, mas dando-lhe um deslocamento claramente objetivista”.<sup>10</sup>

O *habitus* de um determinado campo consiste em um conhecimento adquirido, que pode ser apreendido de maneira explícita ou implícita, sendo que é particular ao indivíduo e ao mesmo tempo coletivo e está sempre ligado à determinada “classe” específica.<sup>11</sup> Destacamos que, de um lado, existe o *habitus* individual, que é o arranjo característico de um indivíduo, onde a diferenciação se encontra na trajetória social de cada um em particular. Vale destacar que também se faz presente o *habitus* de classe, ou grupo, que inclui as características de um grupo, compartilhadas por vários indivíduos.

O *habitus* está condicionado a um campo, que o molda sobre suas características e que baliza a cultura e as ações sociais de determinados indivíduos. Os agentes dispõem de um mesmo capital e com isso entendem e internalizam as regras básicas, a linguagem específica de um campo. Podemos assim entender que o *habitus* é fruto de uma obediência inconsciente a regras, sejam elas de um determinado campo ou comuns a mais de um.<sup>12</sup> O conceito de *habitus* está intrinsecamente ligado ao conceito de campo. Bourdieu destaca que a ênfase está na estrutura e o *habitus* é definido pelas normas do campo específico em que está inserido, sendo, portanto, a “interiorização da objetividade social que produz uma exteriorização da interioridade. Não só está inscrito no indivíduo, como o indivíduo se situa em um determinado universo social: um campo que circunscreve um *habitus* específico”.<sup>13</sup> Por esse motivo, o campo pode ser definido da seguinte maneira:

Como um sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõem “naturalmente” aos agentes que dele participam. Esses agentes, por sua vez, interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras, também de maneira “natural”, em suas práticas [ou *habitus*]<sup>14</sup>

<sup>10</sup> VANDENBERGUE, F. Construção e crítica na nova sociologia francesa. *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 2, mai.-ag. de 2006, p. 323-324.

<sup>11</sup> ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais, n.39).

<sup>12</sup> BARROS FILHO, C. de e MARTINO, L. M. S. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003. p. 21.

<sup>13</sup> HERMANO, R. T. C. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *RAP*, jan-fev de 2006, p. 27-55.

<sup>14</sup> MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*. Revista de Cultura Política, v. 56,

Os campos relacionam-se entre si através do *habitus*, ou seja, da mediação entre os agentes sociais. O homem e sua história que aparece como o aprendizado do passado que funciona para orientar a ação, na medida em que é produto das relações sociais.

Assim, o *habitus* coletivo ou de classe pode reforçar características peculiares de um determinado campo. No campo jornalístico, por exemplo, os agentes (os jornalistas) têm uma visão de mundo em comum e o *habitus* jornalístico se constrói a partir da autocrítica dos agentes envolvidos no próprio campo. O profissional se molda, portanto, por meio da prática da crítica e da busca de um “bom jornalismo”. Além disso, a referida crítica é uma garantia de independência do campo.<sup>15</sup>

Podemos compreender o jornalismo como campo destacando-o como um sistema social voltado para a produção de informação sobre um determinado momento. O prestígio e o reconhecimento profissional estariam associados à capacidade, demonstrada por cada um dos jornalistas, de obter informação de qualidade, relevante, com rapidez e – grau supremo de “distingão” – exclusiva; de redigi-la de maneira apropriada; de publicá-la e de produzir com ela um efeito na realidade.<sup>16</sup>

Para Antonio Gramsci, tais mediações se dão através do consenso, da busca da liderança cultural e política ideológica da classe ou fração de classe sobre outras dentro da esfera social,<sup>17</sup> ou seja, da imposição da hegemonia, obtida e consolidada em embates que vinculam questões da estrutura econômica e de organização política, podendo envolver, contudo, questões ético-culturais como, por exemplo, modos de representação e ideias que se deseja legitimar e universalizar.

No entendimento de Gramsci, a hegemonia pode ser “aparelhada” por uma classe que conduz a constituição de um bloco histórico que articula e dá coesão a diferentes grupos sociais em torno da criação de uma vontade coletiva, entendida, na concepção do autor, como “consciência operosa” da necessidade histórica. Assim, a conquista da hegemonia ocorre dentro de duas esferas no interior da superestrutura em conflito. Segundo Gramsci, a primeira, representada pela sociedade política<sup>18</sup>, é o conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, identificada aos aparelhos de coerção sob controle dos grupos burocráticos unidos às forças armadas e policiais e à

---

2002, p. 155-184.

<sup>15</sup> BARROS FILHO, C. de e MARTINO, L. M. S. *Op. cit.*, p. 23.

<sup>16</sup> GOMES, W. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004. p. 53.

<sup>17</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3, p. 16.

<sup>18</sup> *Idem*. p. 17.

aplicação das leis. A sociedade política seria, portanto, o “aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção.”<sup>19</sup>

Já a sociedade civil é entendida como o conjunto de instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo, compreendendo o sistema escolar, a Igreja, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação e as instituições de caráter científico e artístico, entre outras.

Sociedade civil e sociedade política se diferenciam, mais especificamente, na reprodução das relações de poder. Na sociedade civil, as classes procuram ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso. Na sociedade política, as classes impõem uma dominação fundada na coerção. Em suma, formam o Estado em sentido amplo: sociedade política mais sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção.<sup>20</sup>

Na perspectiva gramsciana, a sociedade civil reúne as ideologias que circulam pelo espaço histórico na busca de fixar a sua força, ou seja, para firmar a sua capacidade de expressar concepções de mundo com o objetivo da sua realização histórica. A sociedade civil se habilita como espaço de hegemonia.

Ao definir sociedade civil como “arena da luta de classes”, Gramsci destaca que esta esfera se desdobra em múltiplas relações de poder e de contradições, lugar de disputas de sentidos entre forças e grupos sociais, “esfera pluralista de organizações, de sujeitos coletivos, em luta ou em aliança entre si, (...) espaço da luta pelo consenso, pela direção político ideológica.”<sup>21</sup>

Podemos destacar que enquanto a sociedade política tem seu aporte material nas instâncias coercitivas do Estado, na sociedade civil agem os aparelhos privados de hegemonia, ou seja, organismos relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito, que desejam somar consensos e assentimentos em torno de suas proposições.<sup>22</sup>

Com o objetivo de legitimar e intensificar as reivindicações sociais, estes aparelhos coligam a imprensa, os sindicatos, as associações, os movimentos sociais, a escola e a Igreja. Funcionam assim como agentes da hegemonia, portadores das ideologias em busca de consolidar apoios na sociedade civil para sustentar a dominação ou para contestar os

---

<sup>19</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais: o princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 2, p. 20-21.

<sup>20</sup> *Idem*. p. 20-21.

<sup>21</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 18.

<sup>22</sup> GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.*, 2010. p. 20-21.

pressupostos da dominação. Funcionam como bases das ideias nas lutas ideológico-culturais. Contudo, nem sempre os aparelhos de hegemonia se enquadram como “privados”, visto que, em situações concretas, giram em torno do Estado, servindo de suportes às suas ideias e propagadores de certo senso comum pregado pelo bloco de classes hegemônicas. Gramsci enfatiza que “o Estado tem e pede o consenso, mas também educa este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados” (como a imprensa)<sup>23</sup>. Em qualquer exemplo, os aparelhos de hegemonia funcionam como divulgadores e bases de concepções particulares de mundo, que objetivam legitimar-se na sociedade civil.

Ao discorrer sobre a imprensa periódica, Gramsci destaca que a “arte da imprensa” revolucionou todo o mundo cultural, dando à memória um subsídio de valor inestimável e permitindo uma extensão inaudita da atividade educacional.<sup>24</sup> O filósofo qualifica a imprensa como “a parte mais dinâmica da superestrutura ideológica”, caracterizando-a como “a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a frente teórica ou ideológica”<sup>25</sup>, isto é, como um suporte ideológico do bloco hegemônico. Na qualidade de aparelhos políticos ideológicos que organizam, expressam e integram percepções de mundo, os jornais e revistas exercem a função de “organizar e difundir determinados tipos de cultura”<sup>26</sup>, articulados de forma orgânica com determinado grupo social, homogêneo ou não, para a compreensão dos fatos.

Utilizando o conceito de aparelho privado de hegemonia, podemos situar os jornais como espaços para debate e defesa de ideias políticas, pois interferem, com objetivos específicos, na forma de verificação dos acontecimentos. Ao analisar a imprensa italiana, nas primeiras décadas do século XX, Gramsci enfatizou que a imprensa burguesa se movia em direção ao que pudesse agradar o gosto popular (e não ao gosto culto ou refinado), com o propósito de atrair “uma clientela continuada e permanente.”<sup>27</sup>

Os elementos sócios econômicos e ideológicos estão na base conceitual gramsciana de “jornalismo integral”, ou seja, “o jornalismo que não somente visa satisfazer todas as necessidades de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área de influência.”<sup>28</sup>

---

<sup>23</sup> *Idem.* p.119-120.

<sup>24</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. O Risorgimento: notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5, p. 67.

<sup>25</sup> GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.*, 2010. p. 78-79.

<sup>26</sup> *Idem.* p. 32-33.

<sup>27</sup> *Idem.* p. 218.

<sup>28</sup> *Idem.* p. 198-199.

A “integralidade” sugere a busca de uma essência política profunda, orgânica e interventiva, significando a prática partidária por outros meios. A essência do jornalismo integral seria a de “criar e desenvolver” em seu público leitor “necessidades”, a fim de suscitar esse público como agente ativo de classe.

Esse processo refere-se à atividade de mobilização e implica a ação articulada a outras forças políticas. Desta maneira, “se examinam todas as formas existentes de jornalismo e de atividade publicístico-editorial em geral, vê-se que cada uma delas pressupõe outras forças a integrar ou às quais coordenar-se ‘mecanicamente’.”<sup>29</sup> O “jornalismo integral” gramsciano é, portanto um elemento de organização e difusão cultural.

A Gramsci interessa o leitor em toda a sua concretude e densidade de determinações histórico políticas e culturais, de motivações éticas, como indivíduo e como expoente de uma associação humana, como depositário de recursos intelectuais latentes e como “elemento econômico”, ou seja, precisamente, como adquirente de uma mercadoria, de um produto.<sup>30</sup>

Na concepção gramsciana, “os jornais são organismos políticos e financeiros e não se propõem divulgar as belas-letas em suas colunas, a não ser que estas belas-letas aumentem a receita.”<sup>31</sup> Na procura de um jornalismo que gere conexões entre a formação da consciência crítica e a realidade, Gramsci sugere a combinação de elementos de informação e aclaração na produção dos discursos. O que é produzido deve “fazer pensar concretamente, transformar, homogeneizar, de acordo com um processo de desenvolvimento orgânico que conduza do simples senso comum ao pensamento coerente e sistemático.”<sup>32</sup>

Nesse sentido, interessa-nos a consideração dos jornais brasileiros na década de 1950, em especial o *Correio da Manhã*, como agente de mobilização política, integrado também ao mercado.

## 1.2. O campo político brasileiro nos anos 1950

A partir de 1945, o campo político brasileiro reestruturou-se com o advento do pluripartidarismo, abarcando o surgimento das novas legendas criadas por núcleos políticos “tradicionais” – como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), ligados direta e indiretamente à herança institucional de Getúlio Vargas – e por outras que almejavam estar no poder, como a União Democrática Nacional (UDN), estruturada sobre

<sup>29</sup> *Idem.* p. 197.

<sup>30</sup> OTTOLENGHI, Franco. Jornalismo. In: Vocabulário gramsciano: filosofia e questões teóricas. 2008. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/152-documento/246-vocabulariogramsciano>. Acessado em: 08 mar. 2013.

<sup>31</sup> GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.*, 2002. p. 40.

<sup>32</sup> *Idem.* p. 241.

a oposição a Vargas e ao “getulismo”. A modernização da imprensa periódica no período esteve ligada diretamente a este contexto.

Como é bastante conhecido, as ações do governo de Vargas, durante o Estado Novo, haviam assumido um caráter ambivalente, por apoiarem as forças que defendiam a democracia na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ao mesmo tempo em que se mantinham as restrições às liberdades individuais no país, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e da Polícia Política. Nesse contexto, a imprensa foi parte ativa no desgaste político e institucional do regime estadonovista, ainda anteriormente à extinção do DIP, em maio de 1945, concorrendo para a crise que levou à retirada de Getúlio Vargas do poder, no mês de outubro.

Com a promulgação da nova Constituição, em setembro de 1946, foi restabelecida a livre manifestação do pensamento, sem dependência da censura ou de nenhum órgão fiscalizador. Dessa forma, o fim da ditadura de Vargas significava um recomeço para a democracia tanto pelo restabelecimento da atuação dos partidos como pela liberdade dos meios de comunicação.<sup>33</sup> Com o pluripartidarismo, implantado já em março de 1945, com a edição do regulamento eleitoral, haviam surgido os partidos “de massa”, definidos por Scott Mainwaring como aquelas agremiações que precisavam ganhar votos e atrair um amplo eleitorado, em vez de se limitarem aos grupos de elite, como ocorria anteriormente.<sup>34</sup> Dessa forma, as novas legendas passavam a valorizar as bases eleitorais como forma de chegar ao poder.

No entanto, conforme assinalado por Maria do Carmo Campello de Souza:

A queda do Estado Novo foi amortecida, e sua estrutura geral aproveitada para a nova armação institucional. Não afirmamos, é claro, uma continuidade total, como se estivéssemos diante de dois sistemas idênticos. Tal interpretação equivaleria em sua ingenuidade àquela que vê na Constituição de 1946 um corte abrupto com o passado e a inauguração de uma etapa imaculadamente democrática em nossa história política.<sup>35</sup>

Vale salientar, como já assinalado, que o anti e o pró varguismo foram determinantes na formação da nova estrutura partidária. A Lei Agamenon, de 28 de maio de 1945<sup>36</sup>, obrigava qualquer agremiação partidária a apresentar um alcance nacional. Para Lucília de Almeida

---

<sup>33</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 399.

<sup>34</sup> MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

<sup>35</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990. p. 134.

<sup>36</sup> A “Lei Agamenon” foi elaborada por Agamenon Magalhães, ex interventor em Pernambuco, que assumiu o Ministério da Justiça no dia 3 de março de 1945, sob a determinação presidencial de regulamentar as condições de transição do regime político.

Neves Delgado,<sup>37</sup> essa medida rompeu, de forma definitiva, com a velha tradição brasileira de estruturação partidária regional que durante anos consecutivos, desde a Primeira República (1889-1930), alimentara o poder das oligarquias estaduais. O decreto lei estabelecia que, para registrarem-se e habilitarem-se eleitoralmente, os partidos deveriam cumprir as seguintes condições: registro de cinco ou mais Estados da federação (correspondendo à atuação em âmbito nacional); referendo inicial de pelo menos dez mil eleitores; e personalidade jurídica de acordo com o Código Civil.<sup>38</sup>

Com o prevalecimento do regime democrático liberal, sendo os governantes escolhidos pelo voto da maioria dos eleitores brasileiros, os partidos políticos puderam constituir-se como agremiações que representariam setores da sociedade brasileira. O conceito de partido político proposto por Gramsci, no entanto, permite uma ampliação desse entendimento, uma vez que, para o teórico italiano, o partido político traduz uma visão de mundo originada da experiência histórica de determinado grupo social, organizando-se em uma estrutura que integra os que compartilham desta visão. A unidade entre teoria e prática na atuação do partido político o transforma, nessa concepção, em poderosa força social e política, por meio da construção do consenso, no âmbito da sociedade civil, o qual se projeta para dentro da sociedade política, articulando-se esta força no sentido da conquista da direção do aparelho do Estado. O consenso, portanto, poderá encorajar-se também da coerção.<sup>39</sup>

A configuração política existente apontava, após 1945, para o predomínio de três grandes partidos nacionais: o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN) que, segundo Delgado, formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder<sup>40</sup>. Contudo, durante os primeiros anos, as três agremiações representaram duas forças nítidas e opostas que atuavam no cenário da vida nacional: o “getulismo”, incorporado e defendido principalmente pelo PTB, mas também apoiado pelo PSD, embora com menor ênfase e com estratégia peculiar; e o anti “getulismo”, que fez da UDN seu principal ancoradouro e baluarte.

As novas legendas estavam distantes de serem marcadas por divisões sócio econômicas claramente distintas. O PSD, criado oficialmente em junho de 1945, era ligado à máquina estadonovista (as antigas interventorias), ou seja, foi fundado por políticos que

---

<sup>37</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 45.

<sup>38</sup> *Idem*. p. 46.

<sup>39</sup> GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 67.

<sup>40</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Op. cit.* p. 46.

desempenhavam um papel de liderança direta na administração do Estado Novo. Segundo Souza, o PSD teria sido criado de “cima para baixo” (ou de “dentro para fora” do Estado).<sup>41</sup> Em seu interior, o peso das lideranças locais (prefeitos ou ex-prefeitos nomeados pelos interventores) e regionais (chefes estaduais, para não dizer os governadores) limitou, por exemplo, o poder do comando nacional, impedindo maior centralização. Glaucio Ary Dillon Soares destaca, por exemplo, que os diretórios estaduais do partido tinham autonomia em relação ao diretório nacional.<sup>42</sup> O PSD se tornou o maior partido brasileiro no período democrático até 1964.

Já a UDN, fundada no mesmo ano, se caracterizou por abarcar um grupo heterogêneo que tinha em comum a oposição a Vargas, e tornou-se, durante os anos de 1950, a segunda maior legenda do país. Era formada pelos “desalojados” das interventorias<sup>43</sup> e se caracterizou como o mais conservador (ou “antipopulista”) dentre os três grandes partidos nacionais, sendo a única das grandes legendas que não possuía vínculos com as estruturas remanescentes do Estado Novo.<sup>44</sup>

Fundado também em 1945, o PTB era considerado mais “progressista” do que PSD e UDN e organizou-se, como o PSD, a partir da máquina administrativa do Estado Novo, principalmente da estrutura sindical corporativa ligada ao Ministério do Trabalho. O PTB foi o terceiro maior partido do período democrático e tinha base predominantemente urbana, apresentando crescimento expressivo a partir do final dos anos de 1950, com a ampliação da participação parlamentar.

Soares destaca que alguns fatores permitiram o crescimento eleitoral e o fortalecimento dos grandes partidos no período posterior a 1945. Partindo da premissa de que a infraestrutura socioeconômica determina, em última instância, o limite teórico do apoio eleitoral que um partido poderia ter, o crescimento eleitoral de cada legenda criada nesse período dependeu de modificações favoráveis na infraestrutura social e econômica, da extensão do sufrágio e da cidadania política plena às classes e setores a eles vinculadas, da utilização “real” do sufrágio, da ampliação de própria estrutura organizacional e do melhor funcionamento da mesma.<sup>45</sup> Para o autor, teria ocorrido, a partir de 1947, um declínio eleitoral dos partidos conservadores e uma considerável ascensão do PTB, pois este se beneficiara da

---

<sup>41</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Op. cit.*. p. 109.

<sup>42</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 87.

<sup>43</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Op. cit.*. p. 45.

<sup>44</sup> SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p. 16.

<sup>45</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. A formação dos partidos nacionais. In: FLEISCHER, David V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981. p. 45.

transferência de votos do Partido Comunista do Brasil (PCB) – então colocado na ilegalidade -, da estruturação da organização partidária em nível municipal e da extensão real do sufrágio às classes sociais cujos interesses ele pretendia representar, assim como de sua crescente mobilização político-eleitoral.

Diferentemente, Olavo Brasil de Lima Júnior<sup>46</sup> aponta que houve um crescimento menor e menos rápido dos partidos conservadores, em relação aos populistas/progressistas, não tendo ocorrido, contudo, propriamente, um declínio dos primeiros. O mais importante, no período, teria sido o crescimento do contingente eleitoral, por meio da incorporação de setores médios e inferiores, permitindo a ocorrência de um apelo dos partidos populares a estes e, por consequência, seu fortalecimento.<sup>47</sup>

Já Wanderley Guilherme dos Santos chama atenção para o surgimento de coalizões entre partidos, em nível parlamentar e no Poder Executivo, no período posterior ao Estado Novo. A coligação PSD/PR<sup>48</sup>/PDC<sup>49</sup> seguiu-se a coalizão de esquerda formada pelo PTB/PSB<sup>50</sup>, e finalmente, a coalizão da ala direita, constituída pela UDN/PRP<sup>51</sup>/PL<sup>52, 53</sup>.

A manutenção da distribuição do poder eleitoral registrada em 1945 seria, para os partidos conservadores, uma solução “ótima” uma vez que fora assegurado, pelos mesmos, o controle político do país através dos órgãos de representação.<sup>54</sup> Dessa forma, pautas como a reforma agrária ou a extensão dos benefícios da legislação trabalhista ao trabalhador rural seriam obstaculizadas na Câmara dos Deputados ou no Senado, nos quais os grandes partidos contavam com maioria. Santos<sup>55</sup> destaca que, em caso de mudanças, quase todas as perspectivas dos grandes partidos conservadores eram bastante negativas. Foi nesse contexto que os partidos reformistas e trabalhistas ampliaram suas redes organizacionais, penetrando em estados e municípios antes dominados pelos partidos conservadores, competindo pelos votos, visando ao voto dos operários e camponeses. A urbanização e a industrialização determinavam o crescimento numérico das classes sociais que forneciam o substrato eleitoral dos partidos de esquerda, afirmando-se a expectativa de que o campesinato, cujo voto,

---

<sup>46</sup> LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Evolução e crise do sistema partidário brasileiro. In: FLEISCHER, David V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981. p. 66.

<sup>47</sup> *Idem*. p.67.

<sup>48</sup> Sigla do Partido Republicano.

<sup>49</sup> Sigla do Partido Democrata Cristão.

<sup>50</sup> Sigla do Partido Socialista Brasileiro.

<sup>51</sup> Sigla do Partido de Representação Popular.

<sup>52</sup> Sigla do Partido Libertador.

<sup>53</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Coalizões parlamentares e instabilidade governamental. In: FLEISCHER, David V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981. p. p.78.

<sup>54</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Op. cit.*, 1981. p. 47.

<sup>55</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Op. cit.*, p. 85.

devidamente manipulado e “falsificado”, fornecia parte relevante dos sufrágios dados aos partidos conservadores, também poderia ser agora “conscientizado” e conduzido a resistir à tutela política imposta pelas oligarquias locais.<sup>56</sup>

Durante os 1950, a formação das coligações se intensificou nos processos de sucessão presidencial. Dessa forma, o embate entre as principais legendas se ampliava principalmente em torno da definição das chapas concorrendo ao poder executivo federal e do melhor projeto de desenvolvimento do país. Em 1955, a principal aliança que surgiu para disputar as eleições para o executivo federal articulou-se em torno de um projeto político que envolvia o PTB, ligado às novas camadas sociais, nascidas e atreladas no bojo da industrialização, e o PSD, ligado às camadas conservadoras e de base agroexportadora terminou por consagrar a vitória de Juscelino Kubitschek e João Goulart para a para a presidência e a vice-presidência, respectivamente.

Sonia Regina de Mendonça destaca que as tendências ideológicas que debatiam o desenvolvimento econômico no período após 1945 convergiam em três eixos<sup>57</sup>: o primeiro, ligado ao nacionalismo liberal, que considerava a viabilidade da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico brasileiro, correspondendo às aspirações da UDN; a segunda vertente colocava-se a favor de um nacionalismo “radical”, ligado à noção de substituição das importações (“industrialização restritiva”<sup>58</sup>) e de rejeição ao capital estrangeiro no desenvolvimento da indústria no país, ligada grupos varguistas mais tradicionais, como o PTB, e ao PCB; e o terceiro eixo de pensamento, que se estruturava em torno da ideia do nacional-desenvolvimentismo, cujo foco era necessidade do capital estrangeiro, com a ressalva de que este deveria ser submetido a controle e normas do Estado. Foi essa vertente que se tornou vitoriosa com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao executivo federal.

O período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) ser associado, diretamente, também, ao processo de modernização e profissionalização do jornalismo brasileiro. A liberdade de expressão levou então à consolidação de periódicos já existentes e alavancou o surgimento de outros ligados direta ou indiretamente às legendas partidárias. Alguns jornais, a exemplo do *Correio da Manhã*, continuaram a afirmar sua autonomia diante

---

<sup>56</sup> *Idem.* p. 88.

<sup>57</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia: opções de desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 46.

<sup>58</sup> O processo de substituição de importações, de certa forma, configura-se como uma reação aos desequilíbrios externos pelos quais o país passou ao longo das décadas de 1930 a 1970. Nesse processo o objetivo era o aumento da produção interna do Brasil e a diminuição das suas importações.

dos partidos, defendendo, entretanto, ideias que legitimavam os projetos de desenvolvimento econômicos em debate.

### 1.3. A modernização da imprensa brasileira nos anos de 1950

Podemos analisar a atuação da imprensa brasileira nos primeiros cinquenta anos do século XX utilizando a conceituação gramsciana de jornalismo integral, segundo o entendimento de que os jornais em destaque no período funcionavam como “aparelho privado de hegemonia” na legitimação de projetos propostos pelas classes e frações de classe que se consolidaram no processo de industrialização. Assim, nossa análise sobre o *Correio da Manhã* propõe que o jornal formulou programas e organizou ideias, agindo “pedagogicamente”, conforme o entendimento do teórico italiano sobre ações “partidárias”, servindo os veículos de imprensa com um eficiente meio de “organizar e difundir determinados tipos de cultura.”<sup>59</sup>

Na mesma perspectiva, Carla Luciana Silva assinala que a cultura não pode ser tomada como algo “contemplativo” ou fruto da experiência “individual e isolada”, mas sobretudo como algo complexo, parte do processo histórico, fruto de uma ação coletiva, sinônimo de ideologia.<sup>60</sup> Por esse motivo, a cultura não pode se desvincular de seu contexto político e econômico.

No Brasil, os maiores jornais em vendagem e patrocínio compunham o que ficou conhecido como a “grande imprensa.”<sup>61</sup> Muitos desses veículos se consolidaram na passagem do século XIX para o XX, quando os pequenos jornais, geralmente de iniciativa individual, foram levados ao desaparecimento em grandes cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo. Os pequenos jornais cedem lugar, então, às grandes “empresas”, que já nasceram com recursos abundantes para investir em maquinários, matéria prima e pessoal. Segundo Nelson Werneck Sodré, com o aparecimento da grande imprensa ocorreu uma diminuição no número total de periódicos existentes, aumentando, em contrapartida, a distribuição e as tiragens diárias das folhas mais importantes.<sup>62</sup> O *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, nas duas primeiras décadas do século XX, já se destacam como “grandes periódicos”.

Tania Regina de Luca chama atenção para a luta política desempenhada pelos grandes jornais nas duas primeiras décadas do século XX. Segundo a autora, inicialmente a atuação

---

<sup>59</sup> GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.*, 2010. p. 32.

<sup>60</sup> SILVA, Carla Luciana. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009. (Tempos Históricos). p. 19.

<sup>61</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.*. p. 275.

<sup>62</sup> *Idem.* p. 276.

dessas folhas funcionava como um motor que fundamentava a existência do chamado “jornal tribuna.”<sup>63</sup>

A luta política constituiu-se no motor fundamental do “jornal tribuna”, razão mesma da sua existência, os horizontes alteraram-se e a posse de folhas diárias começou a se transformar em negócio, o que exigia de seus donos a adoção de métodos racionais de distribuição e gerenciamento, atenção às inovações que permitiam aumentar a tiragem e o número de páginas, baratear o preço dos exemplares e oferecer uma mercadoria atraente, visualmente aprimorada, capaz de atender ao crescente mercado potencial de leitores que, por sua vez, tornavam-se cada vez mais exigentes. As funções de proprietário, redator, editor, gerente e impressor que antes, não raro, concentravam-se num único indivíduo, separaram-se e especializaram-se.<sup>64</sup>

Para De Luca, essas transformações ocorreram em consonância com o surgimento e a difusão de objetos modernos e dos novos meios de comunicação, como, por exemplo, as máquinas fotográficas, as máquinas de escrever, o cinema e a publicidade e, a partir de 1920, o rádio, entre outros elementos que passavam a marcar a sua presença no cotidiano das grandes cidades. Neste sentido, ocorreu na imprensa e na comunicação uma configuração mais sensível, subjetiva, pautada pela “eficiência, pressa, velocidade e mobilidade que se tornaram marcas distintas do modo de vida urbano e a imprensa tornou-se parte ativa desse processo de aceleração.”<sup>65</sup>

A “grande imprensa” surgiu também no bojo de mudanças políticas marcantes com o advento do regime republicano, a formulação dos diversos projetos tendo por objetivo reformar o ensino para ampliação da alfabetização – o que, conseqüentemente, ampliaria o número dos leitores de periódicos –, o desenvolvimento e a prosperidade originados pelo café, o crescimento dos centros urbanos e do setor de serviços nas principais cidades do país, como o Rio de Janeiro, a ampliação da rede de transportes ferroviários, a chegada de imigrantes e, principalmente, o início do primeiro surto industrial. Foi esse quadro que favoreceu e exigiu a ampliação da circulação de informação. Podemos propor, portanto, que o desenvolvimento da grande imprensa, no Brasil, ocorreu em consonância com o processo de consolidação do capitalismo, da urbanização e da formação gradativa de uma esfera pública burguesa<sup>66</sup>.

A imprensa brasileira passaria por outro processo de remodelação, nos anos de 1950, caracterizada sobretudo pela modernização do parque gráfico e pela incorporação de novas técnicas redacionais, mais “objetivas”, nos grandes jornais, o qual assistiu ao aparecimento de

<sup>63</sup> LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 149.

<sup>64</sup> *Idem*. p. 150.

<sup>65</sup> *Idem*. p. 151.

<sup>66</sup> ALDÉ, Alessandra. *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

novos jornais diários como a *Tribuna da Imprensa* e a *Última Hora*. Para Fernando Lattman-Weltman, foi a partir, sobretudo, da redemocratização, após o Estado Novo, que a esfera pública burguesa encontrou no Brasil sua “forma estabelecida”<sup>67</sup>, o que teria ocorrido em função da dinamização da economia e do desenvolvimento industrial, na segunda metade dos anos 1940 e nos anos 1950.

Em estudo sobre a imprensa carioca após o Estado Novo, Lattman–Weltman identificou a década de 1950 como correspondendo à transição do chamado “jornalismo literário” para o “jornalismo empresarial”<sup>68</sup>. O autor destaca que a imprensa brasileira, principalmente nos grandes centros e no Distrito Federal, sofreu então as influências do novo contexto cultural e de consumo associado à urbanização, do acelerado desenvolvimento econômico e industrial e dos avanços técnicos no campo das comunicações (como, por exemplo, pelo surgimento das novas impressas rotativas).<sup>69</sup>

O novo contexto, após 1945, levou a grande imprensa brasileira a ampliar investimentos na consolidação de seu “nome” e em sua credibilidade no mercado, visando-se, também, a ampliação das tiragens/vendagens. O crescimento industrial dos anos de 1950, caracterizado pela ampliação da produção em série de bens de consumo, gerava novas formas de inserção e veiculação de mensagens publicitárias, até então limitadas, nos jornais tradicionais, às seções de classificados. O aumento da importância da publicidade, por sua vez, gerou a injeção de recursos nas principais marcas jornalísticas do país. A entrada dessas divisas proporcionou a muitos jornais modernizarem seu parque gráfico, com a compra de novas máquinas. O mesmo processo foi acompanhado pela profissionalização e pelo reconhecimento social do profissional jornalista. Processos semelhantes de ampliação e capitalização, via publicidade, concorriam para a massificação de outros veículos, mais “acessíveis”, como o rádio e cinema.

O novo contexto de mudanças foi descrito no *Anuário Brasileiro de Imprensa*, de 1955:

Temos assinado aqui a remodelação por que está passando a imprensa no Brasil. Todos os grandes jornais brasileiros, da última guerra para cá, têm se reaparelhado material e editorialmente, construindo novos prédios, adquirindo novas impressoras, aperfeiçoando sua paginação, dando cuidados especiais à circulação. As tiragens têm aumentado constantemente. E isso se comprova através do aumento de consumo de papel que era antes da guerra de 40 mil toneladas anuais e passou agora a cerca de 100 mil, num espetacular aumento de 150%.<sup>70</sup>

<sup>67</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 158-159.

<sup>68</sup> *Idem*. p. 160.

<sup>69</sup> *Idem*. p. 161.

<sup>70</sup> *Anuário Brasileiro de Imprensa*. Rio de Janeiro, 1955. p. 24.

O processo de modernização da imprensa periódica não se limitou, contudo, ao aumento do parque gráfico e das instalações das empresas. Segundo De Luca:

As inovações não se limitaram às mudanças na estrutura de produção, organização, direção e financiamento, atingiram também o conteúdo dos jornais e sua ordenação interna, que começou a exigir gama variada de competências, fruto da divisão do trabalho e da especialização. Esta, por sua vez, não se circunscreveu à composição e a impressão propriamente ditas, mas atingiu a própria fatura do conteúdo, que passou a contar com redatores, articulistas, críticos, repórteres, revisores, desenhistas, fotógrafos, além de empregados administrativos e de operários encarregados de dar materialidade aos textos.<sup>71</sup>

Dentro das redações dos periódicos, tornava-se mais complexa a divisão do trabalho jornalístico, antes centralizado nas mãos de poucos profissionais, “sem formação” na área, já que, no país, a profissionalização e o reconhecimento da profissão do jornalista datavam de meados da década de 1940. Por outro lado, a reestruturação nas redações levava à incorporação e à ampliação de gêneros jornalísticos como notas, reportagens, crônicas e entrevistas, entre outros textos. Ampliaram-se também os espaços nas folhas dedicados a determinados segmentos, como o público feminino, os esportes, a cultura, o lazer, a literatura, os destaques policiais e as notícias internacionais, consolidando-se a distinção entre as matérias de “informação”, propriamente jornalísticas, que deveriam apresentar-se como “neutras” e “objetivas”, e os textos de opinião, posicionados e defensores de ideias e valores. Ou seja, o jornalismo combativo, de debate político, passava cada vez mais a dividir seu espaço com outras seções, não sendo, no entanto, de início, completamente abandonado ou relegado a um segundo nível de importância.<sup>72</sup>

A inserção e a ampliação dos novos gêneros modificaram a função do jornal, segundo o pressuposto de que o periódico tinha por função informar ao leitor “o que estava acontecendo”. Esse novo panorama vivenciado pelo jornal era algo paradoxal, pois os jornais se debruçavam no dilema de inserir-se na modernização, para adequação ao mercado em expansão, mantendo, no entanto, a estreita vinculação ao mundo político que caracterizava o campo jornalístico no Brasil.<sup>73</sup>

A ampla bibliografia<sup>74</sup> produzida sobre a modernização da imprensa periódica brasileira nos anos 1950 apontou limites e contradições nesse processo. Pelo menos no período inicial, a modernização do jornalismo teria obedecido a impulsos determinados pelo

<sup>71</sup> LUCA, Tania Regina de. *Op. cit.*. p. 151.

<sup>72</sup> *Idem.* p. 152.

<sup>73</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa nos anos de 1950. Estudos Históricos*, n. 31, 2003. p. 150.

<sup>74</sup> Cf. ABREU, Alzira Alves de. *Op. cit.*; LUCA, Tania Regina de. *Op. cit.*; e RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*.

mercado publicitário. Gisela Goldenstein<sup>75</sup> enfatiza que nesse momento foi possível a introdução de técnicas redacionais sem adotar integralmente a lógica empresarial da “objetividade”. Ao estudar o processo de modernização da *Última Hora*, a autora sinalizada que o periódico empregou as novas técnicas em conformidade com o processo de modernização dos veículos que se desenvolvera nos Estados Unidos, colocou-se, entretanto, a serviço da política – no caso específico, do “populismo varguista”.<sup>76</sup>

Essa característica, no entanto, não teria sido uma exclusividade da *Última Hora*. Ocorreria o mesmo a todos os jornais que passavam pelo processo de modernização gráfica e editorial, como o *Correio da Manhã*, o *Diário Carioca*, a *Tribuna da Imprensa* e o *Jornal do Brasil*. Em níveis variados, todos adotaram as técnicas modernas impulsionadas pelos interesses empresariais, ligados diretamente ao mercado.

Para Ana Paula Ribeiro não havia, nos anos 1950, nenhuma contradição entre a lógica da empresa jornalística e a lógica da política, uma adequando-se à outra, às vezes de uma maneira “perfeita”, às vezes precariamente. Isso não se devia, de forma alguma, a uma suposta mentalidade “arcaica” dos produtores de notícia.<sup>77</sup> O “arcaísmo” existia em concomitância com as ideias “modernas”, debatidas há algum tempo e que influenciavam os profissionais do jornalismo na forma como eles se viam e entendiam sua profissão. Segundo a autora, o aspecto político nunca desapareceu totalmente da imprensa brasileira, exercendo um papel fundamental na dinâmica das empresas jornalísticas.

Dessa forma, ampliavam-se os imperativos de gestão e de administração, porém estes não eram ainda suficientes para garantir a autonomia das empresas do campo político. Assim, para Ribeiro,

(...) os jornais jamais deixaram de cumprir um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade.<sup>78</sup>

Segundo Alzira Alves de Abreu, na década de 1950, a imprensa brasileira, ao passo que adotava novas formas de gestão, mais “modernas”, foi paulatinamente se desprendendo de suas tradições relativas à produção de um jornalismo de “combate”, crítico e de doutrina e opinião. Conforme assinalado pela autora, o jornalismo de opinião tinha forte influência

<sup>75</sup> GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987. p. 56.

<sup>76</sup> *Idem*. p. 56.

<sup>77</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*, p. 153.

<sup>78</sup> *Idem*. p. 156.

“francesa”, que teria sido dominante desde os primórdios da imprensa no país até a década de 1960.<sup>79</sup>

Segundo Alzira Abreu e Ana Paula Ribeiro, o “modelo francês” de jornalismo seria caracterizado pela técnica de escrita próxima da literária.<sup>80</sup> Os gêneros mais valorizados eram livres e de opinião, como, por exemplo, as crônicas e os artigos polêmicos. Por esse motivo, no “modelo francês”, os jornais funcionavam como instância fundamental de divulgação da obra literária e da construção de reconhecimento social dos escritores. Era sobretudo através do folhetim que os leitores tomavam contato com os escritores e seu trabalho.<sup>81</sup>

Ribeiro destaca que, aos poucos, a imprensa foi amenizando o debate polêmico, crítico e doutrinário, com a ampliação do jornalismo “informativo” (“objetivo” e “imparcial” na forma de notícia), separado, editorial e graficamente, do comentário pessoal e da opinião.<sup>82</sup> As técnicas adotadas passariam então a se inspirar preferencialmente no modelo “norte-americano” de jornalismo, que privilegia a informação.<sup>83</sup>

A busca por certo distanciamento em relação à literatura e à política passou pela incorporação de uma série de novas práticas discursivas. Com a adoção do modelo norte-americano, a linguagem jornalística começou a adquirir uma sistematização interna, produzindo textos com características próprias.

Segundo Ribeiro, as técnicas americanas levaram ao jornalismo noticioso uma série de restrições referidas tanto à *linguagem* como à *estruturação do texto*. Utilizando o noticiário “telegráfico”, o estilo dos textos jornalísticos passou a ser mais seco e forte.<sup>84</sup> Restringiu-se o código linguístico, com uso de reduzido número de palavras e expressões, para ampliar a comunicação e facilitar a transmissão de mensagens. Surgiram os chamados manuais de redação, o que levou a retirada, no jornalismo noticioso, de qualquer característica “emotiva”. Para garantir a impessoalidade (e o ocultamento do sujeito da enunciação), impôs-se um estilo direto, sem o uso de metáforas.<sup>85</sup> A comunicação passou a ser antes de tudo referencial, o uso da terceira pessoa tornou-se obrigatório e o modo verbal passou a ser, preferencialmente, o indicativo. Os adjetivos e as aferições subjetivas tiveram que desaparecer, assim como os

---

<sup>79</sup> ABREU, Alzira Alves de. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 15.

<sup>80</sup> Cf. ABREU, Alzira Alves de. *Op. cit.*; e RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*

<sup>81</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*, p. 150.

<sup>82</sup> *Idem.* p. 154.

<sup>83</sup> ABREU, Alzira Alves de. *Op. cit.*, p.15.

<sup>84</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*, p. 155.

<sup>85</sup> *Idem.* p. 156.

pontos de exclamação e as reticências. As palavras com funções meramente enfáticas ou eufemísticas deveriam ser evitadas.<sup>86</sup>

Se, antes, o jornalismo havia sido o lugar do comentário sobre as questões sociais, da polêmica de ideias, das críticas mundanas e da produção literária, agora, ele passava a ser o "espelho" da realidade. Vistos como emergindo naturalmente do mundo real, os acontecimentos, concebidos como notícia, seriam a unidade básica de construção dos jornais.<sup>87</sup>

Verificamos, no entanto, que a adoção das novas técnicas, no início dos anos 1950, não logrou desvincular os periódicos do debate político. Estes mantiveram uma atuação direta e firme sobre as diversas questões da política nacional. Um exemplo emblemático foi o episódio de suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Após a morte do presidente, o país viveu um processo de crise política que também se manifestou no embate violento entre dois periódicos de destaque: a *Última Hora*, de Samuel Wainer, amigo e partidário do presidente, e a *Tribuna da Imprensa* de Carlos Lacerda, então deputado federal pela UDN, partido que liderara a oposição a Getúlio Vargas.

A *Última Hora* foi criada em 1951 por Samuel Wainer, jornalista que fizera carreira como repórter dos *Diários Associados*. Segundo seu proprietário, a ideia de criar o periódico teria nascido uma conversa com Vargas ainda “exilado” em São Borja, no início do ano de 1950. O jornalista se tornou amigo e uma espécie de conselheiro do político gaúcho, e seu jornal funcionou como canal de comunicação para emissão das mensagens do presidente. Incentivado pelo próprio Vargas, Wainer criou a editora *Última Hora* e a gráfica *Érica*, com recursos do Banco do Brasil e da Federação Nacional das Indústrias. No jornal, Wainer criou uma coluna sobre Getúlio Vargas, intitulada *O Dia do Presidente* (a partir 1951), na mesma época em que a *Tribuna* repercutia as manifestações da oposição. A *Última Hora* ajudava, dessa forma, a restabelecer a imagem de Vargas no país.

Em agosto de 1954, a conhecida Carta-testamento foi publicada na primeira página do jornal, com a manchete “*Matou-se um presidente*”. A edição atrelava, portanto, a morte de Vargas à oposição violenta por ele sofrida, desde a eleição. A veiculação do documento e a argumentação de que a oposição seria responsável pela morte do presidente teriam estimulado a revolta da população que depredou as sedes da *Tribuna da Imprensa* e de *O Globo*, que também fizera oposição a Vargas.

A *Última Hora* se destacou como um dos periódicos pioneiros, ao lado do *Diário Carioca*, na incorporação das novas técnicas de produção de notícias. Samuel Wainer,

<sup>86</sup> BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990. p. 232.

<sup>87</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*, p. 157.

Pompeu Souza<sup>88</sup> e Danton Jobim<sup>89</sup> teriam sido profissionais importantes nesse processo<sup>90</sup>, pois teriam trazido de suas viagens e estágios em jornais ou universidades dos Estados Unidos elementos como *o lead*, *o copydesk*, *o side*, *o off* e *pirâmide invertida*.<sup>91</sup> Até então, segundo Pompeu de Souza,

Os jornais eram redigidos na técnica de nariz de cera, fazendo especulações puramente subjetivas, filosóficas, uma sublitteratura (...). Implantei o copydesk e redigi Regras de Redação do *Diário Carioca* (...). O que eu pretendia era narrar o acontecimento não mais na ordem cronológica ou lógica, e sim na ordem psicológica para que tudo ficasse mais claro para o leitor.<sup>92</sup>

Uma importante modificação foi a implantação do *lead*, que dinamizou a estrutura do jornal. Era a abertura do texto jornalístico, no primeiro parágrafo, que resumia o fato principal e apresentava a resposta a seis perguntas básicas: *Quem?*, *Fez o quê?*, *Quando?*, *Onde?*, *Como?* e *Por quê?* Segundo Ribeiro:

Outra técnica narrativa foi adotada, a *pirâmide invertida*. De acordo com essa técnica, o texto noticioso deveria ser estruturado segundo a ordem decrescente de interesse e relevância das informações, de maneira que o leitor tivesse acesso aos dados essenciais sobre o acontecimento nos parágrafos iniciais, caso não pudesse ler a matéria até o final. Os fatos não deveriam ser narrados cronologicamente, mas expostos; não ordenados pela sequência temporal, mas por sua importância (definida a partir dos interesses de um suposto "leitor-médio").<sup>93</sup>

A *pirâmide invertida* tinha uma dupla função. Atendia à lógica da leitura rápida e facilitava o processo de edição, permitindo que, na hora da montagem da página, caso necessário fosse "cortado" o texto pelo final (ponta da pirâmide), sem danos de sentido. A adoção dessas técnicas jornalísticas foi sistematizada em manuais de redação, adotados por boa parte dos jornais, que passaram a funcionar como um código de "leis" para os redatores e editores. Segundo Ribeiro, havia nos manuais "algumas regras gerais, válidas para o

<sup>88</sup> Pompeu de Sousa Brasil bacharelou-se em psicologia e sociologia pela Universidade do Brasil foi professor de português no Colégio Pedro II e na Escola Amaro Cavalcanti (1936-1938), e de técnica de Jornalismo, no curso da Faculdade Nacional de Filosofia, atual Faculdade de Comunicação da UFRJ (1945), participou da criação da Associação Brasileira de Escritores (1945) e da União dos Trabalhadores Intelectuais (1946). Na área política foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Foi Redator e fundador dos jornais Meio Dia e Diário Carioca, no Rio de Janeiro, e do DC-Brasília (1961-1963).

<sup>89</sup> Danton Jobim bacharelou-se na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, e se enveredou pelos caminhos da imprensa, trabalhando a partir de 1923 na redação de *O Trabalho*, jornal vinculado ao PCB. Passou pelas redações de *A Noite*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *A Manhã*, *A Crítica*, *Diário de São Paulo*, *A Batalha*, *Diários de Notícias*, *A Esquerda* e pelo *Diário Carioca*, onde permaneceu por 33 anos. Foi conselheiro de imprensa da presidência da República no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961).

<sup>90</sup> ABREU, Alzira Alves de. *Op. cit.*. p. 15.

<sup>91</sup> RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998. p. 74.

<sup>92</sup> SOUZA, Pompeu de apud RIBEIRO, José Hamilton. *Op. cit.*. p. 75.

<sup>93</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*. p. 150.

jornalismo como um todo, mas havia também regras específicas para cada periódico.”<sup>94</sup> Buscava-se, com isso, a padronização dos textos jornalísticos (pela eliminação da liberdade estilística do discurso literário) e, ao mesmo tempo, a construção da identidade dos diferentes veículos de informação.

Também o *Diário Carioca* inovou nas técnicas de produção das notícias. Foi pioneiro ao organizar sua redação conforme o modelo do *copy-desk*, que consistia em agrupar redatores com a função de revisar e, se necessário, reescrever as matérias para dar-lhes uma unidade de estilo: “Seu papel era essencialmente disciplinador: fiscalizava se os textos estavam de acordo com as normas de redação.”<sup>95</sup> Além disso, ocorreriam mudanças no padrão gráfico adotado.

O jornalismo brasileiro, também na perspectiva visual, seguiu até então o modelo francês: excesso de títulos, ausência de lógica na hierarquia do material etc. As inovações gráficas dos jornais cariocas (principalmente as do *Jornal do Brasil* e as da *Última Hora*) impuseram um estilo mais ordenado. As manchetes e títulos passaram a ser padronizados e a ter uma coerência interna. Recursos editoriais e formais, típicos de revistas, passaram a ser utilizados nos jornais diários. Subtítulos, entre títulos, boxes, textos complementares movimentavam e embelezavam as páginas, tornando a sua leitura mais agradável.<sup>96</sup>

Essas modificações deram origem ao conceito de *primeira página* como “vitrine” do jornal, para atrair o leitor e aguçar a vontade de ler seu conteúdo. Chamadas, pequenos resumos dos principais assuntos do dia, passaram a serem impressos na capa dos periódicos. A apresentação dos textos ganhou nova lógica, com a ordenação dos assuntos na primeira página, dando-lhe um valor estético e funcional. Conforme assinalava o *Anuário Brasileiro de Imprensa*, em 1960:

O arranjo do jornal moderno deve ser funcional. Primeiramente porque existe muita concorrência para atrair a atenção do leitor (...). Além disso, com os custos de produção aumentando mais e mais a cada dia, não é conveniente para os editores empregarem tempo e dinheiro produzindo elementos tipográficos desnecessários.<sup>97</sup>

O fotojornalismo também ganhou força, baseando-se na ideia do instantâneo e do “flagrante”. As máquinas fotográficas de menor tamanho, no formato 135, davam ao fotógrafo maior movimentação e rapidez. Os filmes, por sua vez, tornaram-se mais sensíveis, dispensando o uso do *flash*.<sup>98</sup> As imagens ficaram mais “naturais”, pois o jornalista quase não interferia na cena, sendo as chamadas fotos “posadas” substituídas pelas imagens que beneficiavam o momento, a situação. A fotografia deixava de ser meramente ilustrativa dos

<sup>94</sup> *Idem*. p. 151.

<sup>95</sup> *Idem*. p. 153.

<sup>96</sup> *Idem*. p. 157.

<sup>97</sup> *ANUÁRIO Brasileiro de Imprensa, Rádio e Televisão*. Rio de Janeiro, 1957-1960. p. 65.

<sup>98</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*. p. 227.

textos e passava a ser também informativa. O retoque da fotografia, até então obrigatório, foi sendo abandonado. O novo padrão estético, fruto da “ideologia da objetividade”, segundo Ribeiro, não permitia introduzir muitas alterações na imagem captada.<sup>99</sup>

Outro periódico de destaque no processo de reforma da imprensa brasileira foi o *Jornal do Brasil*, que modernizou seu parque gráfico, ampliou o tamanho e o conteúdo de suas notícias, ao mesmo tempo em que adotava uma administração coerente com a busca de recursos para novos investimentos. Dos periódicos pioneiros no processo de reforma, o *JB* teve maior êxito nesse objetivo. Ao comparar os processos de mudanças nas principais folhas do período, Marieta de Moraes Ferreira argumenta que no *JB* estas ocorreram em maior profundidade e eficácia.

A explicação para esse desempenho deve-se à combinação de diferentes variáveis: a conjuntura histórica do período; a capacidade de decisão empresarial da direção para captar as demandas do seu tempo e apostar no novo; a boa condição financeira do jornal, que lhe permitia arcar com os custos do processo; a capacidade de atrair intelectuais e jovens jornalistas empenhados em criar e construir novas formas de trabalho, e a moderação política, marca registrada do jornal (...). Foi essa modernização que preservou o *JB* dos grandes vendavais políticos dos anos 50, que afetaram de maneira profunda a trajetória da *Última Hora*, da *Tribuna da Imprensa* e do *Diário Carioca*, órgãos que também tiveram expressão no movimento de transformação da imprensa brasileira.<sup>100</sup>

Para além do processo de modernização dos meios técnicos e produtivos, os anos 1950 marcaram também o processo de profissionalização dos jornalistas. Segundo Ribeiro, o aumento dos salários teria permitido que o fazer jornalístico deixasse para muitos de ser um “bico”, uma ocupação provisória, tendo os jornalistas adquirido paulatinamente um sentido de categoria profissional, diferenciada dos literatos e dos políticos. A autora destaca ainda que aos poucos foi desaparecendo também a figura do “aventureiro”, que fazia do jornalismo apenas um lugar de “reconhecimento”, que buscava no jornal a possibilidade de ascensão social através de negociatas, suborno e chantagem.<sup>101</sup>

Para Samuel Wainer, a *Última Hora* teria sido uma das primeiras folhas a rever o quadro salarial dos jornalistas. No início dos anos 1950, segundo o mesmo autor, o vespertino pagava aos funcionários até dez vezes mais do que o salário médio oferecido na época.<sup>102</sup> De forma estratégica, Wainer buscava atrair para o jornal alguns dos melhores profissionais no mercado de trabalho, no que foi seguido por outros jornais, receosos da concorrência.

<sup>99</sup> *Idem.* p. 228.

<sup>100</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. A reforma do *Jornal do Brasil*. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 155.

<sup>101</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.* p. 151.

<sup>102</sup> *Idem.* p. 97.

A consolidação do ensino superior de jornalismo foi outro passo fundamental no processo de profissionalização. Até então, havia uma elite de profissionais, formada principalmente nas Faculdades de Direito. Boa parte os jornalistas, entretanto, não tinha o ensino secundário completo e aprendera o ofício na prática. Ribeiro destaca que, em muitos depoimentos de profissionais que viveram na época, existia uma reclamação a respeito do “baixo nível intelectual”, principalmente dos repórteres. Muitos não sabiam redigir, apesar de dominarem as técnicas de apuração e investigação.<sup>103</sup>

O curso superior de jornalismo fora criado por Getúlio Vargas em maio de 1943<sup>104</sup>, porém, na prática, surgiu apenas em 1947, com a iniciativa do curso da Fundação Casper Líbero, em São Paulo. Logo em seguida, outros cursos foram criados, como os da Universidade do Brasil (1948), atual UFRJ, e o da Pontifícia Universidade Católica (1951), as primeiras no Rio de Janeiro a oferecerem o curso superior de jornalismo. Para Ribeiro, a profissionalização colocou no mercado um novo contingente de jornalistas especializados que tinham por o objetivo criar uma nova roupagem para o jornalismo, principalmente na forma de publicar as notícias.

É preciso ressaltar que os jornais da época reconheciam a impossibilidade da objetividade “total”. Em sua edição de 15 de junho de 1958, o *Diário de Notícias*, por exemplo, assinalava que “Um jornal que tenha consciência de sua responsabilidade para com a opinião pública e para com o país, não pode cingir-se, apenas, a ser um órgão de informações: deve ser, sobretudo, um cristizador de opiniões”. Evidencia-se, dessa forma, que o caráter opinativo, principalmente atrelado à política, não havia se desprendido da produção jornalística. A função dos meios de comunicação passava a se a de comentar acontecimentos, com o que construía legitimidade e confiança na leitura de seus textos.

A modernização dos jornais demandava recursos que, em sua maioria, eram obtidos com a venda avulsa ou de assinaturas, com publicidade comercial ou financiamento público – dos governos municipais, estaduais e federal – e também em função de privilégios públicos, como nomeações para cargos de alto escalão e conquista de isenção ou subsídio fiscal. Um exemplo era o empréstimo concedido por bancos oficiais. Segundo o *Anuário Brasileiro de Imprensa* de 1956, esse financiamento não alterava a “independência” do jornal:

A lei no Brasil protege de todos os modos a atividade da imprensa, concedendo-lhe uma porção de favores. Os governos sempre procuram dar às empresas jornalísticas facilidades com que se garantissem, em parte, contra os riscos e dificuldades do negócio, levando em conta a função pública e cultural que o jornal desempenha. Se uma atividade é

---

<sup>103</sup> *Idem*. p. 157.

<sup>104</sup> Decreto nº 5.480, de 13 de maio de 1943.

especificamente protegida pela lei, não se pode estranhar obter financiamentos no banco oficial. A posição de devedora eventual de uma empresa jornalística para com o banco central não tira necessariamente a independência do jornal.<sup>105</sup>

Ribeiro destaca que, em 1953, entre os maiores devedores do Banco do Brasil, estavam os empresários e jornalistas Assis Chateaubriand e Roberto Marinho que, em função desse vínculo, não deixaram de fazer oposição a Vargas. Pelo contrário, colocaram as redes de comunicação sob o seu comando e que incluíam, além de jornais, como os vinculados aos *Diários Associados* e *O Globo*, emissoras de rádio, à disposição de homens como Carlos Lacerda, para veiculação dos ataques a Getúlio Vargas. Um dos pontos nevrálgicos destacados pela oposição, no entanto, era a ligação pessoal de Vargas com Samuel Wainer e a acusação sobre as vantagens financeiras concedidas à *Última Hora*. Vieram à tona, então, denúncias de facilidade obtidas na liberação de empréstimos pelos veículos de comunicação, a juros subsidiados e com condições especiais de garantia. Ainda no governo de Vargas, foram instaladas duas Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) para tratamento desse tema, uma para investigar a imprensa como um todo e a outra para investigar a *Última Hora*.<sup>106</sup>

A relação da imprensa com detentores do poder foi fundamental não apenas para garantir o subsídio para a maior parte das empresas, evidenciando-se na também pela inserção dos próprios profissionais em postos de destaque no governo. Ribeiro nos fornece alguns exemplos dessas trocas de favores:

Alguns casos são bastante conhecidos, como o de Prudente de Moraes Neto (que assumiu, em maio de 1955, a superintendência da SUMOC, como recompensa do seu apoio a Café Filho) e o de Danton Jobim (que em 1956, após o *Diário Carioca* ter apoiado a campanha de JK, foi nomeado presidente do IBGE).<sup>107</sup>

Portanto, apesar dos imperativos de gestão e administração técnica e profissional, estes ainda não eram suficientes para garantir a pela autonomia das empresas face ao governo. Por outro lado, os jornais jamais deixaram de cumprir um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência das empresas, fosse através de créditos, empréstimos, subsídios ou publicidade.

Para além dos benefícios obtidos pelas as empresas, ocorreu também o enriquecimento de alguns jornalistas. Um exemplo foi o de David Nasser que, no final dos anos 1950 e em toda década de 1960, acumulou bens e capital. Wainer cita em suas memórias que “David

<sup>105</sup> ANUÁRIO Brasileiro de Imprensa. Rio de Janeiro, 1954, p.104.

<sup>106</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart Ribeiro. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 50*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007. p. 174.

<sup>107</sup> *Idem*, p. 5.

Nasser era a prova de que era possível enriquecer utilizando em proveito próprio os instrumentos oferecidos pela profissão. Ele jamais se colocava gratuitamente de algum lado.”

<sup>108</sup> Em entrevista à *Manchete* (15/10/1965: 96-97), o próprio Nasser admitiu que seu dinheiro fora adquirido no jornalismo:

E a minha fazenda não é herdada, nem doada. Foi comprada com o dinheiro que ganhei como jornalista. Eu resolvi me emancipar porque cheguei à seguinte conclusão: no Brasil, nunca houve, na realidade, liberdade de imprensa. O que existe e sempre existiu é a opinião do dono do jornal. Ora, a minha opinião nem sempre coincidia com a de meu patrão e eu era despedido. Então eu resolvi ser rico, para poder ter opinião como jornalista. No jornalismo, como vocês sabem, só se faz fortuna sendo picareta ou então alugando opinião. Essa eu nunca aluguei. (...) Sempre fui bem remunerado e resolvi me emancipar economicamente para não depender do diretor do jornal. (...).<sup>109</sup>

O prestígio e a influência política dos profissionais e a das empresas jornalísticas mantinham-se, dessa forma, acompanhando a reestruturação física e editorial dos jornais, ainda que se possa considerar que a modernização repercutiu sobre a autonomização e a ampliação da independência econômica das folhas, por meio do aumento da carteira publicitária.

Além dos reformadores pioneiros – *Diário Carioca*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil* – outros periódicos aderiram ao processo de modernização, adequando-se ao novo tempo. Para Juarez Bahia, o conceito de “novo jornalismo” associava-se, em parte, a essas transformações: “a palavra reforma sopra como uma rajada de vento dentro das redações naquele momento”<sup>110</sup>. Para o jornalista, o reaparelhamento técnico da imprensa teve por função atender às exigências da nova sociedade, que se instaurara no pós-guerra e no processo de redemocratização. O mesmo ocorreria como o *Correio da Manhã*, então um dos jornais mais influentes da capital federal, como assinalado no estudo pioneiro de Nelson Werneck Sodré.<sup>111</sup>

Os grandes jornais, como *O Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã*, se antecipam na aquisição de novos equipamentos. Matutinos e vespertinos lutam para conquistar novos públicos. A propaganda ingressa numa nova era. São todos protagonistas de uma etapa de modernização que faz parte do ritmo nacional.<sup>112</sup>

A ampliação do parque gráfico do *Correio da Manhã* ocorreu principalmente a partir de 1958, quando foi instalada uma impressora rotativa Hoe, de fabricação e montagem norte-americanas, mais eficiente do que os equipamentos anteriormente existentes. Para Antonio

<sup>108</sup> WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. 16ª ed.. São Paulo: Record, 1998. p. 184.

<sup>109</sup> David Nasser [entrevista]. *Manchete*, 1965.p. 96-97.

<sup>110</sup> BAHIA, Juarez. *Op. cit.*. p. 266.

<sup>111</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.*. p. 276.

<sup>112</sup> BAHIA, Juarez. *Op. cit.*. p. 379.

Callado, então redator-chefe do jornal, a mudança de maquinário foi extremamente penosa, pois os operários, apegados à antiga tecnologia, tiveram de alterar sua rotina de trabalho.<sup>113</sup> O período das reformas assistiu também, segundo Callado e Luiz Alberto Bahia,<sup>114</sup> ao crescimento do prestígio e da importância de jornais rivais do *Correio da Manhã*, como o *Jornal do Brasil*.

#### 1.4. O *Correio da Manhã*

O *Correio da Manhã* foi criado pelo jornalista Edmundo Bittencourt<sup>115</sup>, em 15 de junho de 1901, no Rio de Janeiro. O jornal era diário e matutino e foi, segundo Ana Paula Ribeiro,<sup>116</sup> durante as cinco primeiras cinco décadas de sua existência, um dos principais órgãos da imprensa brasileira, sempre reconhecido como um "jornal de opinião". Para Carlos Eduardo Leal, a fundação do *Correio da Manhã* pode ser associada ao contexto da Revolução Federalista, que eclodiu nos primeiros anos da República (1893-1895), no estado do Rio Grande do Sul, e dos eventos que a ela se sucederam.<sup>117</sup>

O editorial de lançamento enfatizava a característica de independência, o compromisso público com a verdade e a opinião, que foram descritas inúmeras outras vezes em suas páginas.

Poucas palavras e muita sinceridade, porque desta coluna estamos escrevendo para o povo. O *Correio da Manhã* não tem nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos. (...) jornal que propõe, e quer deveras defender a causa do povo, do comércio e da lavoura, entre nós, não pode ser um jornal neutro. Há de, forçosamente, ser um jornal opinião, e, neste sentido, uma folha política.  
 (...) O povo esta cansado, o povo sente que lhe ocultam a verdade, e que transformam até seus clamores em uma antífona sacrílega de aplausos. O povo quer a verdade, ele compreende que só ela salva e redime, embora às vezes fira.  
 É hoje, mágoa é dizê-lo, todo o programa de um jornal, sincero e independente, pelo qual o povo anela, se pode resumir nestas palavras: dizer a verdade.  
 É para dizê-la que aqui estamos.<sup>118</sup>

Ao fundar seu próprio jornal, Bittencourt destacava que o periódico seria desligado de qualquer compromisso com legendas partidárias, embora tivesse por objetivo atuar como uma

<sup>113</sup> LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã* (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em: 24 out. 2012.

<sup>114</sup> Cf. ANDRADE, Jeferson de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 63.

<sup>115</sup> O jornalista e advogado Edmundo Bittencourt participou da Revolução Federalista (1893-1894), no Rio Grande do Sul, e trabalhou por muito tempo no jornal *A Reforma*, ligado aos federalistas. Em 1901, fundou, no Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã*. Em 1929 transmitiu a administração e a direção do jornal a seu filho, Paulo Bittencourt. Disponível em: [http://www.revistatopoi.org/numero\\_atual/topoi22/topoi%2022%20-%20artigo%209.pdf](http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi22/topoi%2022%20-%20artigo%209.pdf). Acessado em: 02 jun. 2013.

<sup>116</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*, 2003. p. 157.

<sup>117</sup> LEAL, Carlos Eduardo. *Op. cit.*

<sup>118</sup> Editorial. *Correio da Manhã*, 15/06/1901, p. 2.

folha de opinião e de defesa "da causa da justiça, da lavoura e do comércio, isto é, do direito do povo, de seu bem-estar e de suas liberdades".<sup>119</sup>

A primeira edição, em junho de 1901, tinha seis páginas, divididas entre notícias e publicidade, sendo a tiragem informada de 30 mil exemplares. Em pouco tempo, o *Correio* tornou-se um jornal popular entre os leitores da capital federal. Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro, o público alvo inicial era composto por representantes da pequena burguesia urbana, escalões médios da administração, militares, comerciantes, professores e donos de pequenas empresas.<sup>120</sup>

Para Nelson Werneck Sodré<sup>121</sup>, o jornal passou por três fases distintas: a primeira, de 1901 até 1923, correspondendo à gestão do jornalista Pedro Leão Veloso (Gil Vidal) na chefia da redação; a segunda, entre 1923 e 1962, quando a chefia da redação foi ocupada sucessivamente pelos jornalistas Pedro da Costa Rego, também político, Antonio Callado e Luiz Alberto Bahia; e a terceira fase, a partir de 1963 até o seu desaparecimento.

Já na primeira fase, o periódico contou não apenas com a experiência de Leão Velloso mas também com a colaboração de profissionais reconhecidos meio jornalístico e literário, como Augusto Frederico Schmidt, Rui Barbosa, Coelho Neto, Arthur Azevedo, Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda e Gondin da Fonseca, o que lhe garantiu tornar-se referência de qualidade editorial e gráfica, para os padrões da época.

Ainda nesta fase, em 1929, a direção e a propriedade do periódico passaram para as mãos do jovem jornalista Paulo Bittencourt<sup>122</sup>, filho do fundador. A administração, então, passou a caracterizar-se pela crescente busca a investimentos em publicidade. Segundo Ribeiro, o jornal orientou-se também para a ampliação do seu público, buscando a classe média alta.<sup>123</sup>

Segundo a mesma autora, a orientação editorial e a linha argumentativa destacavam-se pela inspiração liberal, o que era apresentado nos textos do jornal como distinto daquilo que era feito nos demais periódicos. Esse diferencial, sendo denominado por Costa Rego de "ortografia da casa", foi construído com base na adoção de uma linguagem apurada e no posicionamento independente mantido pelo jornal.<sup>124</sup>

<sup>119</sup> Editorial. *Correio da Manhã*, 15/06/1901, p. 2.

<sup>120</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*, 2007. p. 64.

<sup>121</sup> Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.*. A mesma periodização é adotada em ANDRADE, Jeferson. *Op. cit.*, e em RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*, 2007.

<sup>122</sup> Paulo Bittencourt Bacharelou-se em Direito ingressando no *Correio da Manhã* tornando-se articulista e redator do jornal. Como empresário e administrador do jornal levou o periódico ao processo de modernização do seu parque gráfico e ampliação da carteira publicitária que ampliou a renda do jornal.

<sup>123</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*, 2007. p. 64.

<sup>124</sup> *Idem.* p. 65.

Também para Ribeiro, outro diferencial do *Correio da Manhã* era o papel desempenhado pelo redator chefe, Costa Rego, amigo e braço direito de Paulo Bittencourt, em sua administração. O jornalista teria sido responsável por implantar mudanças na redação que ajudaram a constituir uma linguagem e estrutura mais coesa para o jornal, buscando a produção de textos “bem escritos” e revisados. Costa Rego fazia a leitura de todas as matérias importantes e selecionava as colunas que seriam publicadas e quando o seriam. Essa centralização foi lembrada posteriormente por Luís Alberto Bahia, em entrevista a Jeferson de Andrade,

O redator-chefe era ainda um comandante: instruía, estimulava, às vezes até pautava. Ele determinava o objeto final. Além do mais, o *CM* era um jornal de linha, de orientação. O redator-chefe tinha também o comando dos editoriais que influíam no jornal, que era feito sob sua inspiração. Não era o inverso. O *Correio* era um jornal de opinião nesse sentido. Ou, seja ele fazia tudo em função disso. A titulação que hoje se faz em muitos jornais brasileiros, briga com editoriais. Contesta-os. Nesse particular; o *Correio* tinha muita uniformidade.<sup>125</sup>

Em fevereiro de 1945, o *Correio da Manhã* publicou a depois famosa entrevista de José Américo de Almeida, escritor e ex-ministro do governo Getúlio Vargas. Na entrevista, José Américo criticou o Estado Novo e defendeu a realização de eleições democráticas e a liberdade de expressão, que havia sido cerceada pelo regime. O jornalista que realizou a entrevista foi Carlos Lacerda, ainda repórter do *Correio da Manhã*. Na ocasião, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) não reagiu e a entrevista, segundo Carlos Eduardo Leal e Ana Paula Goulart Ribeiro, tornou-se um marco importante na história do *Correio da Manhã*, sempre lembrada em seus editoriais de aniversário, para reafirmar a imagem e a argumentação de que este se constituía como um órgão liberal, “combativo” e “corajoso”.<sup>126</sup>

Após o fim do regime, ainda sob a direção de Paulo Bittencourt, o jornal manteve esse destaque. Para Jeferson de Andrade, o *Correio da Manhã* mantinha “muitos amigos” no PSD, ainda que tivesse apoiado a campanha udenista do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência, em 1945.<sup>127</sup>

Mais tarde, em 1954, o jornal associou-se à oposição a Getúlio Vargas, apoiando o *Manifesto dos Coronéis* que, ligados à ala conservadora do Exército, no Rio de Janeiro, protestavam contra a falta de investimentos no setor, a alta da inflação e o anúncio do aumento de 100% no salário mínimo. O jornal apoiou também o inquérito policial militar

<sup>125</sup> BAHIA, Luiz Alberto apud ANDRADE, Jeferson de. *Op. cit.*, p. 102.

<sup>126</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*, 2007. p. 65.

<sup>127</sup> ANDRADE, Jeferson. *Op. cit.*, p. 63.

implantado para apurar o atentado da Rua Toneleros, que vitimou o major aviador Rubens Florentino Vaz e feriu Carlos Lacerda, principal opositor de Vargas na imprensa.

Para Luiz Alberto Bahia, a influência do *Correio da Manhã* e de seus editoriais foi tão importante, em meados da década de 1950, que o jornal “fez ministros”. Bahia refere-se ao episódio da nomeação, para o Ministério da Fazenda, de Eugênio Gudín, economista e amigo pessoal de Paulo Bittencourt, em 1954. A indicação de Gudín teria feita por Bittencourt, sendo prontamente atendida pelo novo chefe da nação.

Em suas memórias, Samuel Wainer lembra-se da proximidade entre imprensa e política citando o exemplo do *Correio da Manhã* e de seu Paulo Bittencourt:

O jornalista Paulo Bittencourt tinha um poder equivalente ao dos barões feudais da Idade Média, até porque o Brasil daqueles tempos abrigava uma sociedade colonial, desprotegida, indefesa. Para a massa popular, repleta de analfabetos, a imprensa era algo inacessível, misterioso, poderosíssimo. ‘Saiu no jornal’, dizia-se num tom de quem afirma uma verdade incontestável, irremovível. Era natural que, na sociedade dirigente, o dono do jornal tivesse *status* de marajá. A imprensa era tratada como uma parcela do Olimpo, fenômeno que, aliás, se manifesta ainda hoje e abrange também repórteres. Quando um jornalista leva uma surra, o mundo vem abaixo. Mas a indignação é infinitamente menor se quem apanha é, por exemplo, um líder operário. Nos anos 50, essa postura imperial da imprensa era muito mais aguda, e não há ninguém melhor que Paulo Bittencourt para ilustrá-la<sup>128</sup>

Da mesma forma que seus concorrentes, o periódico buscava então atender às exigências do mercado publicitário, promovendo modificações gráficas e editoriais. Para caminhar com as mudanças o novo redator-chefe, Antonio Callado, implementou, a partir de 1953, diversas alterações no processo de produção das notícias. Segundo Luiz Alberto Bahia:

Ele [Callado] marcou muito o *Correio da Manhã*. Podou, por exemplo, o jornal de certos provincianismos, que vinham de histórias passadas. E isso não era mais compatível com um jornal moderno. O mais destacado desse provincianismo era a tal da história dos nomes impúblicáveis. Isso fazia parte da “ortografia da casa”. Callado acabou com isso. Modernizou muito o jornal, arejou-o. Ele tinha tido a experiência inglesa. Deu, assim, ao *Correio*, uma feição mais aberta, menos partidária, apaixonada. A grande influência do Callado, além de despir o jornal do provincianismo, foi essa ideia de moderar as paixões.<sup>129</sup>

Além das transformações implementadas na linha editorial, que seguiam as orientações do modelo “norte-americano”, Paulo Bittencourt, a partir de 1955, modernizou o parque gráfico do jornal com a introdução de oito novas rotativas Hoe (de fabricação norte americana), no lugar da antiga Man (fabricação alemã). O jornal teve então seu tamanho, com a redução de colunas (passando de 55 centímetros e nove colunas para 50 centímetros e oito colunas). Nessa época, era publicado sempre em dois cadernos, com exceção das edições de domingo, compostas por cinco cadernos que incluíam os suplementos esportivos e

<sup>128</sup> WAINER, Samuel. *Op. cit.*, p. 136.

<sup>129</sup> BAHIA, Luiz Alberto apud ANDRADE, Jeferson de. *Op. cit.*, p. 103.

recreativos, o “caderno agrícola” e o suplemento de histórias em quadrinhos “Prisma”. Na edição de sexta feira, saía o caderno ilustrado “Singra”, que compunha artigos e reportagens sobre regiões do Brasil e do exterior e histórias em quadrinhos, entre outros textos. Em todas as edições, os artigos assinados referentes à economia e política saíam sempre no 1º caderno e na 2ª página, alternando os dias de cada articulista, dentre os colaboradores permanentes. Já o editorial era publicado diariamente e na 6ª página do mesmo caderno.<sup>130</sup>

Em 1959, Luiz Alberto Bahia tornou-se redator chefe, substituindo Antonio Callado. Em entrevista a Jeferson Andrade, o jornalista destaca esse momento como sendo de continuação do processo de modernização.

Completei o processo de modernização do jornal iniciado com Callado. Principalmente porque sentimos a transformação do próprio jornal. Ou melhor, a transformação do país forçando a do jornal. Posso resumir, dizendo: a grande independência dos jornais da época repousava muito nos anúncios classificados. No perfil do anunciante, da carteira de publicidade. Naquela época, o peso do classificado, do anúncio da cozinheira, do anúncio coletado pelos agentes do próprio jornal, era muito grande. Na medida em que o país se modernizava, começaram a surgir as agências de publicidade, aparecendo os anúncios de prestígio, de bancos, de indústrias, da indústria automobilística. Tudo isso acabou determinando uma mudança, em última análise, da relação do jornal, da sua opinião, com o seu perfil de renda.<sup>131</sup>

As modificações gráficas do *Correio da Manhã* na segunda metade da década de 1950 foram frutos da nova conjuntura enfrentada pela imprensa brasileira, que não conseguia mais se manter com favores políticos e empréstimos em bancos oficiais. Muitos jornais consolidaram-se e mantinham-se cada vez mais com a publicidade, crescente no período.<sup>132</sup>

Para entender essa dinâmica, analisamos informações do *Anuário de Imprensa* referentes ao ano de 1958.

O faturamento do *Correio da Manhã*, no ano 1958, foi composto dos seguintes dados - receita - 7,4 milhões em assinaturas e 24,8 milhões em vendas avulsas e 236 milhões de cruzeiros - despesas - 53,7 milhões na compra de papéis e tinta, 51,1 milhões despesas comerciais, 45,3 milhões nas oficinas, 41,6 milhões na redação e 33,4 milhões na administração.<sup>133</sup>

Apenas com as verbas de publicidade o saldo das receitas ultrapassava as despesas, gerando o lucro de 16 milhões de cruzeiros – um dos maiores faturamentos em publicidade entre os jornais do período. Ao longo dos anos 1950, no entanto, o *Correio da Manhã* foi perdendo sua carteira publicitária. Podemos atrelar a redução das entradas de recursos de publicitários à paulatina modernização e a melhor adequação de outros periódicos ao mercado, em especial ao fortalecimento do *Jornal do Brasil*, periódico que se adequou à nova

<sup>130</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*, 2007. p. 68.

<sup>131</sup> BAHIA, Luiz Alberto apud ANDRADE, Jeferson de. *Op. cit.*. p. 105.

<sup>132</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*, 2007. p. 68.

<sup>133</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*, 2003. p. 18.

dinâmica das reformas por meio de mudanças drásticas na sua apresentação gráfica e na apresentação de uma posição mais “neutra” diante dos assuntos nacionais.<sup>134</sup> Para disputar mercado com o *JB*, Paulo Bittencourt contratou então o jornalista Jânio de Freitas, que assumiu a direção e a chefia da redação em 1963, tendo por objetivo aprofundar as reformas iniciadas na gestão de Antonio Callado, nos anos 1950. Em entrevista a Jeferson de Andrade, Freitas teria afirmado que o convite para chefiar o jornal fora acompanhado pela seguinte argumentação, por parte de Bittencourt:

A minha vida foi toda em torno desse nome: *Correio da Manhã*. Eu cresci como filho do *Correio da Manhã*. Passei a viver como sendo o *Correio da Manhã*. Toda vida fui a jantares, a todos os lugares, sempre ouvindo: o *Correio da Manhã* disse aquilo. O *Correio da Manhã* publicou tal coisa. Passei todos esses anos fora do país e quando chego aqui, vou aos lugares, aos encontros, e ouço os comentários, mas o nome não é mais *Correio da Manhã*, é o *Jornal do Brasil*. O *Jornal do Brasil* disse isso, publicou aquilo (...).<sup>135</sup>

A reforma proposta por Janio de Freitas, a partir de 1963, contaria com a montagem de uma equipe de profissionais conhecidos no meio jornalístico, como Amílcar de Castro, José Ramos, Dácio de Almeida, alguns deles oriundos das reformas do *JB*. Antes de modificar a parte gráfica e editorial, entretanto, Freitas alterou a parte administrativa.

A reforma consistiu no seguinte: adequar o sistema administrativo e operacional às necessidades de um jornal que quisesse voltar a disputar o mercado que ele tinha perdido para o *JB*. Embora houvesse pessoas competentes, o sistema administrativo era uma coisa absolutamente antiquada e, por isso, em confronto com a necessidade de ser veloz e eficiente. Então, foi preciso dar uma nova organização àquele sistema central de operações administrativas.<sup>136</sup>

A continuidade da modernização do parque gráfico e do padrão editorial, com a adoção de uma linguagem mais “objetiva” e “simplificada” e o aumento dos aportes de verbas publicitárias, propiciado com a ampliação da industrialização, na década de 1950, apresentou, no entanto, limites concretos. Utilizando o *Correio da Manhã* como exemplo podemos depreender que a adoção de uma gestão mais moderna não implicava a eliminação de formas arcaicas e paternalistas de administração. Para Ribeiro:

O clientelismo, a chantagem e a corrupção também continuavam, em certa medida, a funcionar como elemento essencial na manutenção de algumas empresas e guiavam, muitas vezes, as escolhas e decisões de seus administradores. Mesmo naqueles jornais maiores e mais estáveis, a lógica do mercado se conjugava com uma racionalidade outra, ainda atrelada a imperativos de ordem política.<sup>137</sup>

<sup>134</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Op. cit.*, p. 155.

<sup>135</sup> FREITAS, Janio de apud ANDRADE, Jeferson de. *Op. cit.*, p. 112.

<sup>136</sup> *Idem.*, p. 115.

<sup>137</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950. In: BARBOSA, Marialva (org.). *Estudos de Jornalismo* (I). Campo Grande: Intercom, 2001. p. 12.

Os interesses políticos continuavam a se sobrepor. Durante o processo de modernização, os jornais tiveram uma atuação ambivalente. A modernização direcionou algumas empresas para a autonomização, mas sua liberdade de ação não era total. Segundo Ribeiro, o campo jornalístico nunca conseguiu assumir o papel de “vigilante” do Estado, ideário pregado pelo jornalismo americano e perseguido, em parte, pelos periódicos brasileiros da década de 1950<sup>138</sup>.

O jornalismo brasileiro nunca pode, portanto, exercer plenamente uma vigilância sobre o Estado, no sentido clássico do *liberalismo*, o que era pregado pelo *Correio da Manhã* desde a sua fundação. Nem mesmo o *Correio da Manhã* se desprende o suficientemente dos personagens e do cenário político, funcionando ainda como esfera de disputa de interesses.

Essa característica do meio jornalístico, que se apresenta em uma relação simbiótica com a esfera política, se espelha pela estruturação das empresas jornalísticas. Os principais jornais tinham estrutura familiar e sua administração aproximava-se de um “legado dinástico.”<sup>139</sup> O modelo de gestão administrativa era como algo híbrido, girando em torno da racionalidade e do personalismo, sendo exemplo o jornalista Paulo Bittencourt, na administração do *Correio da Manhã*.<sup>140</sup>

\*\*\*

Nesse capítulo, buscou-se compreender como o *Correio da Manhã* se inseriu dentro da modernização técnica e editorial da imprensa brasileira, iniciada na década de 1950, como um dos aspectos dos processos de industrialização e urbanização. O *Correio* manteve-se, então, como um dos principais periódicos do Rio de Janeiro, dentro os mais lidos e de maior tiragem. Ao passo que expressasse e veiculasse ideias em debate e disputas de posição no campo político – inclusive no que se refere ao poder de indicar nomes para ocupar postos no campo de gestão do Estado – o jornal funcionou, também, como um *aparelho privado de hegemonia*, defendendo proposições sobre a condução da política nacional que ganhariam força com a implantação do projeto nacional-desenvolvimentista, na gestão de Juscelino Kubitschek na presidência da República, a partir de 1956. Em todo o período, o *Correio da Manhã* buscou afirmar seu caráter apartidário e o cumprimento da função de “vigilante”, como órgão de opinião, que fora declarado à época de sua fundação e reiterado em diversas ocasiões, como na da crise do Estado Novo. Nesse sentido, o jornal buscava cumprir o papel

---

<sup>138</sup> *Idem.* p. 19.

<sup>139</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*, 2001; e ANDRADE, Jeferson. *Op. cit.*.

<sup>140</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*, 2001. p. 17.

em geral associado à imprensa, no ideário liberal, face à dinâmica política estabelecida com a formação dos grandes partidos nacionais. Como será examinado no capítulo a seguir, em sua atuação, no entanto, viriam a prevalecer, no período, em editoriais e artigos de opinião, manifestações favoráveis a determinados personagens e agremiações partidárias.

## 2 – LEITURAS DO *CORREIO DA MANHÃ* SOBRE O GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK (1956-1961)

No início dos anos 1950, o país vivenciava um panorama de transformações econômicas, sociais e políticas, regidas sob o signo do desenvolvimento industrial. O cenário foi marcado por um grande debate de ideias sobre modelos de progresso e de desenvolvimento. Tais transformações foram desencadeadas e/ou aceleradas por episódios de tensão no campo político e social, como o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954.

O quadro político assistiu então à ampliação do embate entre as principais legendas partidárias em torno da vaga para chefe do poder executivo federal e, concomitantemente, do melhor projeto de desenvolvimento do país. Disputavam o eleitorado e a ascensão de seus projetos a União Democrática Nacional (UDN) – criada em 1945, frontalmente opositora das políticas e da figura de Getúlio Vargas, que desde o início se colocou como legenda liberal e de luta contra a corrupção –, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), ambos criados também em 1945 e ligados à figura e política populista iniciada por Vargas. O PTB era ligado às novas camadas sociais, nascidas e atreladas ao bojo da industrialização crescente, e o segundo às camadas conservadoras e de base agroexportadora. O PTB tornou-se vitorioso na disputa para o executivo federal no início dos anos de 1950, com a eleição de Vargas, tendo a aliança entre as duas legendas se consolidado com a vitória de Juscelino Kubitschek nas eleições de 1955.

Consideraremos, neste capítulo, o embate sobre os projetos de desenvolvimento do país ligados às legendas partidárias supramencionadas e a distintos setores da intelectualidade, debatidos em grande extensão na imprensa periódica.

### 2.1. A crise política e a eleição de Juscelino Kubitschek em 1955

Nesta seção, analisaremos as manifestações do *Correio da Manhã*<sup>141</sup> quanto aos projetos discutidos no campo político, além de questionarmos uma possível aproximação do jornal com as vertentes ideológicas vinculadas aos partidos existentes. Para tal objetivo,

---

<sup>141</sup> Na pesquisa realizada pelo IBOPE em agosto de 1954, divulgada no mês seguinte, o *Correio da Manhã* aparecia como o segundo jornal mais lido, na capital federal, durante a semana, atingindo 48% dos leitores considerados classe A, 18% da B e 6% da C (atrás do *Diário de Notícias*, com 21%=A, 24%=B e 10%=C). Já em pesquisa feita em dezembro de 1959, divulgada em janeiro de 1960, o *Correio da Manhã* assumiu a primeira posição com 48%= A, 24%=B, 16%=C e 8%=D (categorias de leitores/consumidores que aparecem nesse ano apenas em pesquisas da Capital Federal). Cf. TOKARSKI, Flavia Millena Biroli. *Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950*. Tese de Doutorado em Ciência Política, UNICAMP, 2003. p. 45.

analisaremos artigos de opinião e editoriais publicados pelo *Correio* no período entre 1955 e 1961, considerando que suas notícias eram veiculadas vislumbrando um determinado público-alvo: as novas classes atreladas à consolidação da indústria, à modernização econômica e à urbanização.

Vale enfatizar que o primeiro quinquênio dos anos 1950 marcou o início do debate da viabilidade ou não do modelo econômico denominado por Cardoso de Mello<sup>142</sup> como de “*industrialização restringida*”, vigente desde o início da década de 1930, com a ascensão de Vargas ao poder. Este modelo procurou estimular o desenvolvimento das indústrias através de um sistema de substituição das importações que implicava o incentivo à utilização da capacidade ociosa existente no país. A indústria têxtil e outros setores acabaram se beneficiando com os obstáculos colocados às importações de similares. Além disto, isenções foram criadas para importações de bens de capital e as indústrias de base tiveram grande desenvolvimento.

O modelo da “*industrialização restringida*” começou a revelar sintomas de esgotamento no início dos anos de 1950, sendo a crise desencadeada por fatores de ordem interna e externa, atreladas à esfera política, tais como o fim do Estado Novo (1937-1945), quando ocorrera uma restrição das importações, em razão do conflito mundial. O panorama interno de crise desencadeara a redemocratização do país e estivera ligado a efeitos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando se pressionou pelo fim dos regimes autoritários no Ocidente, após o conflito, surgindo em todas as esferas da sociedade o ideário de defesa da democracia em favor do restabelecimento das liberdades democráticas e político-partidárias.

Sonia Regina de Mendonça argumenta que o liberalismo “emergente”<sup>143</sup>, surgido no pós-guerra, contrário aos regimes autoritários, correspondia à consolidação da superioridade “norte-americana no interior do bloco capitalista”, defendendo o fim do protecionismo e o retorno da liberdade de intercâmbio nas negociações internacionais. Nesse sentido,

No seio da sociedade nacional este “neoliberalismo” serviu como bandeira para o movimento político de oposição ao Estado Novo que aglutinava forças bastante heterogêneas. Dentre elas destacavam-se tanto alguns setores tradicionalmente ligados à agroexportação – desejosos de se livrarem do confisco cambial exercido pela política econômica do Estado – quanto grupos de importadores que há muito debatiam contra a seletividade das importações e o controle das taxas de câmbio. Da frente oposicionista também participavam setores da classe média dos principais centros urbanos que se sentiam lesados pela política econômica do governo.<sup>144</sup>

<sup>142</sup> MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

<sup>143</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia: opções de desenvolvimento*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 40.

<sup>144</sup> *Idem*. p. 40.

Esse novo panorama marcou os embates eleitorais em 1945, com a ascensão de Eurico Gaspar Dutra, sucedido por Vargas, em seu segundo governo, dessa vez eleito pelo voto popular. Assumindo uma postura nacionalista e autônoma, objetivando a concretização de sua política de desenvolvimento econômico e de aparelhamento do Estado para essa finalidade, Vargas promoveu a criação de diversos organismos como a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA), voltada às iniciativas de reestruturação agrária, e a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), cujo objetivo era criar medidas econômicas, financeiras e administrativas ligadas ao desenvolvimento industrial, além de outros órgãos destinados a dar o aporte necessário à política de desenvolvimento. No período até 1954, somaram-se a essas comissões outras de atuação específica, além de novos órgãos e agências, totalizando a criação de 22 instituições estatais, incluindo a Petrobrás e o Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDE).<sup>145</sup>

Por influência da CEPAL<sup>146</sup>, o momento é marcado pelo uso de técnicas de planejamento para a implementação do desenvolvimento econômico do país; trata-se da ideologia do planejamento econômico (e social) que passa a ganhar foros de cidadania no interior do pensamento social latino-americano.<sup>147</sup>

As ações de planejamento econômico encontravam como obstáculos, no primeiro quinquênio dos anos 1950, uma crescente inflação, que se tentou combater com a ampliação de medidas de austeridade fiscal, concorrendo para o agravamento das tensões políticas e sociais. Esse quadro mostrava que o modelo “populista”, associado a Getúlio Vargas, estava desgastado. Setores da alta e média burguesia atrelados à ampliação da indústria sentiam-se onerados pela desvalorização da moeda e pela política nacionalista que ameaçava restringir a entrada do capital estrangeiro, fazendo frente e oposição ao modelo econômico e à política getulista.

A oposição de amplos os setores levaria à retirada de Vargas do poder, com o episódio dramático do suicídio. Posteriormente a esse momento, o país vivenciou um momento de transição na economia e no campo político. Na imprensa periódica, como assinalado

<sup>145</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. *Um panorama da política de desenvolvimento de Vargas*. Rio de Janeiro, s.d.. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/PoliticaDesenvolvimento> >. Acesso em: 01 jun. 2012.

<sup>146</sup> A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e tem sua sede em Santiago, Chile. É uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável. BIELSCHWOSK, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

<sup>147</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

anteriormente nesse trabalho, o período foi marcado pelo início de um processo de modernização que incluiu alterações na estrutura gráfica e editorial dos grandes jornais.

No ano de 1955, verificou-se o que poderíamos chamar de “ensaio” para os embates entre projetos de desenvolvimento do país. No campo político, sentia-se ainda o impacto do episódio de agosto de 1954, acirrando as disputas ideológicas entre as maiores legendas partidárias em torno da sucessão no comando do executivo federal e também da defesa de projetos políticos e alternativas de desenvolvimento econômico.

Para disputar as eleições presidenciais, em outubro de 1955, o PSD lançou a candidatura do então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek. A escolha do governador mineiro não fora, no entanto, uma unanimidade dentro do partido e, externamente, grupos opositores à indicação de Juscelino afirmaram a ligação do candidato com a política populista, considerando-o como uma continuidade de Vargas e de sua política econômica intervencionista. O *Correio da Manhã*, jornal expressivo e importante dentro da capital federal, integrou, nesse contexto, a frente de apoio à escolha do PSD. O editorial a seguir espelha essa adesão:

(...) **Partido majoritário** num decênio de eleições democráticas, a nenhum, melhor do que ao PSD, se podia reconhecer o direito líquido, certo e oportuno de indicar uma candidatura aos convencionais, organizando assim, na consulta aos seus quadros, o processo da sucessão presidencial.

Fixou-se o PSD, para este candidato na figura do governador de Minas Gerais, homem na plenitude de suas capacidades, e que trazia consigo a referência de uma obra administrativa intensa e relevante, que mais lhe consagrava, na esfera positivada realizações, a habilitação para o cargo. (...)

Era um homem sério e dinâmico, projetado no espaço nacional pelo valor da sua personalidade, **seu sentimento do progresso e, ao mesmo tempo, sua fidelidade às instituições e às tradições brasileiras.**

(...) O jovem candidato, homem simples, homem de seu tempo, sem um traço sequer de iluminismo e messianismo, cobriu-se naturalmente com o manto que lhe impuseram o de **defensor da democracia brasileira.**

Nunca seríamos “juscelinistas” no sentido estreito do termo. O candidato de carreira limpa, o administrador hábil cuja candidatura contou com nossa simpatia, não tinha um desses passados heroicos que o impusessem acima de qualquer outro candidato que se pudesse apresentar. Mas agora, quando lhe damos enérgico apoio, é porque não reconhecemos nada que se possa chamar de “juscelinismo” na atividade do candidato. Ele transcendeu o que haveria de personalismo na sua candidatura. Forçaram-no a transcender e a se identificar com essas puras tradições da democracia brasileira que são, desde a fundação desse jornal, o nosso aliado apoiando a candidatura do Sr. Juscelino Kubitschek estamos apenas em realidade apoiando nossas próprias ideias, lutando a nossa luta de meio século pela implantação de uma democracia sólida no Brasil que brote do povo e dos partidos e nunca do Palácio do Catete.<sup>148</sup>

O editorial do *Correio da Manhã* não só defende a candidatura de Juscelino Kubitschek, como o intitula “defensor da democracia”. Nesse momento, o jornal se coloca a favor da legalidade nas eleições para presidência e faz um alerta sobre um possível golpe, articulado por opositores da política getulista, da qual JK, segundo os “conspiradores”, seria

<sup>148</sup> Guardiã da Democracia [Editorial]. *Correio da Manhã*, 29/01/1955. p. 6. Grifos nossos.

herdeiro. A qualidade destacada no candidato, pelo jornal, era o fato de que não representava, na avaliação de seus editores, qualquer tipo de “personalismo”, característica essa, sim, associada à herança varguista.

Posteriormente ao lançamento da candidatura de Juscelino Kubitschek, definiu-se a aliança PTB/PSD, na qual o político gaúcho João Goulart, o Jango, que fora ministro do trabalho no segundo governo de Getúlio Vargas, seria candidato ao cargo de vice-presidente. Diferentemente do apoio inicial dado a JK, nesse momento o *Correio da Manhã* manifesta restrição à união, que considera como problemática, apresentando Jango como herdeiro direto da política getulista e “representante do ideário comunista”, devido à trajetória que ligava sua imagem a políticas em benefício a classe trabalhadora. Neste sentido, segundo o jornal,

(...) O PTB indicará o nome do Sr. João Goulart para vice – presidência na chapa do candidato do PSD. **Não aceitamos, em qualquer hipótese, essa candidatura errada, imprudente e afrontosa.** Dir-se-ia não de um aliado do Sr. Juscelino Kubitschek, a facilitar-lhe o caminho já aberto para a vitória, mas a solução de um inimigo do candidato do PSD, a armar-lhe uma cilada e uma emboscada para um desfecho de consequências imprevisíveis.

Já representa uma imprudência, com certa nota de tendência para revanches, que o PTB tenha escolhido o dia 19 de abril e a cidade de São Borja para a data e local de sua convenção. Isso revela nova onda de personalismo, desejo de colocar o nome do Sr. Getúlio Vargas como um foco de paixões e agitações, tudo isso o que nesta hora deveria ser evitado em favor não só da causa do candidato do PSD, mas da própria sobrevivência e continuidade do regime. Que ainda venha nessa onda de inoportunos sentimentalismos o nome do Sr. João Goulart como candidato à vice-presidência da República – eis o que não poderemos aceitar, nunca admitimos em nenhum momento a candidatura do Sr João Goulart. E continuamos a considerá-la como uma situação inaceitável e intolerável na aliança entre PSD e o PTB. (...)

(...) É lógico e certo, dentro dessa linha, que a vice-presidência caiba ao PTB, que seja um trabalhista o companheiro de chapa do Sr. Juscelino Kubitschek. **Mas o Sr. João Goulart não representa o trabalhismo – e sim o aventureirismo, o peleguismo sindical, a peronada para a República sindicalista, a agitação do cais do porto, a pregação da luta dos operários contra os patrões, tudo aquilo enfim que marcou a sua presença na pasta do trabalho e que abriu a crise a ter o seu desfecho no dia 24 de agosto.** (...)

(...) Quanto a nós, porém, não fazemos jogo duplo, nem participamos de manobras escuras. Desejamos ser claros e queremos falar a tempo. Politicamente, a candidatura do Sr. João Goulart colocaria de novo o Brasil nos termos de exaltação e fanatismo da crise de 24 de agosto. (...)

(...) **A candidatura do Sr. Juscelino Kubitschek, pelo valor do candidato e pelas forças que a apoiam, estava vitoriosa e estará vitoriosa, caso não seja o Sr. João Goulart o seu companheiro de chapa.** Precisamente, na escolha do vice-presidente, irá o PTB demonstrar se quer de fato colaborar na vitória do candidato do PSD ou se quer fazer jogo dos seus inimigos. **Apoiamos o Sr Juscelino Kubitschek, mas não poderíamos apoiar a chapa Juscelino-Jango.**<sup>149</sup>

A análise do editorial nos permite vislumbrar a complexidade da situação no campo político, após o 24 de agosto, e avaliar o processo eleitoral diante da aliança PTB-PSD para o executivo federal. A negativa do jornal quanto à candidatura de João Goulart remete-nos à oposição que este fizera ao segundo governo de Vargas. Para o jornal - cujo público-alvo

<sup>149</sup> Aliado ou inimigo [Editorial]. *Correio da Manhã*, 13/04/1955, p. 6. Grifos nossos.

visado era a “alta, média e pequena burguesia”<sup>150</sup> -, João Goulart era o homem de confiança de Vargas e herdeiro da sua política nacionalista e trabalhista. A vitória de Jango seria, nesse entendimento, um retrocesso ao projeto de desenvolvimento. Para o *Correio*, o candidato petebista representava o “peleguismo sindical” e a “luta dos operários contra os patrões”. A imagem do candidato do PTB representava, sem sombra de dúvidas, uma retomada do passado e da política do varguismo.

A aliança PSD-PTB foi confirmada em março de 1955, o que gerou a retirada do apoio explícito do *Correio da Manhã* à candidatura de Juscelino Kubitschek. Na mesma ocasião, no entanto, o jornal afirmava, em editorial, que o candidato pessedista seria o político com “condições pessoais para realizar no plano nacional tudo aquilo que conseguira realizar no plano regional, seja pacificando a política do Estado, seja galvanizando as forças produtoras de Minas para o enriquecimento coletivo”<sup>151</sup>.

Em outubro, a aliança JK-JANGO venceu a eleição para o executivo federal, porém o quadro político, tenso desde agosto de 1954, ameaçava a posse aos eleitos, devido à possível articulação de um golpe, liderada por uma das alas do exército e por lideranças da UDN.

Posteriormente às eleições, o presidente em exercício, Café Filho, adoeceu e foi substituído, interinamente, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. No momento em que se articulava um golpe para impedir a posse dos eleitos, para tal objetivo, o jornalista e deputado udenista, Carlos Lacerda, utilizou seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, para manifestar sua indignação em relação ao resultado do pleito. Em editorial de dia 9 de novembro, em editorial sobre a posse de Carlos Luz na presidência, frisava que era “preciso que fique claro, muito claro, que o presidente da Câmara não assumiu o governo da República para preparar a posse dos Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart. Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse e não tomarão posse.”<sup>152</sup>

Outros veículos de comunicação, como *Última Hora* e *Correio da Manhã*, expressaram então o repúdio à articulação de golpe, lançando mão de uma campanha pró-legalidade e de defesa da democracia. Em 4 de setembro, o artigo do jornalista Edmundo Moniz, publicado no *Correio*, questionava as motivações do movimento golpista:

Até agora os partidos do golpe não encontram nenhum motivo que pudesse justificá-lo. O alarido que fazem se perde no vazio. Não resiste a uma análise honesta e objetiva, todavia, eles permanecem irredutíveis, não recuam nem desistem de seus propósitos. Usando de todos os meios, da mentira, da falsidade, da mistificação continuam a pregar a destruição do regime.

<sup>150</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

<sup>151</sup> Desliga-se o “Correio” do Sr. Kubitschek [Editorial]. *Correio da Manhã*, 28/04/1955, p. 6.

<sup>152</sup> Editorial. *Tribuna da Imprensa*, 09/11/1955. p. 4.

Todos os argumentos contra a democracia foram, nestes últimos tempos, afanosamente desencavados dos arquivos nazistas.

O voto é considerado pelos golpistas não um caso particular, mas em sentido geral, como simples mercadoria que se acha em um leilão. (...)

Desta forma, eles procuram comprometer moral e politicamente tudo aquilo em que se baseiam as instituições democráticas. (...)

Os golpistas, é claro, de acordo ou não com a razão, o que procuram criar é o clima emocional que interrompa, entre nós, a consolidação do sistema representativo.<sup>153</sup>

Nesse panorama político, de embate entre forças pró e contra a legalidade das eleições, o ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, a favor da legalidade, entendeu que Carlos Luz era conivente com o golpe. Organizou então o chamado “Movimento Militar Constitucionalista”, composto de oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica, em favor da legitimidade democrática, para assegurar a posse dos eleitos. Na madrugada do dia 11 de novembro de 1955, depôs-se o presidente, garantindo-se no cargo o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, que se manteve no executivo federal até dar posse a Juscelino Kubitschek e João Goulart, em janeiro de 1956.

Juscelino Kubitschek ainda iria enfrentar, durante seu governo, dois outros movimentos de oposição militar. Ainda no início do Governo, na noite de 10 de fevereiro de 1956, um grupo de oficiais da Aeronáutica, liderados pelo major Haroldo Veloso e pelo capitão José Chaves Lameirão, instalaram-se na base aérea de Jacareacanga, no sul do Pará, organizando um quartel-general. Os revoltosos temiam uma possível represália dos militares vitoriosos em novembro e pediam a saída do então ministro da Aeronáutica, Vasco Alves Seco, que substituíra no cargo Eduardo Gomes, ligado à conspiração. O levante controlou as localidades de Cachimbo, Itaituba e Aragarças, além da cidade de Santarém, e chegou a contar com o apoio das populações locais.

Mesmo sendo um movimento de caráter limitado, o governo encontrou dificuldades para reprimi-lo devido à reação de oficiais, sobretudo da Aeronáutica, que se recusaram a participar da repressão aos rebelados. Após quase 20 dias, a rebelião foi sufocada pelas tropas legalistas, sendo preso o major Haroldo Veloso, sua principal liderança. Alguns dos rebelados conseguiram escapar, asilando-se na Bolívia. Por solicitação do próprio Kubitschek, o Congresso Nacional concedeu anistia aos rebelados.

Após o episódio e a anistia, mantiveram-se, entretanto, alguns focos de tensão em setores militares, sobretudo da Aeronáutica, o que levou à eclosão da revolta de Aragarças, em dezembro de 1959, contando com a participação do ex-líder de Jacareacanga, Haroldo Veloso, e de dezenas de outros militares e civis, liderados pelo tenente-coronel João Paulo

---

<sup>153</sup> MONIZ, Edmundo. Juarez e o golpe [Artigo]. *Correio da Manhã*, 04/09/1955. p. 2.

Moreira Burnier. O objetivo da revolta era dar início a um “movimento revolucionário”, afastando do poder o governo de Juscelino Kubitschek, considerado pelos líderes da conspiração como corrupto e comprometido com o “comunismo internacional”.

Os rebelados deslocaram-se então do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, em três aviões da Força Aérea Brasileira e dois civis, com destino a Aragarças, em Goiás, de onde organizaram o bombardeio dos palácios das Laranjeiras e do Catete e a ocupação das bases de Santarém e Jacareacanga, no Pará. A revolta estendeu-se por 36 horas, apenas, partindo as lideranças para o Paraguai, a Bolívia e a Argentina.

Mais uma vez, nessa ocasião, o *Correio da Manhã* manifestou-se contrariamente à conspiração, denunciando seu caráter contrário às liberdades democráticas.

Esses rapazes que estão reeditando Jacaré-Acanga não estão dando nada de grande ao Brasil. Nem mesmo uma grande tristeza. Tudo o que estão conseguindo é envolver o país numa melancolia miúda e desmoralizante. Um gesto de rebeldia irrompe com fulgor, numa afirmação de bravura, mas não só de coragem: também de generosidade. O brio do rebelde, do insurreto está no risco consciente a que ele se expõe, e não no constrangimento a que submete os outros. Esses rapazes que escaparam para Aragarças, que fizeram? Não enfrentaram uma situação militar. (...)

As próprias forças de oposição ao governo lhes recusam solidariedade, em nome da lealdade ao regime. A quem esperam servir, no desatino de um gesto no qual, amargurada, a Nação não se reconhece?

O Brasil quer mudança, mas não esta que faz recuar, que o diminui quando põe em risco o exercício das franquias e liberdades democráticas.<sup>154</sup>

De modo geral, desde a campanha eleitoral, em 1955, e face às ameaças golpistas sofridas por Juscelino Kubitschek, antes e depois da posse e malgrado a resistência à aliança com o PTB, o *Correio da Manhã* afirmava sua posição de folha liberal, defensora da democracia, papel esse que fora atribuído ao próprio candidato, agora presidente.

## 2.2. O país sob uma “nova era”: a vitória do projeto nacional-desenvolvimentista

O segundo quinquênio da década de 1950 trouxe para o Brasil um panorama peculiar, marcado por uma série de desafios diante do compromisso de acelerar as transformações e o crescimento econômico do país. O papel do executivo federal redefiniu-se, ganhando novas funções específicas relacionadas ao projeto de desenvolvimento econômico, sendo mantido o regime democrático, com o governo estritamente dentro dos limites constitucionais.

Mônica Pimenta Velloso descreve esse momento como sendo caracterizado pela “euforia” do cenário mundial do pós-guerra e da “busca do tempo perdido”, em relação ao Estado Novo e também à crise que atravessara o segundo governo de Getúlio Vargas. Ganhou

<sup>154</sup> Voo Cego [Editorial]. *Correio da Manhã*. 04/12/1959. p. 6.

destaque a chamada “utopia nacionalista”<sup>155</sup>, que estaria associada ao projeto de superação do atraso econômico. Industrialização, urbanização e tecnologia tornaram-se palavras de ordem, sendo todos os grupos sociais envolvidos pelo ideal ufanista de desenvolvimento. Nesse contexto, o *slogan* do governo Juscelino Kubitschek, “50 anos em cinco”, melhor representava o que a autora qualificou como uma “corrida contra o tempo” para atingir a meta central – o desenvolvimento econômico.<sup>156</sup>

Fortaleceu-se o debate sobre o melhor caminho para levar a economia a um novo patamar de desenvolvimento, ampliando-se qualitativamente e quantitativamente os diversos setores produtivos. Sonia Mendonça sinaliza que as tendências ideológicas que debatiam o desenvolvimento econômico convergiam em três eixos<sup>157</sup>: o primeiro, ligado ao liberalismo, que defendia a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento, ideia esta que correspondia, grosso modo, às aspirações da União Democrática Nacional (UDN); a segunda vertente correspondia a um nacionalismo “radical”, associado à noção de substituição das importações e à rejeição da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento do país, intimamente ligado aos grupos varguistas; e o terceiro eixo, pautado pelo projeto nacional-desenvolvimentista, cujo foco mantinha-se na necessidade de atrair o capital estrangeiro, com a ressalva de que este deveria ser submetido ao controle e à regulação estatal. O nacional-desenvolvimentismo esteve representado na vitória de Juscelino Kubitschek, em 1955.<sup>158</sup>

Para além dos projetos definidos no âmbito político, havia o debate nos núcleos ligados à intelectualidade, representados pelos meios de comunicação e pelo campo das ciências sociais, principalmente os homens ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O aporte do nacional-desenvolvimentismo estava fundamentado, portanto, em determinada produção intelectual<sup>159</sup>. O Instituto fora criado em julho de 1955, por iniciativa do presidente Café Filho, como órgão ligado ao Ministério da Educação, e reunia os intelectuais que anteriormente integravam o chamado “Grupo de Itatiaia”, que haviam

---

<sup>155</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. A dupla face de Jano: romantismo e populismo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 173.

<sup>156</sup> *Idem*, p. 173.

<sup>157</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Op. cit.*, p. 45-46.

<sup>158</sup> “O desenvolvimentismo é uma ideologia política que pressupõe a modernização conduzida pelas elites do Estado a partir de seu aparelho, nas funções de agente, planejador e de coordenador do processo que conta também com a participação da iniciativa privada nacional. O Estado assume a tarefa como incumbência para além dos interesses políticos. Para tanto, a ciência econômica exerce papel fundamental por seu suposto caráter portador de valores racionais e técnicos. Logo, trata-se de alavancar, a partir do planejamento e da ação estatal, a acumulação capitalista.” MANTEGA, Guido. *A Economia Política brasileira*. 3ª ed. São Paulo; Petrópolis: Polis; Vozes, 1985.

<sup>159</sup> Para Guido Mantega, o desenvolvimentismo é herdeiro direto da corrente *keynesiana* que se opõe ao liberalismo clássico e encontrou grande expressão, nos países periféricos, a partir das análises econômicas e das diretrizes para o desenvolvimento elaboradas pela CEPAL. MANTEGA, Guido. *Op. cit.*, p. 24; 32-41.

originado o Instituto de Economia, Sociologia e Política (IBESP). O novo órgão seria mais tarde amplamente reconhecido e respaldado pelo presidente Juscelino Kubitschek<sup>160</sup>.

A atuação do ISEB se dava por meio da realização de cursos de formação técnica, destinados a funcionários da administração pública e militares. Para Caio Navarro de Toledo, o Instituto desenvolvia ideologia política “disfarçada de ciência”. Porém, segundo o autor, o órgão não influenciou de forma direta as políticas de planejamento do governo JK<sup>161</sup>. Coadunando com essa interpretação, Renato Ortiz argumenta que “o desenvolvimento capitalista brasileiro pressupõe uma produção ideológica articulada a uma produção econômica; mas, na medida em que a produção econômica atinge novas formas de desenvolvimento, têm-se novos tipos de organização ideológica implantadas”.<sup>162</sup> Ortiz refere-se, nesse sentido, às vertentes de desenvolvimento em debate ligadas notoriamente às posições político-partidárias, o que nos remete à argumentação de Mendonça, relativa às vertentes do desenvolvimentismo ligadas aos grupos em disputa pelo poder.

Para Vânia Maria Losada Moreira:

(...) o papel do ISEB era viabilizar a tomada de consciência indispensável ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, por meio da formulação e da veiculação da “ideologia do desenvolvimento nacional”. Do ponto de vista iseblano o Brasil não era ainda uma nação, pois não se desenvolvia a partir de seus próprios interesses e necessidades, ou, para usarmos a categoria do instituto, não se desenvolvia sob o impulso de interesses “endógenos”. A característica central do processo histórico brasileiro, desde a fase colonial, residia, ao contrário, no seu atrelamento aos interesses e necessidades de outros países. Em outras palavras, a economia agrária voltou-se para o mercado externo, impedindo o desenvolvimento aut centrado do país em todos os sentidos, desde o econômico até o cultural.<sup>163</sup>

Dessa forma, o ISEB foi um dos centros mais importantes de elaboração teórica do projeto nacional-desenvolvimentista, tornando-se “a matriz de um certo tipo de pensamento destinado à mobilização social em torno do progresso do país.”<sup>164</sup> A influência da matriz iseblana e as pressões surgidas pelo debate quanto ao modelo de desenvolvimento pretendido para o país fizeram o governo eleito buscar um amplo planejamento através do diálogo com a sociedade e, mais especificamente, com a vertente nacionalista mais radical. Ofereceu-se então a alternativa econômica nacional-desenvolvimentista, contida no Programa de Metas.

<sup>160</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. *Op. cit.*, p. 25.

<sup>161</sup> *Idem.* p. 27.

<sup>162</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>163</sup> MOREIRA, Vania Maria Losada. *Brasília: a construção da nacionalidade*. Vitória: EDUFES, 1998. p. 138.

<sup>164</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1990. p. 347.

Para Toledo, o nacional-desenvolvimentismo teve início e fim com o governo Juscelino Kubitschek, mesmo tendo sido elaborado por uma instituição relativamente autônoma<sup>165</sup>. O fim do governo JK seria o fim do ideário isebiano, de um capitalismo “benéfico” para todos. O fim do nacional-desenvolvimentismo estaria relacionado com a percepção de que o desenvolvimento veio “para poucos” e não para toda a nação, como imaginavam os membros do instituto.

Podemos afirmar assim que o ISEB foi uma singular referência para a ideologia desenvolvimentista. Entretanto, não só o Instituto entrou no embate sobre o melhor caminho para o desenvolvimento, uma vez que, conforme assinalado por Velloso, nos anos 1950 “partidos políticos, sindicatos e imprensa (...) cerram fileiras em torno do projeto nacional-desenvolvimentista”.<sup>166</sup>

O *Correio da Manhã*, por exemplo, colocou-se como um veículo de comunicação ativamente defensor do desenvolvimento econômico. O jornal somava sua contribuição ao esforço de difusão do ideário modernizador, podendo as manifestações nele veiculadas serem tomadas em conta na análise do processo de implementação dos projetos de desenvolvimento pelo governo de Juscelino Kubitschek, a partir de 1956.

### **2.3. Implementação do programa nacional-desenvolvimentista**

O presidente Juscelino Kubitschek tomou posse em 31 de janeiro de 1956, garantido por um “contragolpe” dado pelo general Henrique Teixeira Lott, com o apoio de alguns setores da sociedade civil, inclusive do *Correio da Manhã*, e na aliança entre o Partido Social Democrática (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Conforme já assinalado, o PSD se caracterizava por ser uma legenda conservadora e de base ruralista, enquanto o PTB era ligado a grupos trabalhistas, em sua maioria com atuação no meio urbano. Esta aliança pautou-se por uma prática tradicional de barganha e distribuição de funções. Segundo Sonia Mendonça, coube à primeira legenda o controle das pastas ligadas ao orçamento e às finanças públicas, além da gestão dos novos órgãos criados com o objetivo de conduzir a implementação do Programa de Metas, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), por exemplo<sup>167</sup>. Já ao PTB foram destinadas as pastas do Trabalho e da Agricultura. Essa distribuição de funções visava a promover um equilíbrio político estável

---

<sup>165</sup> Toledo enfatiza que a ideologia nacional-desenvolvimentista é fruto do ISEB, e não do governo, mesmo que esse tivesse encampado suas formulações. Cf. TOLEDO, Caio Navarro de. *Op. cit.*.

<sup>166</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. *Op. cit.*, p. 172.

<sup>167</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Op. cit.* 1988. p. 48.

tanto em termos da coligação, quanto no que dizia respeito aos interesses dos distintos setores da sociedade nela representados.

A aliança PSD/PTB, como suporte do governo Juscelino Kubitschek, representava interesses diferentes que convergiam, no entanto, quanto ao cálculo político-eleitoral (nível partidário) e quanto ao apoio à política desenvolvimentista do governo, graças à presença dos “interesses majoritários” no Programa de Metas (nível sistêmico), conforme apontado no trabalho pioneiro de Benevides<sup>168</sup>. A coligação obteve a maioria no legislativo federal, sob a liderança do PSD, formando o chamado “bloco de apoio”<sup>169</sup>, que desempenhou funções de legitimação do sistema político e serviu de canal para o processamento e direcionamento das demandas, além da função clientelística que, de acordo com Sérgio Abranches<sup>170</sup>, consistia no atendimento de demandas específicas relativas ao controle e à utilização de cargos públicos, verbas e influência para a manutenção do prestígio junto ao eleitorado. Por último, o “bloco de apoio” cumpriu a função de recrutamento de quadros, fornecendo elementos para a formação de gabinetes e órgãos federais, estaduais e municipais.

O PSD se colocou então como maior força política, conquistando a maioria das cadeiras no Congresso Nacional<sup>171</sup> e obtendo o maior número de ministérios. Dessa forma, o partido controlava a política financeira (comando do Banco do Brasil, pasta da Fazenda) e os ministérios da Justiça, Relações Exteriores, Aviação e Obras Públicas, pastas estratégicas para a execução do plano de desenvolvimento proposto pelo governo. Além de todos os postos importantes para caminhar com os objetivos socioeconômicos, assumiu a liderança, igualmente estratégica, na Câmara dos Deputados e no Senado.

Ao PTB, legenda do vice-presidente João Goulart, caberia o Ministério do Trabalho e a gestão da Previdência Social e da política sindical, elementos importantes para garantir a implementação das políticas trabalhistas que colocaram a massa trabalhadora em consonância com a política de desenvolvimento do governo. Para outras legendas de apoio, como o Partido Republicano (PR) e o Partido Social Progressista (PSP), caberiam as pastas da Educação e da Saúde.

A formação do “bloco de apoio” foi criticada pela oposição udenista e por alguns veículos de comunicação, como *O Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa*, que

<sup>168</sup> Cf. BENEVIDES, Maria Victória. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956 -1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; e LAFER, Celso. *JK e o programa de metas, 1956-1961: processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

<sup>169</sup> BENEVIDES, Maria Victória. *Op. cit.* p. 71.

<sup>170</sup> ABRANCHES, Sérgio. *O processo legislativo: conflito e conciliação na política brasileira*. Brasília, Dissertação de Mestrado em Sociologia, UNB, 1973. p. 15.

<sup>171</sup> No início do governo o PSD contava com 35% dos deputados, a UDN com 21%, o PTB com 20%, o PSP com 8% e os outros partidos menores com 24%. Cf. BENEVIDES, Maria Victória. *Op. cit.* p. 78.

denunciaram os benefícios oferecidos pelo governo Juscelino Kubitschek às diversas legendas. Ainda em janeiro de 1956, o *Correio da Manhã*, em artigo assinado por Augusto Frederico Schmidt – figura bastante próxima do presidente<sup>172</sup> – argumenta em defesa da legalidade e do papel a ser desempenhado pelo novo chefe do executivo federal, refutando que a ideia de que aliança representada pelo “bloco de apoio” representasse o retorno a um passado “traumático”:

Os que participaram da luta política que levou ao governo da República o Sr. Juscelino Kubitschek não por estarem enquadrados em partidos ou por desejarem postos de comando ou prebendas, ou ainda por alimentarem ambição de qualquer espécie – os homens, enfim, que se empenharam na luta áspera de que saiu vitorioso o ex-governador mineiro e não o fizeram somente pelos belos olhos do candidato, nem pela sua capacidade de ser ágil nas dificuldades da política mas por confiarem e terem a esperança de que alguma coisa de novo sairá do futuro governo; os que consideram o Sr. Juscelino o melhor candidato, entre os que se apresentaram na liça, o mais adequado às necessidades da conjuntura, mais o interesse do Brasil do que o interesse dele, Juscelino, esses pedem a Deus que a futura administração fuja da mediocridade, do círculo de burrice que oprime esta já tão exausta Nação.<sup>173</sup>

O artigo expõe o desafio que deverá ser vencido pelo novo presidente, para governar para/por todos os cidadãos, como “melhor candidato”, afastado da “mediocridade”.

Em edições posteriores, no entanto, o *Correio* analisa a composição das pastas ministeriais, ressaltando que as escolhas baseadas em critério “partidário parlamentar” – e não na “qualidade” dos novos ministros – poderiam levar a problemas futuros. Neste sentido,

A única justificativa que encontramos para a constituição do melancólico Ministério do Sr. Juscelino Kubitschek foi a necessidade que sentiu o governo de contar com sólida maioria no Congresso. Sem essa maioria o governo julgou não poder promover as reformas que considera indispensáveis ao país. O critério partidário-parlamentar preponderou, com o sacrifício da qualidade humana do Ministério. O critério que julgamos inadequado a presente conjuntura do país, não deixa de ser um critério. E como tal tem méritos. A ausência de qualquer critério seria erro grave. Só o futuro poderia dizer dos méritos do critério escolhido. Infelizmente, muito cedo do que esperávamos, os fatos ameaçam destruir o mais importante motivo que fundamentou a preferência do critério partidário-parlamentar. Foi a criação do bloco minoritário no Congresso, constituído do PTB, PR e PSP. Esse bloco, já de estrutura ensaiada antes das eleições, definiu-se com todos os sacramentos: objetivos políticos e métodos de ação parlamentar. O país precisa de reformas e estas não sairão do Congresso sem as mais vivas batalhas parlamentares. A opinião do país se divide em questões fundamentais. As reformas deverão resultar de denominadores comuns, garantidos pela maioria coesa no congresso. Ora, isto não será possível se o governo deixar de ter maioria disciplinada no Congresso. Principalmente um governo apoiado em Ministérios tão fracos.<sup>174</sup>

O editorial refere-se ao Ministério, composto, em grande maioria, do PSD, contando com a participação de políticos indicados pelos partidos aliados, como o PTB, o PR e o PSP,

<sup>172</sup> A atuação de Augusto Frederico Schmidt no *Correio da Manhã* será examinada no Capítulo 3 desta dissertação.

<sup>173</sup> SCHMIDT, Augusto Frederico. A revolução necessária [Artigo]. *Correio da Manhã*, 07/01/1956. p. 2.

<sup>174</sup> Maioria e reformas [Editorial]. *Correio da Manhã*, 09/02/1956. p. 6.

sendo as duas últimas legendas pouco expressivas. Para o jornal, a escolha dos nomes colocava em risco a solidez necessária ao desempenho das tarefas voltadas ao desenvolvimento.

Ainda na primeira semana do ano de 1956, anteriormente à posse, o *Correio da Manhã* se manifestara favoravelmente às declarações de Juscelino Kubitschek relativas à política econômica anunciada em campanha. Nesse sentido, na cobertura da primeira viagem internacional do presidente eleito à cidade de Washington, nos Estados Unidos, expressava-se o apoio do jornal aos compromissos firmados no discurso proferido no *National Press Club*:

No item que interessava ao nosso desenvolvimento econômico, traçou (Juscelino Kubitschek) um perfil da espécie de investimento que desejamos, condenando, incisivamente, aqueles que aqui se fazem apenas em caráter especulativo. As inversões do capital estrangeiro são desejáveis, pois que representam um modo de acelerar o enriquecimento nacional. Feitas de maneira a significar impulso, propulsão, aceleração de nosso progresso, têm que ser recebidas sem reservas pelo país. Precisamente tanto na colaboração dessa espécie de investimentos quanto da cooptação da técnica estrangeira, no sentido da melhoria do padrão da produção brasileira.<sup>175</sup>

Destaca-se, no trecho selecionado, a referência à proposição do novo presidente quanto à participação de capitais e da colaboração técnica estrangeira na ampliação industrial. Reiterava-se, dessa forma, no editorial, a necessidade desse tipo de investimento para a promoção do desenvolvimento econômico, conforme promessas de campanha de JK, o que se coadunava ao projeto nacional-desenvolvimentista, afastando-se, por outro lado, qualquer ameaça à presença do capital estrangeiro no país. Vale lembrar que, segundo a perspectiva nacional-desenvolvimentista, a ampliação dos setores produtivos poderia ser promovida tanto com o aporte de capital privado nacional como de capitais estrangeiros, o que, porém deveria se subordinar à coordenação do Estado. Em texto posterior sobre a viagem do presidente eleito, o *Correio da Manhã* comparou seu discurso “a um verdadeiro programa de governo, no qual foram equacionados alguns dos nossos problemas (...) [merecendo o presidente] nossos aplausos pela forma clara em que situou a problemática econômica e social do país.”<sup>176</sup>.

Referido no discurso de Juscelino em Washington que é objeto da reportagem e do texto editorial do *Correio da Manhã*, o Programa de Metas foi apresentado oficialmente com a edição do Decreto nº 38.744, de 1 de fevereiro de 1956, originando-se dos diagnósticos realizados pelos técnicos que haviam integrado o Grupo Misto composto pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e pela Comissão Econômica para América Latina

<sup>175</sup> SCHMIDT, Augusto Frederico. *Op. cit.*. Grifos nossos.

<sup>176</sup> Um governo responsável [Editorial]. *Correio da Manhã*, 08/01/1956. p. 6.

(CEPAL)<sup>177</sup>. O objetivo principal do trabalho fora realizar o levantamento dos principais “pontos de estrangulamento” da economia brasileira, associados aos setores de transporte, energia e alimentação, identificando as áreas industriais com demanda refeeda, as quais não poderiam ser abastecidas com importações, devido à escassez de divisas. A partir dos elementos levantados pelo Grupo Misto, acima mencionado, foram criadas comissões com o objetivo de elaborar projetos e planos específicos, visando sanar os “pontos de estrangulamento”, tendo em conta, ainda, a necessidade de introdução de novos ramos industriais, como, por exemplo, o setor automobilístico. Neste sentido, conforme assinalado por Mendonça, o Programa de Metas tornou-se um marco na “reelaboração qualitativa das relações entre Estado e economia no país”, integrando “pela primeira vez, sob o controle do governo, as atividades do capital público e do privado (nacional e estrangeiro), através de um planejamento que definia as prioridades de investimentos, bem como as estratégias para dirigir os recursos privados para essas áreas”.<sup>178</sup>

O slogan do governo, “50 anos em cinco”, resumia os objetivos centrais do Programa de Metas: a promoção de políticas específicas para o desenvolvimento que levariam à promoção, em cinco anos, daquilo que “demoraria meio século” para ser feito. Definiram-se 30 metas quantitativas específicas, distribuídas nos cinco setores de energia, transporte, alimentação, educação e indústria de base. Segundo Celso Lafer,

A quantificação desse objetivo, em regra geral, foi feita da seguinte maneira: foram elaborados estudos das tendências recentes da demanda e da oferta do setor e, com base neles, projetou-se, por extrapolação, a composição provável da demanda nos próximos anos, na qual também se considerou o impacto do próprio plano de metas. Os resultados dessa extrapolação é que permitiram a fixação de objetivos quantitativos a serem atingidos durante o quinquênio. Esses objetivos foram testados e revistos durante a aplicação do plano, por meio do método de aproximações sucessivas que constituiu, por assim dizer, o mecanismo de *feedback* do plano de metas, conferindo-lhe as características de um planejamento contínuo.<sup>179</sup>

Para implantação desses objetivos, cuja execução ficou a cargo do recém-criado Conselho do Desenvolvimento, foram organizados os diversos grupos de trabalho e executivos, que detinham autonomia para suas atividades – o Grupo Executivo da Indústria

<sup>177</sup> O BNDES fechou um acordo de cooperação com a CEPAL para formar um Grupo Misto de Estudos. Este se constituiria de servidores oriundos de vários departamentos do BNDE e da Cepal e teria o objetivo de auxiliar o Banco na obtenção e análise de dados macroeconômicos. A Cepal forneceu técnicos treinados para continuar e aprofundar os estudos sobre a economia Brasileira e delinear um esquema de dados básicos que permitisse traçar programas de ação. O Grupo Misto procedeu então ao levantamento de séries estatísticas do período 1939-1953, calculando índices de produção física, renda, consumo, inversões, transações com o exterior, produção agrícola, comércio de cabotagem etc. Cf. DIAS, José Luciano de Matos. BNDES (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

<sup>178</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Op. cit.*, 1988. p. 30.

<sup>179</sup> LAFER, Celso. O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, Betty Mindlin (org.). *Planejamento no Brasil*. 3ª ed.; São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 37.

Automobilística (GEIA), o Grupo Executivo da Indústria da Construção Naval (GEICON), Grupo Executivo de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias (GEIMAR), o Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada (CEIMAP), e o Grupo Executivo da Indústria de Bens de Capital (GEIMAQ) – além de outros destinados a organizar, incentivar e acompanhar as metas setoriais. Pensado em três linhas de ação, o Programa de Metas era subdividido nos setores energia-transporte, bens intermediários e bens de capital e nos objetivos sociais, priorizados nas metas sobre alimentação e educação.

Nos dois primeiros anos do governo, o Ministério da Fazenda e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico se constituíram nos elementos mais importantes da política econômica. As metas do binômio energia – transportes representavam mais de 73% de investimentos do governo na implantação do Programa. O investimento no setor de energia visava ampliar a capacidade geradora, para respaldar a implantação de novas formas de produção industrial e, após a crise desencadeada pela falta de investimentos nos anos de 1940, indicava-se a necessidade de crescimento de pelo menos 10 % ao ano. Com a implementação do Programa de Metas, ampliou-se a capacidade geradora instalada no país de 3,2 milhões de quilowatts, em 1955, para 5,2 milhões de quilowatts em 1960. Para o atendimento dessa meta, o governo realizou aportes diretos, uma vez que eram necessários grandes investimentos, de baixa rentabilidade, razão pela qual o setor de não atraiu então investimentos privados maciços.

Investiu-se, também, no setor de petróleo, em continuidade à iniciativa que já fora colocada em prática no segundo governo Vargas, em 1953, com a criação da Petrobrás. O objetivo era substituir gradativamente a importação de combustíveis líquidos, ampliando-se a produção nacional de petróleo através de parques refinadores e do programa de prospecção. O Programa de Metas propunha ainda modificações na indústria de carvão, que chegou a produzir 3,1 milhões de toneladas anuais. A ampliação produtiva de combustível era estratégica tanto para abastecer o setor automobilístico e como os transportes em geral, sendo o objetivo central o crescimento da indústria automobilística e a ampliação da rede de rodovias.

Um dos setores industriais que mais se destacaram no Programa de Metas foi o automobilístico, que recebeu incentivo especialmente por meio da Instrução n. 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)<sup>180</sup>, que garantiu a entrada de

---

<sup>180</sup> Para atrair o investimento direto de capital externo, que antes era obtido pelo deslocamento da própria economia brasileira ou de créditos externos obtidos pelo governo, o então ministro da Fazenda do governo Café Filho (1955), Eugenio Gudín, colocou em vigor a Instrução n. 113 da Superintendência da Moeda e Crédito

equipamentos importados sem cobertura cambial. Esse setor se concentrou principalmente na região centro-sul do país.

Com pouco mais 3% de investimento do Programa, o setor de agrícola não cresceu de forma expressiva durante do governo de Juscelino Kubitschek, sendo os investimentos maciços dirigidos ao setor industrial, nas áreas de bens intermediários e de bens de capital. Esse aspecto do planejamento fez com que o governo recebesse críticas de vários setores e na imprensa, inclusive em razão da falta de investimentos destinados ao setor cafeeiro.

Para a indústria de bens intermediários previu-se a expansão dos segmentos existentes na época e a instalação de novas frentes, ligadas ao setor de bens de capital, objetivando-se a criação e a implementação das indústrias automobilística, de construção naval, mecânica e de material elétrico pesado. As metas tinham um duplo aspecto, visando à produção e à nacionalização, como no exemplo da indústria automobilística. Em relação à fabricação, o país atingiu cerca de 321.200 veículos na meta prevista de 347.700 (sendo que a meta de utilitários foi ultrapassada), e a previsão de nacionalização de cerca de 90% do peso do veículo foi praticamente atingida. O setor da indústria mecânica foi estimulado pela nacionalização de veículos, a partir de encadeamentos dentro da produção automobilística.

A meta da educação recebeu cerca de 3% de investimento total do Programa e continha a previsão de financiamento de projetos para formação de pessoal técnico, mas as verbas destinadas ao setor não foram progressivamente aumentadas. Só em 1959 seria criado o Grupo de Ensino e Aperfeiçoamento Técnico.

Como é conhecido, um dos principais obstáculos à implementação do Programa de Metas, o qual já se revelava, desde o início do governo de JK, relacionava-se ao financiamento, o que acabou por onerar o setor estatal, levando também ao processo inflacionário. O surto inflacionário se deveu então a dois fatores: (1) a emissão destinada a cobrir os investimentos governamentais; (2) a falta de contrapartida fiscal aos investimentos, unida ao fato de que nenhum esquema especial de sustentação financeira do Programa havia sido formulado.

O processo inflacionário foi sentido por amplos setores da sociedade, o que favoreceu a percepção em torno da necessidade de uma reforma fiscal que saneasse os problemas gerados com os gastos do Programa de Metas. O tema foi seguido de perto, também, nos

---

(SUMOC), com a qual as empresas estrangeiras ficaram livres para fazer investimentos na economia brasileira, sem cobertura cambial, dando início à ampliação do setor de bens de consumo duráveis. Visava-se, com a medida, contornar a escassez do crédito e o obstáculo representado pela inflação ao desenvolvimento. Cf. MALAN, Pedro. SUMOC (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

editoriais do *Correio da Manhã*. Em editorial analisando os primeiros doze meses do governo Kubitschek, chamava-se a atenção para a possibilidade de acentuação do processo inflacionário:

O Congresso muniu o presidente da República de todas as armas. Armas para o Senado que são os recursos financeiros: o imposto único sobre os combustíveis, o adicional do imposto de renda para o Banco de Desenvolvimento, o aumento do imposto de consumo, o de lucros extraordinários e outras contribuições forçadas para a constituição de um sem números de fundos.

Com essas armas, porém, o Sr. Juscelino Kubitschek não vai combater a inflação. Só se as ensarilhar. Do contrário vai dispará-las, aumentando o círculo do alvo inflacionista. E, com redobrada fúria, porque em vez de cinco anos para cinquenta, dispõe agora de quatro... para quarenta?<sup>181</sup>

O jornal refere-se ao fato de que os mecanismos internos de captação de recursos, colocados em prática para garantir a implementação do programa desenvolvimentista, não impediam que emissão de moeda levasse ao aumento da inflação. Nesse sentido, destacavam-se as medidas necessárias para levar à frente o projeto do governo:

(...) O governo quer o desenvolvimento econômico e a industrialização do país, mas os iniciou antes que se processasse qualquer reforma agrária e do sistema de transporte, baseando-se, portanto numa produção insuficiente de alimentos e preços acessíveis. Pior do que isto foi deixar-se o governo levar pela miragem de financiar o desenvolvimento econômico à custa de emissões e de recolta de poupanças forçadas, pela tributação excessiva. Quer forçar uma forma de capital muito além da capacidade de resistência do povo. Com esse objetivo soltou rédeas à inflação, hoje galopante. Não conseguirá, assim, o desenvolvimento econômico. Levará o país à garra, á fome e ao desespero. (...)

O Sr. Juscelino, tal como o aprendiz de feiticeiro, para dar início ao desenvolvimento econômico acelerou o processo inflacionário. Agora não sabe como detê-lo. (...) <sup>182</sup>

Para o jornal, portanto, sem as reformas consideradas essenciais, como a reforma agrária e a do sistema de transporte, tornava-se impossível a execução do projeto de desenvolvimento. A crítica centrava-se, no entanto, nos mecanismos de tributação existentes e no problema da inflação, que onerava todos os setores. Segundo a avaliação do jornal, o “resultado das metas do Sr. Juscelino Kubitschek seria a fome da população.”<sup>183</sup>

Ainda no primeiro trimestre de 1957, o *Correio da Manhã* publicou uma série de artigos de autoria do economista Eugênio Gudín sobre questões orçamentárias e o problema do processo inflacionário brasileiro. Nesses textos, o autor critica, de forma veemente, a reforma cambial que fora promovida em 1957, indicando a necessidade de simplificar o sistema de taxas vigente.

<sup>181</sup> As armas e os barões [Editorial]. *Correio da Manhã*, 08/01/1957. p. 6.

<sup>182</sup> Aprendiz de feiticeiro [Editorial]. *Correio da Manhã*, 13/01/1957. p.6.

<sup>183</sup> O foguete dos preços [Editorial]. *Correio da Manhã*, 12/01/1957. p.6.

O país já está alerta contra uma política cambial decidida nos subterrâneos do Ministério da Fazenda, que o apanha de surpresa. Exemplo recente foi a circular da Carteira Cambial, que modificou o regime dos ágios para aumentá-los e torná-los variáveis da semana a semana. (...) Vamos para o câmbio livre apoiado por uma nova legislação tarifária. As intenções do governo serão postas agora à prova. Se quiser continuar usufruindo os benefícios iníquos do confisco cambial, incluirá nos programas legislativos deste ano a urgência para tal lei de tarifas e para o câmbio livre sem privilégio algum.

Aperte a oposição o governo para que sejam desmascaradas as suas intenções ocultas. Exija o fim de um sistema cambial que, ao favorecer a indústria dos mandados de segurança provoca choques entre Poderes da República, desmoralizando um deles, primeiro, e certamente todos os demais, depois.<sup>184</sup>

Gudin fora ministro da Fazenda, na gestão Café Filho – segundo consta, por indicação do proprietário do *Correio da Manhã*, o jornalista Paulo Bittencourt, amigo de longa data do economista – e deixara o Ministério por pressões do grupo cafeicultor paulista, insatisfeito com a política de “confisco cambial”<sup>185</sup> que fora colocada em prática com a aprovação da Instrução n. 113 da SUMOC. À época da publicação dos artigos de Gudin, uma série de editoriais criticava a estratégia de financiamento dos projetos de desenvolvimento conduzida pelo presidente, assinalando que a saída encontrada pelo executivo federal fora a emissão monetária, que elevava a inflação. Os editores argumentavam que, da forma como Programa de Metas fora colocado em prática, ficava comprometida a ampliação dos setores produtivos. Neste sentido,

(...) A inflação continua a solapar o país. O que se fez para combatê-la foi apenas a restrição de créditos no setor privado. Mas como o crédito que se restringiu para o setor privado se expandiu em proporção maior para os empreendimentos governamentais o resultado foi contraproducente: agravou-se a inflação. (...)

Há duas formas de desenvolvimento econômico. Há a forma soviética e a forma democrática. Na primeira raciona-se o consumo, para que da produção nacional se obtenha o produto máximo para investimentos. É um processo bárbaro. Escraviza-se o povo para que o Estado se transforme em potência industrial. Diferente das democracias, nos regimes totalitários não se visa pelo desenvolvimento econômico à elevação do padrão de vida da população, mas ao poderio imperialista do Estado. Pela forma democrática, o desenvolvimento econômico se faz sem subjugar a população, sem arrastá-la a um nível de vida incompatível com a dignidade humana. (...)

O problema do desenvolvimento, porém, não se resolve apenas com próprios recursos dos países subdesenvolvidos. É preciso o auxílio da técnica e do capital dos países que podem exportá-los. Sem esse auxílio as tentativas se frustram, e a economia se degrada em perigosas espirais inflacionistas. Está nesse caso o Brasil. O governo atual insiste em executar um programa de desenvolvimento sem se preocupar com a inflação que este programa esta provocando. (...) A inflação portanto é também um produto do plano de desenvolvimento que se pretende levar a cabo sem o auxílio do capital estrangeiro.<sup>186</sup>

<sup>184</sup> O país fiscaliza [Editorial]. *Correio da Manhã*, 05/02/1957. p. 6.

<sup>185</sup> As medidas adotadas por Eugenio Gudin haviam então levado ao uma crise de liquidez e à queda na formação bruta do capital fixo e nos investimentos em bens de capital (tendo em vista o esfriamento da atividade neste período). As razões para a substituição de Gudin teriam residido sobretudo no descontentamento do setor cafeeiro com as medidas adotadas, sintetizadas naquilo que a oposição chamou de “confisco cambial”. Como o setor cafeeiro representava uma importante base política, sua pressão resultou no pedido de demissão de Eugênio Gudin, em abril de 1955. Cf. PINHO NETO, Demosthenes Madureira de. O interregno Café Filho: 1954-1955. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1995. p. 112.

<sup>186</sup> O consumidor financia [Editorial]. *Correio da Manhã*, 19/02/1957. p. 6.

Neste texto destaca-se um dos elementos centrais da argumentação construída pelo *Correio da Manhã*, ao longo do primeiro semestre de 1957. O jornal divulga em seus editoriais a linha de desenvolvimento que defende como tendo viabilidade no país, segundo a qual o capital estrangeiro é de crucial importância para financiar os setores produtivos em notória expansão, numa economia subdesenvolvida como a do Brasil. Dessa forma, considera que o “Governo é contraditório do que deveria fazer para combater a inflação resultante da tensão no mercado de capitais, é preciso injetar capitais estrangeiros, maciçamente, nos setores básicos, conservando e melhorando o setor de consumo indiretamente”.<sup>187</sup> O presidente Juscelino Kubitschek era intitulado pelo jornal de “ditador da finança”, por assumir uma política cambial que levava à alta dos preços e à inflação.

Outro problema destacado pelo jornal era a desvalorização dos produtos agrícolas na pauta de exportação, vendidos a preços baixos no mercado internacional. Dessa forma, o Brasil recebia cada vez menos pela mesma quantidade que vendia no exterior, anteriormente ao governo Kubitschek. A produção agrícola declinou de 23,4% da participação no Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro quinquênio da década de 1950, para apenas 17% no final do governo, o que, segundo o jornal, estava associado ao baixo investimento do governo no setor.

As dificuldades econômicas decorreram e continuarão a fluir aumentadas e agravadas da inflação que não foi contida, nem poderia ser com o programa de superinvestimentos sem capitais, superinvestimentos financiados pelo povo com sacrifício e carência, e através de emissões a jato.

Juntou-se a inflação interna, a mais devastadora da economia popular de que se têm notícias no Brasil, à concomitância da crise do café pondo à mostra a ruína do casco do nosso sistema cambial que não suporta mais remendos. O Brasil viveu o ano de 1958 e viverá mais amudamente o de 1959 a prestações. Toda a porfia de iniciativa promotora que se deveria dirigir para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, da renda pública aplicamos para obtenção de empréstimos no exterior. O país endividado, cada vez mais, nas mãos dos prestamistas internacionais, para fazer face, agora, à crise do seu balanço de pagamentos, terá de contrair novo empréstimo externo.”<sup>188</sup>

Representando nesse momento a crítica de amplos setores à política econômica do presidente, os editoriais o acusavam de tentar, a todo custo, implantar o Programa de Metas. Com a elevação da inflação, de 7% em 1957, para 24,3 % em 1958, e pressionado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para aplicação de políticas que “esfriassem” a economia, o governo se viu diante de um grave impasse. Conforme assinalado por Bielschowski, o Fundo, “chamado em socorro, preparou um relatório alarmista, receitando cortes nos gastos públicos que paralisariam o Programa de Metas e a construção da nova Capital. Nem mesmo o forte

<sup>187</sup> Ufania e Dieta [Editorial]. *Correio da Manhã*, 06/01/1957. p. 6.

<sup>188</sup> A nova meta [Editorial]. *Correio da Manhã*, 01/01/1959. p. 6.

influxo de capitais externos, iniciado em 1956, conseguia compensar o constante déficit no balanço de pagamentos de bens e serviços.”<sup>189</sup>

O FMI estabelece então uma série de condições para a concessão de empréstimos ao país. Com o aumento da inflação, Lucas Lopes, então Ministro da Fazenda, lançou em 1958 a proposta do Programa de Estabilização Monetária (PEM), objetivando reduzir o ritmo da inflação, mediante uma reorientação dos investimentos e preços, para, assim, limitar a expansão dos meios de pagamento, com vistas à estabilização. O PEM se mostrou, no entanto, insuficiente, em razão das estratégias em andamento de elevação dos meios de pagamentos e dos pesados déficits orçamentários. Segundo Palazzo,

O Programa de Estabilização tentou a redução das despesas públicas e o aumento da receita, bem como certa limitação ao crescimento do PIB. Não alcançou, no entanto, o seu objetivo e o governo preferiu o caminho da política desenvolvimentista, mesmo em prejuízo das boas relações com entidades financeiras internacionais, em especial com o FMI, que pretendia uma disciplina dos investimentos internos nos programas, como condição para recomendar financiamentos do exterior.<sup>190</sup>

Logo identificado ao conservadorismo e às metas estabelecidas pelo FMI “em plena euforia do “50 em 5”, o plano sofreu um rápido desgaste junto à classe política e à opinião pública”<sup>191</sup>. O resultado dessa tensão foi a queda de Lucas Lopes e o rompimento com o FMI, o que, em caráter imediato, favorecia a ala desenvolvimentista do governo.

As negociações com o FMI foram acompanhadas pela imprensa, no início de 1959, quando *O Estado de S. Paulo*, *Tribuna da Imprensa* e *Correio da Manhã* noticiaram a tentativa do governo de obter um novo empréstimo da agência, que não chegou a ser concedido. Conforme registrado nesses jornais, na avaliação do organismo financeiro, o país não estava cumprindo compromissos firmados no ano anterior, quando recebera quase 38 milhões de dólares para financiar os projetos de desenvolvimento. A justificativa era que o *déficit* gerado naquele ano, aliado ao desequilíbrio no ingresso de divisas e à queda do câmbio, haviam acarretado prejuízos à economia brasileira. Conforme registrado no relatório do Ministério das Relações Exteriores, no entanto, “a queda da receita cambial forçou a redução, logo no início de 1958, das ofertas nos leilões normais de câmbio. Todavia, graças a

<sup>189</sup> BIELSCHOWSKI, Ricardo Alberto. *Pensamento econômico brasileiro*. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

<sup>190</sup> PALAZZO, José Truda. *O planejamento do desenvolvimento econômico: o caso brasileiro*, Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis da UFRGS, 1977. p. 5.

<sup>191</sup> ORENTENSTEIN, Luís e SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1995. p. 193.

empréstimos compensatórios, esse decréscimo foi limitado a proporções que não representaram prejuízo para as atividades internas”.<sup>192</sup> Segundo Rodrigo de Oliveira Lima,

Com as finanças em constante *déficit*, o Brasil pleiteou esse novo empréstimo sem sanar nem mesmo parte do contraído nos anos anteriores. O volume de importação era superior ao de exportação e o Brasil não cumpria os acordos firmados relativamente à política de empréstimos do FMI. Dessa maneira, a concessão de novo crédito não seria realizada em curto prazo. Por outro lado, o desenvolvimentismo acelerado pretendido por Juscelino Kubitschek não poderia aguardar por muito tempo a liberação desses recursos. Estava gerado o impasse entre JK e FMI. A combinação de alta de custo de vida, pesado *déficit* e taxa múltipla de câmbio sintetizava não só o retrato da economia brasileira, mas demonstrava os primeiros sintomas patológicos do desenvolvimentismo acelerado de Juscelino Kubitschek.<sup>193</sup>

A mesma opinião era veiculada então nos meios de comunicação, que apontavam a impossibilidade de atender ao programa do FMI. Para os partidos e órgãos da sociedade civil que se colocaram favoráveis ao rompimento, entretanto, o FMI configurava-se como a representação dos atos e medidas políticas dos Estados Unidos da América, sendo controlado unicamente por esse país, o que contrariava as diretrizes da carta fundação do organismo.

Nessa ocasião, os editoriais do *Correio da Manhã* se colocavam contrariamente à posição do governo. Assim, em junho de 1959, o jornal afirmava:

Na procura de um bode expiatório sobre o qual descarregar suas responsabilidades na criação e agravamento da crise econômico financeira e cambial, o Sr. Juscelino Kubitschek inventou a balela do ultraje do Fundo Monetário Internacional à soberania do Brasil. (...) Como o Conselho Nacional de Economia e a Lei de Tarifas, o Fundo Monetário Internacional o que recomendou ao governo foi acabar com os privilégios e não permitir que o povo brasileiro inteiro seja espoliado pelo grupo que se está locupletando com o câmbio de custo. O Fundo recomendou a extinção de privilégios, o Brasil sem fraudes, sem contrabando, e sem *Mister N* e *Mister X*, chefe do contrabando do Café, é o símbolo do Brasil fraudulento - do atual sistema cambial. O Sr. Juscelino Kubitschek recusou as recomendações do Fundo - as mesmas do Conselho Nacional de Economia - e promete sacrifícios, mas sacrifícios com controles, novas *Cexim*, fraudes, privilégios. Transferiu a questão, posta pelo Fundo e pelo Conselho, em termos técnicos, para o campo da política - política não externa, como pensam os ingênuos, mas interna. No plano interno, vai pedir mais miséria e mais fome; no externo, quando chegar ali, tomará o rumo de Moscou, para pedir financiamento. O Sr. Juscelino Kubitschek começou a jogar pôquer à beira do abismo.<sup>194</sup>

Segundo o editorial, o governo, ao desligar-se do Fundo Monetário Internacional (FMI), vislumbrando a continuidade do desenvolvimento, levaria a economia a níveis de inflação altíssimos. Para o periódico, a insistência em continuar com a política cambial praticada favoreceria a continuação de fraudes e privilégios de grupos ligados ao próprio governo. Nesse sentido, é criticada a atuação da Carteira de Exportação e Importação do

<sup>192</sup> *Relatório do Ministério das Relações Exteriores (MRE)*, 1959. p. 105. Referência em : SILVA , Alexandra de Mello e. A política externa de JK: a operação Pan Americana, Rio de Janeiro: CPDOC, 1992, p.18.

<sup>193</sup> LIMA, Rodrigo Oliveira de. *Brasil-FMI: política externa financeira no desenvolvimento internacional*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2011.

<sup>194</sup> Pôquer a beira do abismo [Editorial]. *Correio da Manhã*, 15/06/1959. p. 6.

Banco do Brasil (CEXIM)<sup>195</sup>, cujo objetivo era exercer o controle do fluxo cambial através da restrição às importações, como por exemplo dos artigos considerados de luxo, em detrimento de produtos com maquinário, entre outros, essenciais para ampliação do setor produtivo. No cumprimento do controle do fluxo do comércio externo, teriam surgido abusos, na avaliação do editorial, uma vez que o órgão fora dirigido por pessoas que haviam distribuído benefícios, com a concessão das licenças de importação.

Em diversos editoriais, ao longo dos meses de junho e julho de 1959, a repartição será acusada de “criar dificuldades para vender facilidades”.<sup>196</sup> Considerava-se, por outro lado, que o rompimento com o FMI fora um ato pensado, que tivera o apoio de forças “comunistas” ligadas ao PTB e aos integrantes de esquerda do ISEB, que mantinha vínculos, por sua vez, com o Partido Comunista do Brasil (PCB), na ilegalidade desde 1947.

Seguindo os impulsos de um velho hábito, o Sr. Juscelino Kubitschek continua a dançar valsa agora sobre o abismo. Joga a partida mais perigosa de seu governo. (...) Ela se revela, desnuda, na determinação do presidente da República em criar um clima emocional no país inteiro, na base das negociações técnicas com o Fundo Monetário Internacional – técnicas e não políticas. Com esmerado carinho o Sr. Juscelino Kubitschek emprega todos os esforços para que cada vez mais se amplie a área da confusão entre o organismo supranacional chamado Fundo Monetário Internacional e os Estados Unidos, simples membro daquele organismo, integrado por várias nações europeias, asiáticas, sul-americanas e nós próprios. Por via desta confusão o Sr. Juscelino Kubitschek espera abrir caminho que leve o país a um estado de irritação antiamericana. A receita é do Partido Comunista. O grupo dos advogados administrativos, dos milionários do câmbio de custo e dos *isebianos* que assessora hoje politicamente o Sr. Juscelino Kubitschek crê na eficácia do antiamericanismo como instrumento de agitação de massas.<sup>197</sup>

É válido ressaltar que Juscelino Kubitschek conseguira capitalizar amplo apoio junto aos partidos da base governista e na sociedade civil, como por exemplo, na Confederação Nacional da Indústria, com a ruptura com o FMI. Nesse contexto, JK empreendeu o resgate político do discurso nacionalista para proteção da soberania do setor produtivo nacional, o que o colocava a seu lado setores produtivos mais tradicionais, ligados à mesma retórica. De modo geral, essa não era a posição expressa nos editoriais e reportagens do *Correio da Manhã*, favorável à participação do capital estrangeiro na ampliação do setor produtivo. Essa posição diante da política econômica se manifestara com coerência ao longo de todo o período de governo. Neste sentido, em editorial de janeiro de 1957, quando se completava o primeiro ano do mandato, o *Correio da Manhã* comentava:

<sup>195</sup> A Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil foi criada em 1953, tendo por objetivo regular o fluxo cambial e as importações. Cf. MANTEGA, Guido. *A Economia Política brasileira*. 3ª ed. São Paulo; Petrópolis: Polis; Vozes, 1985.

<sup>196</sup> Pôquer a beira do abismo [Editorial]. *Correio da Manhã*, 15/06/1959. p. 6.

<sup>197</sup> Papoula vermelha [Editorial]. *Correio da Manhã*, 14/06/1959. p. 6.

Em Manaus o presidente da República declarou-se mais uma vez favorável à iniciativa particular e aos capitais estrangeiros públicos e privados, exceção feita à indústria de petróleo. Na área do tabu político, o presidente vira monopolista. Viola sua tendência liberal. (...) Seu discurso veio assim dar razão ao “New York Times” que, comentando o panorama econômico da América Latina disse: “O Brasil desenvolveu-se muito, mas o veneno do nacionalismo continua a ser ali um perigoso fator”. Se traduzirmos como correto em relação ao nacionalismo do Sr. Kubitschek, nacionalismo por estatismo, o veneno afeta a estrutura e o sentido do desenvolvimento econômico do Brasil (...).<sup>198</sup>

Dessa forma, o periódico reiterava sua posição contrária ao estatismo e a favor do capital estrangeiro e afirmava ainda sua desaprovação quanto à política de manter o setor de energia sob a égide governamental. Ao utilizar o trecho da reportagem do *New York Times* sobre o país, em referência à política de controle do setor de petróleo pela Petrobrás, que fora criada no segundo governo de Vargas, o *Correio da Manhã* argumenta que o monopólio estatal impedia a ampliação na produção de energia. Ao contrário, fortalecendo-se esse setor, o mesmo serviria de suporte para o desenvolvimento dos demais.

(...) O Sr. Juscelino Kubitschek exultou com os 12 % do consumo nacional de petróleo extraído do Recôncavo baiano. Ótimo. Isso depois de decênios de monopólio estatal. Quantos anos serão necessários para elevar essa porcentagem em face do aumento do consumo de petróleo e energia acelerado percentualmente, também, pela industrialização do próprio Sr. Kubitschek? O responsável por essa situação não é e nem será a Petrobrás (companhia), que ninguém combate, mas o monopólio estatal, que nos impede de ter hoje cem por cento do consumo nacional atendido pelo “nosso petróleo” (...).<sup>199</sup>

A defesa do *Correio da Manhã* sobre o capital estrangeiro, livre do controle governamental, se coaduna com a posição liberal no debate desenvolvimentista, vertente que, segundo Mendonça, “correspondia às ‘bandeiras’ da UDN e dos setores liberais por ela representados”,<sup>200</sup> mas que poderia ser associada a setores pessedistas, como aqueles representados pelo próprio ministro da Fazenda, Lucas Lopes.

Além das críticas em relação à política cambial, ao rompimento com o FMI e à política do petróleo, outro tema que ocupou editoriais do *Correio da Manhã*, fortemente opinativos, foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 15 de dezembro de 1959. Fruto de intensas negociações no legislativo federal, a SUDENE tinha o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento daquela região e sua criação contribuiu na delimitação do que espacialmente seria entendido por “Nordeste”, compreendendo os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e parte de Minas Gerais.

<sup>198</sup> Ufania e Dieta [Editorial]. *Correio da Manhã*, 06/01 /1957. p. 6.

<sup>199</sup> *Idem*.

<sup>200</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Op. cit.*, 1988. p. 60.

A SUDENE resultou de estudos relativos à estrutura da implantação industrial no Brasil, que haviam concluído que o desenvolvimento econômico se diferenciara entre o Nordeste e Centro-Sul, o primeiro apresentando pequeno desenvolvimento industrial, com uma população que representava 30% do país. Dois fatores foram destacados para justificar a pobreza encontrada no Nordeste no governo de JK: (1º) o avanço do Programa de Metas, com a política cambial e a alta dos preços, que alterou o custo de produtos manufaturados – ou seja, o Nordeste estava comprando produtos manufaturados no Centro-Sul a preços mais elevados que os dos mercados internacionais; (2º) a seca de 1958 que aumentara o desemprego rural e a migração regional<sup>201</sup>. Os mesmos estudos haviam revelado também a existência da “indústria da seca”, ou seja, do controle das ações locais por parte de latifundiários, o que reforçava os efeitos da seca, da pobreza e do subdesenvolvimento.

A criação da SUDENE enfrentou resistência das oligarquias nordestinas e de seus representantes no Congresso Nacional, que precisaram ser vencidas. Parcela da sociedade civil e política, como empresários, políticos, intelectuais e membros da Igreja Católica, envolvidos em ações de combate à pobreza, defenderam o projeto. Somados a esses setores, o papel da grande imprensa foi de fundamental importância para a divulgação e a defesa da SUDENE.

O órgão era ligado diretamente à Presidência da República e sua direção coube a Celso Furtado<sup>202</sup>, responsável pela estratégia de atuação mantida pelo órgão até o golpe de 1964. Entre as ideias centrais de Furtado, havia a clara percepção da necessidade de se criar uma progressista classe industrial nordestina, capaz de contrabalançar o peso das velhas oligarquias da região. A escolha de Celso Furtado para a chefia da SUDENE foi objeto de avaliação por parte do *Correio da Manhã*:

Nomeado o Sr. Celso Furtado superintendente da SUDENE, o presidente encerrou como devia uma espécie de campanha muito sua, e pela qual o país lhe há de ser grato. O que o Sr. Juscelino Kubitschek acaba de completar, com a nomeação do superintendente, é obra séria, que pode, dentro de dez anos, alterar a fisionomia deste país. (...) O fato grave é que o enriquecimento do Sul está empobrecendo mais o Nordeste, que não se pode valer das facilidades de industrialização que têm sido abertas pelo governo, ao país. A tímida indústria que lá se conseguiu implantar vive precariamente. (...)

<sup>201</sup> A região passou por mais um período de seca, em 1958, que aumentou o desemprego e o êxodo rural. Posteriormente, uma série de denúncias revelaram os escândalos da "indústria das secas": corrupção na administração do auxílio dado pelo governo federal através das frentes de trabalho; existência de trabalhadores fantasmas; construção de açudes nas fazendas dos "coronéis" etc. Cf. MASCARENHAS, Lícia e LOURENÇO NETO, Sydenham. Sudene (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

<sup>202</sup> O economista Celso Furtado presidiu o Grupo Misto CEPAL-BNDES, já referido, que elaborou o estudo sobre a economia brasileira que serviu de base para o Programa de Metas.

A ideia central da SUDENE, porém, é investir o dinheiro do governo, no Nordeste, para enriquecê-lo pela industrialização, para industrializar sua lavoura, para multiplicar, em suma, pela máquina a força (nada pequena) do bravo trabalhador do Nordeste.

Esse eterno problema do Nordeste criou na região uma estranha fauna: a dos industriais da seca, que vão perder matéria-prima: a dos nordestinos profissionais, que vivem das misérias da região como o mendigo que explora suas mazelas para esmolar (...) e a do senhor de engenho, os proprietários que não quiseram acompanhar os tempos e acham que Deus botou no mundo o lavrador nordestino e a cana para que, juntos, forneçam ao senhor de engenho: açúcar, rapadura e cachaça.

Esses são os inimigos da SUDENE e tudo fizeram para, frustrando a nomeação do atual superintendente, frustrarem a própria Superintendência do Nordeste. Recusando a ouvi-los, o presidente fez obra de governo. E restitui a 20 milhões de brasileiros, a esperança, bem mais escassa do que a água no Nordeste.<sup>203</sup>

O editorial apoia, portanto, a nomeação do Celso Furtado, argumentando que seria a melhor escolha para a Superintendência do Nordeste, pois o economista era o responsável pela estratégia de atuação do órgão, conhecia a fundo os problemas da região e havia apresentado seu diagnóstico e propostas de solução em seu livro *Operação Nordeste*, editado no mesmo ano da criação da autarquia. O *Correio da Manhã* levantava também a questão do desenvolvimento industrial do Centro-Sul, em detrimento da região Nordeste, o que, para o periódico, era fator de empobrecimento contínuo dessa região. Endossa ainda a ideia da existência da chamada indústria da seca, que historicamente beneficiava os detentores de terra, colocando como refém a parcela pobre que lutava para sobreviver, em meio à carestia e à alta dos preços dos alimentos e à falta de água, moradia e, o principal, esperança.

#### **2.4. Meta síntese: a construção de Brasília e o esvaziamento político do Rio de Janeiro**

Para além da execução dos trinta objetivos inseridos no Plano de Metas, o governo Juscelino Kubitschek instituiu uma trigésima primeira meta, já anunciada na campanha eleitoral, em 1955, da criação de uma nova capital federal, no centro-oeste do país. Conhecido como a “meta síntese”, o projeto de construção de Brasília foi considerado ambicioso por diversos setores, sendo acompanhado de perto pela imprensa da então capital federal do país.

O projeto de construir uma nova capital do Brasil, já aventado no século XIX, fortaleceu-se com o advento da República, quando se tornou pauta constitucional. Datam de 1891, portanto, os debates parlamentares que se estenderam até o século XX, sobre a transferência de capital e o novo estatuto político-jurídico a ser conferido à cidade do Rio de Janeiro<sup>204</sup>.

Ao longo de toda campanha eleitoral, Juscelino Kubitschek mostrara-se firme no propósito de construir a nova capital no Centro-Oeste. O *Correio da Manhã*, da mesma forma

<sup>203</sup> Superintendência do Nordeste [Editorial]. *Correio da Manhã*, 09/01/1960. p. 6.

<sup>204</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 22.

que outros órgãos da imprensa carioca, posicionou-se contrariamente à transferência da capital. Já logo após a posse de Juscelino como presidente, uma crônica do jornalista Aderson Magalhães, assinada com o pseudônimo *All Right*, manifestava sua oposição ao projeto de mudança da capital. Neste sentido,

Quanto ao Planalto Central para onde se imagina providenciar a mudança da sede do governo federal, assegura que “é um terreno semiárido, comparável às estepes da Rússia ou aos lhanos da Venezuela e da Colômbia, podendo ser incluído no Polígono da seca”.

A declaração é de goiano conhecedor do terreno. Por esse lado, conseqüentemente, a transferência seria desastrosa.

O dispositivo que configurou na Constituição de 1891 foi adotado por dois motivos principais: estratégicos e sanitários.

Com efeito, o Rio tinha a febre amarela endêmica e, pela sua posição à beira-mar, estava sujeita a bombardeios. Ambos já hoje não têm a menor consistência. A febre foi extinta e a aviação de guerra acabou com o argumento favorável à interiorização da metrópole para livrá-la de desembarques ou bombardeios providos do mar.

A situação nacional, realmente, não é propícia à iniciativa da transferência da capital; o que poderia ser feito, para começo de descentralização, era mudar a sede de certas autarquias. O Instituto do Sal deveria ir para o Rio Grande do Norte, o do Café para São Paulo e assim por diante.

Devemos deixar esse *dolce farniente* (doce fazer nada) da nossa metrópole tal como está, até quando Deus quiser.<sup>205</sup>

Os principais periódicos cariocas, incluindo *Correio da Manhã*, *Diário Carioca* e *Tribuna da Imprensa*, fizeram frente de oposição à transferência da capital. A construção de Brasília, no entanto, tornara-se carregada de um simbolismo não apenas atrelado à transferência física, pois se associava ao surgimento de um sentimento de criação de uma modernidade “verdadeiramente nacional”, que se espelhava nos projetos urbanísticos e arquitetônicos da nova cidade, o que sintetizava o ideário desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek. O projeto sugeria, portanto, a criação de uma nova cidade, que teria como base relações sociais menos desiguais. Ocorreu então uma estreita identificação, no senso comum, entre a cidade de Brasília e os anos JK, o que, segundo a análise de Helena Bomeny, justificava-se “pelo fato de Brasília ter representado a materialização da grande utopia do governo Kubitschek.”<sup>206</sup>

A construção do novo Distrito Federal acabou dando a tônica do debate político do período, em torno do qual a imprensa atuou, buscando mobilizar a sociedade. Por conta da apresentação, no Congresso Nacional, do projeto de lei aprovando a transferência da capital para o planalto Central, o *Correio da Manhã* argumenta que,

O Sr. Juscelino Kubitschek parece determinado a seguir a inspiração bandeirante e entrar de sertão adentro, para substituir árvores por casas, veredas por ruas, levando a tiracolo para o Planalto Central a nova sede do governo. Homem reconhecidamente dinâmico e otimista,

<sup>205</sup> MAGALHÃES, Aderson [“All Right”]. Mudança da Capital [Artigo]. *Correio da Manhã*, 10/02/1956. p. 2.

<sup>206</sup> BOMENY, Helena. Utopias de cidade: as utopias do modernismo. In: GOMES, Angela de Castro (Org). *O Brasil de JK*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 203.

traduz essas qualidades propulsoras numa certa vocação de pioneirismo muito útil a um país em fase de expansão como o Brasil.

Mas responde a um imperativo de objetividade a mudança da capital da República para as altas sertanias de Goiás?

Evidente o Sr. Juscelino Kubitschek não preside os destinos de um povo nômade que ame viver em tendas como os pastores bíblicos. Apesar da falta de água e de outras carências mais ou menos municipais, já temos uma certa noção de conforto, um certo hábito, digamos.<sup>207</sup>

Dessa forma, na associação da paisagem do Planalto Central, onde seria instalada a nova capital, ao sertão inóspito, estando ausentes as estruturas urbanas, e de JK à imagem do bandeirante, construía-se uma recusa ao projeto de Brasília. Começar de novo, em um território como o descrito no texto, seria um ônus desnecessário e um esforço penoso. Ao mesmo tempo, chamava-se atenção de que o país carecia de reformas em diversos setores, para encaminhar um projeto de desenvolvimento sólido, não havendo urgência naquela medida.

Transferir a sede do governo é um problema transferível. No momento outros problemas existem pedindo prioridade ao Sr. Juscelino Kubitschek. Esse problemas são os das reformas agrária, cambial, tributária, educacional, administrativa etc. etc...

É quase um lugar comum, mas é preciso repeti-lo. Aliás as forças dos lugares comuns é que representam sínteses, experiências cristalizadas, das que se impõem com tal evidência que dispensam todos os planejamentos: vivem de sua nudez como verdade.

O lugar comum estará na proclamação de que nossa crise é de renovação estrutural. (...) Se não for renovado o arcabouço econômico do país, tanto fará dirigi-lo do território do Rio Branco ou de Santa Catarina. (...)

Ao dinamismo, a sua capacidade propulsora some o presidente da República uma dose maior de realismo, adicione um senso mais profundo de objetividade, e promova, por exemplo, a reforma agrária, instrumento de civilização do imenso mundo rural brasileiro (...)<sup>208</sup>.

De acordo com o editorial, sem que fossem realizadas as reformas necessárias, estariam travados os diversos projetos de desenvolvimento. Argumentava-se ainda que, como a agricultura funcionava como base para qualquer setor produtivo, o adiamento da reforma agrária deixaria o país nas mesmas condições do período colonial, ou seja, a nova economia ficaria refém da estrutura tradicional de exploração econômica. Em diversos editoriais do ano de 1956, o *Correio da Manhã* rebate a justificativa do governo de que a transferência da capital seria necessária ao desenvolvimento econômico da região: "Afirma-se a necessidade da mudança da capital para garantir maior desenvolvimento econômico ao nosso *hinterland* (planejamento regional). O argumento pró-mudança não tem nenhuma força face à inexistência de recursos regionais ou locais para que isso pudesse ocorrer"<sup>209</sup>.

O jornalista Luiz Alberto Bahia, que assumiu a redação do *Correio da Manhã* no final de 1958, em substituição a Antonio Callado, subiu mais ainda o tom das críticas à construção

<sup>207</sup> As reformas [Editorial]. *Correio da Manhã*, 04/04/1959, p. 6.

<sup>208</sup> *Idem*.

<sup>209</sup> Editorial. *Correio da Manhã*, 14/10/1956. p. 6.

de Brasília. Os editoriais se tornaram então veículo de denúncias e suposições relativas ao superfaturamento das obras no Planalto Central. Neste sentido,

[...] Brasília jamais será habitada. O poder executivo pode até levar sua estrutura para o Planalto Central, mas e os outros dois, Legislativo e Judiciário, são favoráveis à mudança? Brasília será o símbolo da leviandade e da inconsciência de um governo ou, antes, de um homem dominado pela vaidade de imortalizar-se, como os faraós, construindo, porém, não para o próprio túmulo, mas o túmulo das finanças e do crédito brasileiro. [...] <sup>210</sup>

Denunciava-se também que governo gastava mais do que arrecadava de impostos, ampliando-se a dívida pública, e que a construção de Brasília comprometera a disponibilidade de divisas, situação já agravada com o aumento de salários dos funcionários civis e militares.

O governo respondia às críticas do *Correio Manhã* e de outros periódicos, defendendo-se das acusações que precederam a inauguração da nova capital. Foi nesse contexto que, em 1º de janeiro de 1959, o jornal transcreveu, na íntegra, o discurso proferido pelo presidente Juscelino Kubistchek e transmitido pelo programa oficial de rádio “A Voz do Brasil”, com o título “Café e OPA as referências principais – Industrialização do nosso principal produto – Brasília e a luta contra a inflação. ‘Não podemos permanecer divididos’, declarou o Sr. Juscelino Kubitschek.”

Sabia, desde o início que arrotaria muitas críticas, que iria contra interesses adquiridos, que irritaria os poucos imaginosos e desconfiados, mas também sabia que ao Brasil não era possível deter-se, que a meta da nova capital constituía uma síntese de todas as outras metas de minha administração. Não trata, com a construção de Brasília, de uma ambição faraônica. Os faraós levantaram monumentos fúnebres ou templos às divindades, para que seus nomes atravessassem longamente os tempos. Brasília não será uma cidade monumental apenas moderna e exemplarmente funcional. Obra de alguns homens de gênio capazes de projetar e construir, com recursos razoáveis, dará ela alto testemunho de nossa civilização, transformar-se-á na ponte de comando de nossa viagem de conquista do oeste brasileiro, numa cidade-imã de onde irradiará a força criadora para uma das zonas mais abandonadas e desconhecidas de nosso imenso território. (...) Erguendo nossa bandeira sobre regiões de que só tínhamos o domínio nominal. Erguendo Brasília, ocupamos o nosso país, provamos que merecemos esse grave e extraordinário benefício da providência, a herança de um país novo. <sup>211</sup>

O projeto de construção de Brasília era nesse sentido atrelado ao desejo de modernização e desenvolvimento.

Quero dizer-nos que nenhuma força humana deterá Brasília. Ela se vislumbra, configurada em pleno processo de construção. E com Brasília se levanta uma extensa área de nosso país, que se desencantou em fim, deixando de ser uma longínqua referência nos mapas. Ao lado de Brasília caminham as providências, para atingir as outras metas. Sabe-se que dentro de alguns dias com cifras indiscutíveis, o que fez em matéria de eletricidade, de estradas, de portos, enfim das mais variadas obras de infraestrutura, sem as quais o nosso avanço seria tão somente uma corrida desordenada. Farei uma minuciosa prestação de contas ao povo brasileiro. De antemão vos afirmo, entretanto, que nenhum conselho, nenhuma teoria justificam, aos meus olhos, seja diminuído o ritmo do Brasil. Devemos, é verdade, arrumar a

<sup>210</sup> Dias intranquilos [Editorial]. *Correio da Manhã*, 03/01/1960. p. 6.

<sup>211</sup> Discurso presidencial transcrito da “Voz do Brasil”. *Correio da Manhã*, 01/01/1959. p. 3.

nossa casa, mas incorremos em desordem maior ainda se entravarmos o ritmo da nossa produção.<sup>212</sup>

O presidente escolhera como símbolo do seu governo a construção da nova capital no interior do país. Símbolo do que considerava progresso, síntese de seu Programa de Metas, que objetivava o desenvolvimento econômico do país. O *Correio da Manhã* continuou a rebater, entretanto, os argumentos de JK, nos meses que precederam a inauguração da nova capital.

Uma daquelas placas que aparecem nas casas comerciais – *Fechado para balanço* – foi agora dependurada nos portões do Catete: *Fechado para mudança*. (...)

Para se mudar, o Ministério da Guerra pediu 100 milhões. Outros 100 milhões pediu agora o Catete, também para a mudança. Para aplicação das obras da rodovia Belém – Brasília, mais 600 milhões. E, provavelmente para o Acre –Brasília, mais 2 bilhões e 900 milhões. Meio bilhão pediu Câmara também para a mudança. O realismo desses números, que são, por enquanto, os únicos conhecidos, somados com o *autofinanciamento* que Brasília custou ao Tesouro Nacional, já permite uma ideia da esbórnica monetária. Disse ontem um deputado que aquela data é apenas simbólica. (...) Nunca vimos simbolismo tão caro, há de reconhecer que tudo isto implica realmente no grande símbolo deste governo itinerante e faustoso. Brasília, essa versão curiboca de Constantinopla, ergueu-se num país em que as elites dirigentes não discutem sequer quantos anjos podem se assentar num alfinete porque nesse alfinete preferiram se espetar.

O governo fechou para a mudança. A oposição fechou para a adesão. O Sr. Juscelino Kubitschek sempre alardeou que sua grande meta política era a paz partidária. Essa meta, *quantificada*, também foi obtida. Antigamente havia a paz de Varsóvia. Agora há também a paz de Brasília. Mudam os nomes, mas o sentido é o mesmo.<sup>213</sup>

O *Correio da Manhã* acusa, portanto, a oposição de coadunar com o governo tanto na transferência da capital quanto na política inflacionária promovida para garantir a execução do Programa de Metas.

O *Correio da Manhã* viveu seu apogeu na segunda metade da década de 1950, com a ampliação das vendas e sua solidificação como veículo de comunicação. Em 1955, fora um dos grandes porta-vozes da campanha a favor da legalidade que garantiu, então, a posse de Juscelino Kubitschek na presidência. Porém, colocou-se contrariamente ao governo, em relação à execução de alguns dos mecanismos relacionados ao Programa de Metas, diante do argumento de que o executivo federal afastava-se dos objetivos preconizados pelo periódico.

As posições críticas do *Correio*, relativas à execução do programa de desenvolvimento do governo e à transferência da capital, foram expressas de forma incisiva em editoriais e artigos. Nestes, o *Correio da Manhã* manifestou-se como defensor da entrada do capital estrangeiro como condição do desenvolvimento econômico, sem a ingerência do Estado, formulando uma determinada concepção de planejamento que visava seu público leitor

---

<sup>212</sup> *Idem.*

<sup>213</sup> Paz de Brasília [Editorial]. *Correio da Manhã*, 22/03/1960. p. 6.

preferencial, constituído de setores de classe média e alta da então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro.

Já no governo de João Goulart, em edição especial consagrada a Paulo Bittencourt, por ocasião de seu falecimento, em agosto de 1963, o *Correio da Manhã* retomava o elogio a JK e o apoio que fora conferido ao presidente por seu antigo proprietário, tomando para si, no entanto, certa proeminência no debate sobre o desenvolvimento:

Foi de Paulo Bittencourt a autoria, pela primeira vez neste país, de dois vocábulos que até então nunca se tinha encontrado: planejamento do desenvolvimento. Em 1951 apoiava a comissão que lançaria as bases para o desenvolvimento do país, da qual surgiria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Mas logo entrou em conflito com as finalidades políticas de suas comissões. Lutando sempre a favor do desenvolvimento, Paulo Bittencourt lançava uma mentalidade nova no país. Pouco depois, surgiria um candidato à Presidência que faria do desenvolvimento sua principal peça programática. Não foi o *Correio da Manhã* quem correu ao candidato Juscelino Kubitschek. O candidato é que tinha ideias em consonância com a pregação de Paulo Bittencourt. O diretor do *Correio da Manhã* não via homens: via ideias, e acima delas, via o Brasil.<sup>214</sup>

O jornal foi então agente histórico participante do momento de desenvolvimento econômico do país, funcionando, como na concepção gramsciana, como um “*aparelho privado de hegemonia*”<sup>215</sup>, na defesa do projeto liberal. Coerentemente com essa posição, foi contrário à transferência dos poderes executivo, legislativo e judiciário federal para o Planalto Central, pelo receio do esvaziamento político e econômico dos grupos nele representados. A consonância com o entendimento de que o país deveria passar por um processo de desenvolvimento econômico se fez em meio à tendência capitalista do pós-guerra, mas sua atuação permite evidenciar “ações partidárias”<sup>216</sup>, na defesa de projetos que visavam tornar tais setores como referência hegemônica.

---

<sup>214</sup> Morreu Paulo Bittencourt [Artigo]. *Correio da Manhã*, 03/08/1963. p. 2.

<sup>215</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. v. 2. p. 32.

<sup>216</sup> *Idem*. p.18.

### **3 - OS INTELLECTUAIS DO *CORREIO DA MANHÃ* – COMO SE ESTRUTURA O AMÁLGAMA ENTRE IMPRENSA E POLÍTICA**

Neste capítulo será analisado o processo de construção identitária dos “jornalistas-intelectuais” do *Correio da Manhã*. Trata-se de indivíduos que dividiram a sua atividade jornalística com intervenções em outros espaços sociais (literatura, universidades, engajamento político, entre outros) e que normalmente são associados a representações sociais do intelectual.<sup>217</sup> Dessa forma, priorizou-se o modo como articularam suas práticas e estatuto no campo jornalístico. Muitos foram os colaboradores do *Correio da Manhã*, porém a pesquisa selecionou os profissionais que se destacaram em meio ao debate político e econômico que marcou o governo de Juscelino Kubitschek e/ou estiveram ligados diretamente à administração e à chefia da redação do jornal, conduzindo seu processo de modernização.

Assim, foram selecionados sete profissionais, cuja reputação foi construída em função da participação na redação do periódico e também pela inserção nos campos do jornalismo e intelectual: Aderson Magalhães (cronista/articulista), Álvaro Lins (articulista), Antonio Callado (chefe de redação), Augusto Frederico Schmidt (cronista/articulista), Luís Alberto Bahia (chefe da redação), Paulo Bittencourt (editor e proprietário) e Pedro da Costa Rego (chefe da redação). Analisamos aspectos da história de vida desses profissionais por meio das narrativas que foram coletadas na pesquisa documental, ou que incluiu o levantamento de biografias e informações disponíveis em bibliografia secundária, entrevistas realizadas por jornalistas e pesquisadores e livros produzidos por esses autores. A investigação estruturou-se no emprego do conceito de intelectual orgânico de Antonio Gramsci para identificar valores e ideologias partilhadas por esses profissionais, para entender como a identidade desses atores foi construída ou modificada dentro do processo de modernização da imprensa, na partir da segunda metade dos anos 1950.

#### **3.1. Profissionalização do trabalho jornalístico nos anos 1950**

Ao analisarmos os meios de comunicação e papel dos jornalistas na segunda metade dos anos 1950, destacamos que, neste momento, o campo jornalístico brasileiro vivenciou a paulatina transição do jornalismo romântico, boêmio, conduzido por “diletantes” ligados a determinados grupos políticos, para um aprofundamento da atividade marcada por maior

---

<sup>217</sup> RIDENTI, Marcelo Siqueira; ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*, Brasil-França. São Paulo: Cortez, 2003. p.197-212.

profissionalismo e pelo fortalecimento da “grande imprensa”, consolidada desde as primeiras três décadas do século XX. Essas características foram sendo compartilhadas pela incorporação das novas formas do fazer jornalístico, sistematizadas no processo de profissionalização dos jornalistas, na reestruturação da rotina produtiva da redação e na criação de novas práticas redacionais e de uma nova linguagem.<sup>218</sup>

Conforme apontado por Capelato e Mota, nessas circunstâncias o campo jornalístico brasileiro vivenciou três grandes reformas.<sup>219</sup> No âmbito da linguagem, a introdução do *lead*, da pirâmide invertida e dos manuais de redação, mudanças que foram atribuídas ao *Diário Carioca. A Última Hora*, por sua vez, modificou a maneira de informar e opinar com a criação de colunas com conteúdo “popular”, além de pagar melhores salários aos jornalistas, o que teria contribuído para o reforço da profissionalização e a valorização da categoria. Finalmente, as reformas relacionadas ao *Jornal do Brasil*, iniciadas por Reynaldo Jardim em 1956, que tiveram continuidade com Odílio Costa Filho, sendo finalizadas por Alberto Dines, a partir dos anos 1960, alteraram a qualidade gráfica e editorial e a estrutura interna das redações.

As reformas iniciadas por esses jornais contribuíram para uma mudança importante no perfil do jornalista “literato” ou “intelectual”, para uma categoria profissional calcada em novos padrões técnicos. Carlos Heitor Cony relembra esse momento: “Os jornalistas naquele tempo seguiam mais próximo do intelectual, porque eles tinham que criar alguma coisa, devido, justamente, a essa enxúndia do texto. A partir dos anos 50, os padrões da imprensa americana tomaram conta do mercado”.<sup>220</sup>

Assinalamos, anteriormente, nesse trabalho, as mudanças relativas à atividade do jornalista, decorrentes do surgimento dos manuais ou regras do campo profissional, criadas a partir do final dos anos 1940 e nos anos 1950. Nesse período começou a tomar corpo, nos grandes jornais brasileiros, a prática de editar manuais ou conjunto de normas visando à normatização do trabalho de redação e publicação de textos, contendo regras que ultrapassavam aspectos formais, procurando organizar e disciplinar o trabalho nas redações. Paralelamente, ampliaram-se as empresas jornalísticas, com uma divisão maior das funções, surgindo as primeiras escolas superiores de jornalismo.

---

<sup>218</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 287.

<sup>219</sup> CAPELATO, Maria Helena e MOTA, Carlos Guilherme. *A História da Folha de São Paulo: 1921-1981*. São Paulo: Impress, 1982; e RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa nos anos de 1950*. *Estudos Históricos*, n. 31, 2003.

<sup>220</sup> CONY, Carlos Heitor. Entrevista a Daniel Piza. PIZZA, Daniel. *Perfis & entrevistas*. Escritores, artistas, cientistas. São Paulo: Contexto, 2004. p. 194.

A valorização da técnica e a profissionalização dos jornalistas foram componentes principais da projeção do *jornalista como autor*.<sup>221</sup> Destacava-se, nesse sentido, a perspectiva da disciplina como parte integrante da profissionalização que, por sua vez, seria uma das marcas do campo jornalístico do país, que se desenvolvia e se modernizava. Trata-se, nesse momento, do estabelecimento de uma relação entre disciplina, produtividade e ordem na esfera jornalística. As normas criadas pelas empresas jornalísticas, atreladas à reestruturação gráfica e técnica, são entendidas como um dos pilares constitutivos da profissionalização da atividade jornalística.

Maria Helena Capelato e Carlos Guilherme Mota, ao analisarem a história da *Folha da Manhã* e sua reestruturação nos anos 1950, identificaram uma racionalidade empresarial capitalista dentro desse processo de modernização. Essa racionalidade teria dado direção à reestruturação da empresa, diminuindo a improvisação característica até esse período. Não se trata exatamente de uma diminuição da autonomia do trabalho do jornalista, e sim da eliminação gradual da improvisação e da aplicação de uma racionalidade no processo de produção jornalística, dada pela disciplina imposta nos manuais de redação e pela fixação de regras. Essa concepção disciplinar, instituída no período, foi elemento constitutivo da concepção do jornalista como autor, ou da “*função-autor*”<sup>222</sup> no jornalismo. Na elaboração das regras do trabalho jornalístico no Brasil estiveram presentes esforços para constituição de “autores”, adequados ao novo espaço de trabalho jornalístico. Com a ampliação da publicidade e a necessidade cada vez maior da captação de recursos por esse meio, o trabalho dos profissionais traduziu-se na produção de uma linguagem “mais clara” e “objetiva”. O teor opinativo se tornou menos explícito e a autonomia na produção da notícia foi cerceada.

Podemos destacar que, na década de 1950, havia no mínimo dois níveis de autoria, o empresarial/institucional e o dos repórteres/redatores, responsáveis por produzir as notícias. Os diversos profissionais poderiam estar em maior ou menor sintonia com a empresa jornalística. As normas criadas pelas grandes empresas poderiam funcionar como uma maneira de controlar o que era produzido, homogeneizando o espaço de afirmação dos jornalistas e redatores no interior do campo jornalístico.

Nivaldo Paschoal Carrazzone, formado na primeira turma de jornalismo da Escola de Jornalismo Casper Líbero no ano de 1951, em entrevista a Flávia Millena Biroli Torkarski<sup>223</sup>,

---

<sup>221</sup> CAPELATO, Maria Helena e MOTA, Carlos Guilherme. *Op. cit.*. p. 80.

<sup>222</sup> *Idem.* p. 99-100.

<sup>223</sup> CARRAZZONE, Nivaldo Paschoal. Entrevista publicada em TORKARSKI, Flávia Millena Biroli. *Com a corrente: modernização, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950*. Tese de doutorado, UNICAMP, 2003.

chamou atenção para o papel designado para o jornalista naquele momento. Descreveu o papel do jornalista como “indispensável”, o aprendizado das regras e da forma de escrita mais “breve” e “precisa” contribuindo para a formação de um “bom profissional”.

Elas (brevidade e precisão da informação) são imprescindíveis também no sentido de captar a confiança do leitor alfabetizado, isto é, aquele que toma conhecimento tanto da notícia em si como da forma por que foi escrita. Se o repórter negligencia na colocação de um simples pronome, esse tipo de leitor poderá e com plena razão julgar que as informações contidas na notícia são, também, imprecisas ou falsas, ou, quando menos, claudicantes como o próprio erro de linguagem.<sup>224</sup>

Carrazone destaca certa percepção na relação entre normas (como as normas gramaticais) e credibilidade que, se ampliada, poderia aproximar-se da vinculação entre disciplina (padrão e ordem da escrita e a constituição do jornalista como “autor”) e a ampliação sistemática das empresas jornalísticas e do público leitor, significando maior lucratividade.

Para além da criação de regras, portanto, o ideário da “objetividade” e da “isenção” funcionou como uma das bases da reestruturação da função do jornalista no campo profissional. Dois questionamentos precisam ser respondidos, para entender o ideário da objetividade: quais seriam seus efeitos sobre os profissionais e sobre a escrita, no campo jornalístico? Para quem e quais estratégias interessam a percepção e a escrita “objetivas”? A priori, entendemos que existia a impossibilidade do fazer objetivo na escrita jornalística, porque as empresas de comunicação estavam estruturalmente comprometidas com percepções conservadoras ou progressistas na interpretação da sociedade, ligadas ao campo político em menor ao maior grau, ao passo, também, que a relação entre o sujeito e a atividade de escrita considerava a perspectiva e as condições de produção do fazer jornalístico.

Conforme assinalado por Capelato, o recurso à técnica levou a formulação de uma espécie de “crítica isenta”<sup>225</sup> (com uma certa ambivalência) para garantir “a vigilância desinteressada” - termo ambíguo, pois o olhar jornalístico carrega, junto dele, a percepção daquele que observa – do “interesse público”, sempre pouco definido na produção jornalística.<sup>226</sup> Dessa forma, pode-se apontar que o conectar da “técnica” à figura do jornalista relaciona-se como a missão pedagógica, do jornalista e do jornal, de orientar o país (os leitores) para o ideário do desenvolvimento.<sup>227</sup>

---

<sup>224</sup> *Idem.* p.19.

<sup>225</sup> CAPELATO, Maria Helena. Imprensa: fábrica de notícias. *Cadernos de Jornalismo e Editoração*. v. II, n. 25, jun. de 1990. p. 5-24.

<sup>226</sup> *Idem.* p. 9.

<sup>227</sup> *Idem.* p. 12.

Nos anos de 1950, o gesto de disciplinamento do olhar e da escrita, destacado como uma espécie de homogeneização e planificação cada vez maior do discurso jornalístico, levamos a entender a busca de profissionalização como parte de um processo de valorização da atividade jornalística, gerando como um de seus efeitos a perda da autonomia dos jornalistas no campo de trabalho.<sup>228</sup> Assis Chateaubriand, jornalista e proprietário do maior conglomerado de veículos de comunicação no período, os *Diários Associados*, escrevera décadas antes:

O público de nossos dias não quer saber apenas de doutrinas. Ele deseja ser informado (...) O raciocínio das massas quase nada reclama em comparação ao que os nervos exigem diariamente do jornalista (...) Se dentro de cada homem da imprensa contemporânea não existir um caçador de fatos, um pesquisador de notícias, um policial de detalhes (...) o jornal será abatido no primeiro encontro com os concorrentes que surgem armados delas.<sup>229</sup>

A criação de um disciplinamento, por sua vez, gerou a ideia da autonomização da esfera do discurso jornalístico. Entretanto, como já destacamos, nos anos de 1950 a atuação dos jornais permaneceu marcada, no que se refere à escrita, por um tom polêmico, que foi assumido pelos grandes jornais, sobretudo em meio as crises de 1954 e 1955. Os discursos feitos na Câmara dos Deputados, os pareceres de juristas e as declarações dos militares ocupavam grande parte do noticiário político, demonstrando um amálgama que torna difícil perceber os limites entre o jornalismo e a política, mesmo no terreno dos efeitos discursivos e da linguagem. Dessa forma, podemos sugerir que, no período, a “credibilidade” ainda não estava ligada ao “ideário de isenção”, ainda que este já estivesse presente na criação das normas e na reestruturação da profissão. A credibilidade do profissional pautava-se, portanto, pelo sucesso profissional dos jornalistas fora das redações. Um exemplo era o de Antonio Callado, ficcionista respeitado e redator chefe do *Correio da Manhã*, na segunda metade dos anos 1950.

Em termos gerais, a tiragem dos jornais cariocas era pequena, relativamente ao que é alcançado nos tempos atuais, devido ao grande número de títulos: no total, no Rio de Janeiro, circulavam 26 periódicos, entre matutinos e vespertinos.<sup>230</sup> Dentre os matutinos, os jornais de maior tiragem eram o *Correio da Manhã*, *O Jornal*, o *Diário de Notícias* e os populares *O Dia* e a *Luta Democrática*.

Nelson Werneck Sodré, no entanto, afirma que a tiragem, apesar de importante, não pode ser um critério absoluto na avaliação da relevância ou da “credibilidade” dos jornais

<sup>228</sup> *Idem.* p. 17.

<sup>229</sup> CHATEUBRIAND, Assis apud CAPELATO, Maria Helena. *Op. cit.*, 1990. p. 19.

<sup>230</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.* p. 58.

porque nem sempre o poder e o prestígio de uma empresa jornalística estavam diretamente associados ao número de leitores.<sup>231</sup> Ana Paula Ribeiro corrobora essa ideia e dá o exemplo da *Tribuna da Imprensa* e do *Diário Carioca* que, mesmo com pequena circulação, eram reconhecidos como órgãos de peso e influência.<sup>232</sup>

Outros fatores também devem ser levados em conta para avaliar a importância e a credibilidade dos periódicos, como o seu peso político ideológico, as suas relações com o poder, sua relevância jornalística (técnica e profissional), sua estrutura empresarial (força econômica e potencial financeiro) e a composição e direcionamento para o público leitor. Porém, nem sempre é possível mapear todos esses aspectos na avaliação sobre o período e papel dos jornais. Na análise sobre o *Correio da Manhã*, encontramos dificuldades para definir a influência desses fatores, devido à falta de dados relativos a vários desses aspectos, que não foram mensurados sobre a vida das empresas jornalísticas e/ou não foram localizados.

A tabela abaixo constitui dados referentes à vendagem dos matutinos cariocas na década de 1950:

#### Tiragem dos matutinos cariocas (em mil exemplares)

Jornais/Ano	1951	1952	1953	1954	1955	1958	1960
<i>Diário Carioca</i>	45	35	40	40	40	17	17
<i>Jornal do Brasil</i>	60	70	45	40	40	57	59
<i>Correio da Manhã</i>	56	70	70	72	72	57	53
<i>O Dia</i>	--	60	90	90	115	240	230
<i>Jornal do Comercio</i>	33	60	20	32	32	*	*
<i>O Jornal</i>	70	60	60	60	60	*	27
<i>Diário de Notícias</i>	64	55	63	*	54	47	47
<i>Luta Democrática</i>	-	-	-	20	30	117	130

Fontes: *Anuário Brasileiro de Imprensa* (1950 - 1957) e *Anuário de Imprensa de Rádio e Televisão* (1958 -1960).<sup>233</sup>

<sup>231</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.*, p. 276.

<sup>232</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. cit.*, p. 58.

<sup>233</sup> De acordo com o *Anuário Brasileiro de Imprensa* (1950-1951, p.69) as estimativas foram feitas através dos atestados expedidos por organizações credenciadas para as tiragens dos jornais; dos livros de registros de consumo de papel com isenção de direitos, que toda publicação usando linha d'água era obrigado a possuir, completada pela contabilidade do jornal e boletins de circulação; balanços das publicações que eram sociedades anônimas e que declaravam receita proveniente de assinatura e venda avulsa; do confronto entre as informações colhidas diretamente com os dados dos departamentos de "mídia" das agências de publicidade. Observa-se que na tabela não há dados dos anos de 1956, 1957 e 1959, provavelmente devido a falta de compilação das informações contidas na documentação analisada.

Na tabela, verificamos a ampliação da vendagem do *Jornal do Brasil* a partir de 1958 e uma crescente queda na vendagem do *Correio da Manhã*, no período, devendo ser observado que ambos os periódicos disputavam a mesma faixa de público na cidade do Rio de Janeiro. O jornal *O Dia*, fundado em 5 de junho de 1951, tinha características e público alvo distinto. Conforme assinalado por Carlos Eduardo Leal, *O Dia* era um periódico compacto, com apenas oito páginas, e logo alcançou grande circulação, especialmente nos subúrbios da Central do Brasil, não só pelas notícias policiais e pelo estilo “populista”, com apelos ao “exótico”, mas também por ser o primeiro matutino a chegar às bancas, geralmente antes da meia-noite.<sup>234</sup>

Ribeiro e Andrade destacam que o *Correio da Manhã* era considerado pelos jornalistas da época como o matutino carioca mais importante em circulação nos anos 1950. O *Correio* promoveu então uma reforma no parque gráfico, com o objetivo de ampliar sua tiragem e receita publicitária, mas não modificou a forma de fazer jornalístico, mantendo-se como jornal “opinativo”. A forma de produzir as notícias no jornal pode ser associada às percepções de seu proprietário e também dos profissionais que nele atuaram, identificados à linha editorial adotada, principalmente no que se refere ao tratamento dos temas da política brasileira e do desenvolvimento econômico. A manutenção desse traço do *Correio da Manhã* foi notória mesmo no momento da adequação que visava ao atendimento das exigências do mercado publicitário, o qual exigia mais desprendimento e uma maior objetividade na produção e circulação de informações. A manutenção de certa autonomia na produção de notícias, podemos sugerir, é explicada pela posição de destaque desempenhada por alguns jornalistas do *Correio*, nesse período, e pelo modo como se davam as relações entre profissionais e o núcleo administrativo do jornal.

### **3.2. O Correio da Manhã e a “voz do dono”**

Em suas memórias, Samuel Wainer, proprietário da *Última Hora*, atribuiu ao jornalismo dos anos 1950 a característica peculiar de ter sido sempre a “voz do dono”, isentando-se, porém, dessa mesma imagem, ao criticar os demais proprietários. Em sua opinião, essa perspectiva seria predominante no noticiário, diferentemente do que ocorria em outros países.

---

<sup>234</sup> LEAL, Carlos Eduardo. O Dia (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em 30 de abril de 2013.

No Brasil é diferente (do exemplo norte americano). Por trás da aparente independência que ostentam, já que não são ligados a partidos, os jornais são o que seus donos desejam que fossem. A *Última Hora* representaria uma exceção a essa regra, na medida em que pretendia transformar-se na expressão do getulismo. Evidentemente, eu influiria na linha do jornal, mas ele não obedeceria exclusivamente a meus interesses, impulsos, ódios e amores, com acontecia, por exemplo, com o *Correio da Manhã*.<sup>235</sup>

Para Wainer, portanto, haveria, no cotidiano de produção das notícias, um controle que garantia a predominância da “voz do dono”<sup>236</sup> sobre o conjunto da redação. A redação do matutino *Correio da Manhã* era apresentada como exemplo de submissão aos “impulsos, ódios e amores” de seu proprietário, ou ao controle de Paulo Bittencourt.

Paulo Bittencourt nasceu no Rio de Janeiro, em 1895. Seis anos depois, seu pai, o jornalista de Edmundo Bittencourt, fundou o *Correio da Manhã*, que se tornaria um dos jornais mais importantes da antiga capital federal. Em 1913, depois de uma temporada na Inglaterra, fazendo cursos na Universidade de Cambridge, Paulo Bittencourt voltou ao Brasil, bacharelando-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. No final da década de 1910, integrou a delegação brasileira para a Conferência de Paz de Versalhes, França. No mesmo período, começou a trabalhar no jornal de seu pai, como articulista e, posteriormente, redator chefe. Assumiu a direção do jornal, junto com seu pai, no ano de 1923. Para comemorar a nova chefia, o periódico publicou um perfil biográfico do novo membro diretor.

Com a remodelação que acaba de sofrer o *Correio da Manhã*, assumiu a direção desta folha o Dr. Paulo Bittencourt.

Essa notícia não poderá surpreender a ninguém. Muito moço ainda, contando apenas com 26 anos de idade, o novo diretor do *Correio* é uma mentalidade de singular brilho, destacando-se entre os seus companheiros de geração, por uma certa sisudez de pensamento e um leve desencanto diante das coisas, que são infinitamente amáveis(...). Aos 17 anos de idade entrava na Universidade de Cambridge, onde teve ocasião de se familiarizar com alguns dos representantes mais genuínos das velhas casas britânicas. (...) No grande instituto britânico, ao mesmo tempo em que disciplinava o seu talento ficaram temperados dessa força, que é ao mesmo tempo energia, confiança e fé. Nas regatas da universidade seu nome se impôs, fazendo-se temido.

Quando redator chefe, mostrou sua prudência sem covardias, a sua firme e decisiva penetração, no encarar as situações que se sucedem (...)

Eis em ligeiros traços um perfil do novo diretor do *Correio da Manhã*. O nome de Paulo Bittencourt à frente desta folha é a garantia de que os velhos moldes nossos serão sempre mantidos, pela capacidade de entusiasmo e de energia do jovem escritor.<sup>237</sup>

Como jornalista e redator chefe do *Correio da Manhã*, Paulo Bittencourt fez agressiva oposição ao governo do presidente Artur Bernardes (1922-1926), sendo preso na ilha Rasa

<sup>235</sup> WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. 16ª ed.. São Paulo: Record, 1998. p.136.

<sup>236</sup> *Idem*. p.133.

<sup>237</sup> Dr. Paulo Bittencourt [Editorial]. *Correio da Manhã*. 09/01/1923, p. 2.

durante todo o ano de 1926. Em março de 1929, mesmo ano de sucessão presidencial, recebeu de seu pai a propriedade e a direção definitiva do jornal, cuja história daí em diante se confundiria com a da sua própria vida. No artigo *Ao público*, de 17 de março de 1929, Paulo Bittencourt comunicou a mudança na direção e propriedade do jornal.

A transformação que sofreu, ontem, esta folha, e que noticiamos em primeiro tópico da nossa edição de hoje, não pode passar sem um comentário especial.

Em toda uma existência, que já vai ficando longa, o *Correio da Manhã* amontoou em seu rasto um bom número de inimigos, quase todos gente da política e de negócios escusos, que viram seus interesses contrariados ou suas manobras denunciadas por nós, sempre com energia e sem reticências. Ao lado deles, e, graças a Deus, em número infinitamente mais considerável, este jornal se tem visto rodeado e, de certo modo, inspirado por grandes amigos, cuja fidelidade, em épocas difíceis, foi o nosso maior prêmio e melhor amparo (...).

As atitudes do *Correio da Manhã*, durante perto de trinta anos de intervenção na vida nacional, não deixam margem à indiferença. Perseguições, lutas quase incessantes, toda sorte de obstáculos, este jornal venceu unicamente pela força do público, da simpatia e do estímulo que jamais lhe faltaram. (...)

O *Correio* não começa hoje uma fase nova. Continuará sempre na brecha, pronto para entrar nas lutas inspiradas no patriotismo e no interesse geral. Contando, com o auxílio precioso, que é a vontade, a eficiência dos companheiros de trabalho de todas as seções desta folha, podemos, pois, assegurar que a transferência da propriedade do *Correio da Manhã* terá um só efeito: o de permitir o repouso a um homem que o merece como poucos o têm merecido.<sup>238</sup>

O novo proprietário assumia, portanto, com o compromisso de manter a linha editorial que caracterizava o periódico desde a sua criação. Logo em seguida à mudança na direção do jornal, em 1930, o *Correio da Manhã* apoiou a “Revolução de 1930” e a ascensão Getúlio Vargas. Pouco tempo depois, porém, fez oposição ao governo provisório, defendendo a reconstitucionalização do país. Paulo Bittencourt manifestou-se favoravelmente à Revolução Constitucionalista de São Paulo e utilizou as páginas de seu jornal para a crítica a Vargas, denunciando a manipulação do processo político na elaboração da nova Constituição, em 1934, para que este se mantivesse no poder.

Após a Revolta Comunista de 1935, com o desencadeamento do processo de endurecimento político que daria lugar à decretação do estado de guerra, em 1936, Paulo Bittencourt moveu nova campanha contra Vargas, denunciando suas intenções golpistas<sup>239</sup>. Ainda em novembro desse ano, editorial do *Correio da Manhã* declarava:

Chega a ser ridículo repetir que este país está atravessando uma fase delicadíssima de sua existência como nação livre. Temos uma política incerta, uma administração indecisa e incapaz, os espíritos conturbados ou apreensivos, as finanças arrebentadas e um mundo de dificuldades a vencer e de problemas que exigem pronta, imediata solução.<sup>240</sup>

<sup>238</sup> Ao público [Editorial]. *Correio da Manhã*. 17/03/1929, p. 2.

<sup>239</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Paulo Bittencourt (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em 14 de março de 2013.

<sup>240</sup> Editorial. *Correio da Manhã*. 28/11/1935, p. 2.

O endurecimento do regime levou a instituição do Estado Novo, em 1937, quando a imprensa passou a sofrer severa censura e, ainda assim, segundo Marieta de Moraes Ferreira, o *Correio da Manhã* manteve-se na oposição.<sup>241</sup> Em 1940, Bittencourt recebeu na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, o prêmio Maria Moors Cabot, por sua campanha contra a censura. Em fevereiro de 1945, em episódio bastante conhecido, o *Correio da Manhã* tornou-se o primeiro “grande jornal” a romper as barreiras do silêncio imposto pelo regime, publicando a entrevista de José Américo de Almeida, criticando a ditadura. De modo geral, a essa iniciativa é atribuída a abertura para outras manifestações na imprensa, contrárias ao regime.

Na campanha eleitoral para o executivo federal, Paulo Bittencourt apoiou o candidato lançado pela UDN, brigadeiro Eduardo Gomes – seu “amigo de infância” -, o qual foi derrotado por Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD. Com a posse deste, o *Correio*, mais vez, manteve-se na oposição, combatendo a proposta do pacto nacional em torno do presidente, que recebera, inclusive, o apoio da UDN.

Nas eleições de 1950, Bittencourt voltou a apoiar o candidato udenista contra Getúlio Vargas, candidato do PTB/PSP. Em seguida à divulgação dos resultados que apontavam a vitória do ex-presidente, o jornal posicionou-se contrariamente à campanha udenista pela anulação do pleito, sob o argumento de não ter havido maioria absoluta de votos no candidato vencedor, e defendeu a posse dos eleitos.<sup>242</sup>

No governo de Vargas, Paulo Bittencourt associou-se, mais uma vez, à oposição ao presidente, destacando-se, o *Correio da Manhã*, no período, pela denúncia do “trabalhismo falsificado”<sup>243</sup> e da política “estatização”, considerada no jornal como uma “ameaça à democracia”. Como já assinalado anteriormente, o jornal desferiu violenta campanha de acusações contra irregularidades na Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim). Seguindo a atitude tomada pelas demais folhas de oposição após o suicídio de Getúlio Vargas, Paulo Bittencourt e seu jornal suspenderam os ataques ao governo e a figura do presidente.

Como já assinalado, Samuel Wainer, em suas memórias, destaca a influência política do *Correio da Manhã*, dentre os diários da capital federal, e o papel preponderante de seu proprietário. Wainer registra que, certa vez, Getúlio lhe dissera “que não conseguia ficar sem

---

<sup>241</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Op. cit.*

<sup>242</sup> ANDRADE, Jeferson de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 67.

<sup>243</sup> O trabalhismo falsificado [Editorial]. *Correio da Manhã*, 13/03/1951.

a leitura da sexta página [do editorial] do *Correio da Manhã* – a geração de políticos a que ele pertencia fora estreitamente influenciado pelos artigos e editoriais do jornal de Paulo Bittencourt.”<sup>244</sup> O dono da *Última Hora* destaca, também, as redes de relações a que se vinculava Paulo Bittencourt:

Ele [Paulo Bittencourt] era um aristocrata, educado em Oxford, refinadíssimo, extremamente cosmopolita. Tinha uma cultura culinária de fazer inveja a qualquer *gourmet*, era um homem que lia muito. Herdara o jornal de seu pai, Edmundo Bittencourt, que lhe legara também uma corte formada por velhos políticos e jornalistas, liderada pelo senador Costa Rego, redator do *Correio da Manhã* por quase 40 anos.<sup>245</sup>

Segundo Wainer, o prestígio de Bittencourt lhe garantia certos privilégios mesmo no período do Estado Novo, quando o jornalista se mantivera na oposição ao regime. É o que se pode depreender do relato a seguir sobre o casamento do proprietário do *Correio da Manhã*:

A certa altura da vida, Paulo apaixonou-se por Niomar Moniz Sodré, que abandonou o marido, pertencente a uma velha família baiana, para viver com o dono do *Correio da Manhã*. Como não havia divórcio, eles não podiam se casar. Mas Niomar, mulher caprichosa, não queria que os dois se hospedassem nos grandes hotéis internacionais apresentando passaportes com sobrenomes diferentes. (...) Paulo Bittencourt conseguiu que o Itamaraty dispensasse sua mulher da apresentação da “indispensável” certidão de casamento e lhe desse um passaporte novo em nome de Niomar Moniz Sodré Bittencourt.<sup>246</sup>

Além desse episódio, Samuel Wainer sugere que Paulo Bittencourt mantinha relações próximas com o irmão mais novo de Getúlio Vargas, Benjamin, que também lhe renderam benefícios:

Paulo Bittencourt resolveu que o filho do primeiro casamento de Niomar deveria ser entregue a mãe, embora ela tivesse abandonado o lar e perdido, portanto esse direito. Estávamos em plena Ditadura do Estado Novo e Paulo divergia de Getúlio, mas se entendia bem com Benjamin Vargas. O dono do *Correio da Manhã* pediu ajuda ao irmão do ditador e Benjamin resolveu a questão à sua moda: mandou a polícia sequestrar o ex-marido de Niomar e aplicar-lhe uma surra inesquecível. O pai achou prudente entregar rapidamente a criança.<sup>247</sup>

Wainer lembra ainda que Paulo Bittencourt se alinhou aos demais proprietários de jornal, contrariamente à *Última Hora*. Conforme relatado em suas memórias, quando do surgimento desse periódico, Bittencourt teria sido “sarcástico, irônico, mas ainda assim tive a impressão de que ele não me hostilizaria. Enganei-me. Quando se fechou o cerco a *Ultima Hora*, Paulo Bittencourt estava entre os que exigiam a exclusão do intruso.”<sup>248</sup>

<sup>244</sup> WAINER, Samuel. *Op. cit.*, p. 139.

<sup>245</sup> *Idem.* p. 136.

<sup>246</sup> *Idem.* p. 137.

<sup>247</sup> *Idem.* p. 138.

<sup>248</sup> *Idem.* p. 137.

O *Correio da Manhã* manteve-se sob forte controle de seu proprietário, e se transformou em um dos maiores periódicos da capital federal, durante os anos 1950. Para a construção dessa estrutura, Bittencourt contou com o auxílio de profissionais de renome, identificados à linha editorial de seu jornal. Tais profissionais ajudaram a consolidar o *Correio da Manhã* como um dos jornais de maior destaque e influência do período.

### 3.3. A redação do *Correio da Manhã* e os jornalistas que fizeram a “ortografia da casa”

As memórias produzidas sobre o *Correio da Manhã* destacam o jornalismo que ali se produzia, assinalando quase sempre a qualidade dos textos – reportagens, editoriais e artigos – e, principalmente, o quadro de profissionais que compunham sua redação.

A redação do *Correio da Manhã* era composta, para além do chefe da redação, de uma equipe de diretores para cada um dos cadernos e suplementos que eram colocados à venda nas edições semanais e de domingo, sendo seu trabalho complementado por um grupo heterogêneo de articulistas e editorialistas. Segundo Jeferson de Andrade, os textos do *Correio* eram ainda submetidos à supervisão do corpo de revisores entre os quais se incluíam, nos anos 1940 e 1950, nomes como Graciliano Ramos e Aurélio Buarque de Holanda.<sup>249</sup> Foi a existência dessa equipe que contribuiu para difundir a ideia de que o *Correio* era um jornal muito “bem produzido” e “respeitado”, reiterada em vários testemunhos. Também Carlos Heitor Cony lembra que:

O *Correio da Manhã* tinha um timão, batia um bolão naquele tempo. Graciliano Ramos, Álvaro Lins, Otto Maria Carpeaux, Carlos Drummond de Andrade, Otávio Faria, Franklin de Oliveira, Márcio Moreira Alves, Hermano Alves, José Lino Grunewald, Moniz Viana, Van Jafa, José Condé, mais tarde entrariam Paulo Francis, Nelson Rodrigues, Antonio Callado (que havia sido chefe da redação mas fora para o *JB* e finalmente voltara para a casa paterna), o Ruy Castro – tudo cobra.<sup>250</sup>

Jeferson Andrade considera que a chamada “ortografia da casa” fora construída paulatinamente desde a criação do periódico, ainda à época do fundador Edmundo Bittencourt.<sup>251</sup> O termo, no entanto, teria sido usado primeiramente pelo jornalista Pedro da Costa Rego, que iniciou carreira jornalística como revisor do *Correio da Manhã*, em 1906.

Depois de atuar como repórter e revisor, Costa Rego assumiu a chefia da redação do *Correio da Manhã* em 1923, no lugar de Gil Vidal (Leão Velloso), mantendo-se no cargo até 1953, quando foi acometido de uma doença que o afastou definitivamente do jornal.

<sup>249</sup> ANDRADE, Jeferson de. *Op. cit.*, p. 67.

<sup>250</sup> CONY, Carlos Heitor. Entrevista publicada em TORKARSKI, Flávia Millena Biroli. *Op. cit.*, p.68.

<sup>251</sup> ANDRADE, Jeferson. *Op. cit.*, p. 67.

Paralelamente a sua atividade jornalística, Costa Rego fez carreira política, exercendo mandato de deputado federal por Alagoas, seu estado natal (de 1915 a 1923 e em 1928) e de senador (1929-1930 e 1935-1937). Governou Alagoas de 1924 a 1928 e, na década de 1930, participou da fundação do Partido Economista Democrático, estruturado a partir do antigo do Partido Democrata do estado. Em 1945, participou da primeira reunião do diretório nacional da UDN.

Costa Rego manteve relação próxima com Paulo Bittencourt e, para profissionais como Samuel Wainer<sup>252</sup>, na ausência do proprietário, era aquele que mandava no jornal.

Jeferson de Andrade atribui à figura de Costa Rego e à sua capacidade de reunir profissionais reconhecidos na equipe do *Correio da Manhã* a formação de uma das redações “mais brilhantes” do jornalismo brasileiro nos anos de 1940 e 1950.

Creio que não se repetiu no país uma redação tão interessante como aquela, inclusive porque havia uma simbiose, uma ligação maior entre o intelectual e o redator do jornal. Hoje os jornais estão mais profissionalizados e, sob muitos aspectos, mais fortes do que os daquela época. Mas isso tirou certo brilho intelectual que existia em redações como a do *Correio*.<sup>253</sup>

O próprio Costa Rego desenvolveu uma concepção sobre os profissionais do jornalismo, a qual é apresentada nos artigos de sua autoria editados no *Correio da Manhã* e depois reunidos na coletânea *Águas Passadas*, de 1952.

(...) O tipo ideal do jornalista (...) não parece-me o homem de uma paixão, seja esta embora nobre: é o homem de todas as paixões, a inteligência sensível e espontânea, capaz de vibrar a qualquer momento, diante de qualquer causa. (...) Já existiam jornais e, pois jornalistas - jornais eram o instrumento desta ou daquela ação política, jornalistas que por via de regra apenas cultivavam uma tendência. Mas estava ainda por parecer o homem neutro, suficientemente alheio a todos os interesses de grupos, que abrangesse, em visão de pensador, os problemas gerais, estivessem ou não estivessem – e na maioria dos casos não estavam – nos programas dos partidos. (...) A vida apresenta-se complexa, sobrecarregada por numerosos problemas, e confusa. Não basta vê-la; é necessário compreendê-la. O jornalista reúne certas ideias em face da vida, e entra a interpretá-la.<sup>254</sup>

À qualidade da “objetividade” e da neutralidade, condições da interpretação, deveria se acrescentar o apuro dos textos. Conforme relembra Antonio Callado, em entrevista a Jeferson Andrade, a primazia conferida por Costa Rego, e também por Graciliano Ramos, à correção de linguagem e de estilo nos textos do jornal era quase uma obsessão.

Os alagoanos [Costa Rego e Graciliano Ramos], na prática cuidavam do texto. Não tinham nada de ranhetas; apenas fiscalizavam a linguagem e o estilo. Naquele tempo, aprendia-se

<sup>252</sup> WAINER, Samuel. *Op. cit.*, p. 137.

<sup>253</sup> ANDRADE, Jeferson. *Op. cit.*, p. 99.

<sup>254</sup> COSTA REGO, Pedro da. *Águas passadas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. p.24-25.

português muito melhor do que hoje, havia mais consciência do valor da língua. Graciliano, mestre do idioma, sabia a teoria da língua, como um gramaticólogo.(...) Costa Rego era mandão, autoritário. Um tremendo redator-chefe. Comandava aquela redação toda com muita força. Adorava a língua portuguesa. Fazia os seus artigos diários com uma perfeição de língua admirável. Costa Rego me chamou para a redação e eu estava lá (...), para ler as páginas de editoriais, Graciliano Ramos.<sup>255</sup>

O que Callado assinala, em forma de recordação, era a linha de conduta do redator chefe, sua capacidade “laborativa” e o zelo pelo apuro textual. Segundo Andrade, Costa Rego foi o profissional que mais se aproximou do ideário jornalístico de Edmundo Bittencourt e de seu filho Paulo: utilizando-se do caráter opinativo, Rego buscava produzir textos densos e de qualidade gramatical e ortográfica invejável.

Embora afastado desde dezembro de 1953, por causa de doença, a retirada do nome de Costa Rego do cabeçalho do jornal como redator chefe só ocorreu em julho de 1954, quando do seu falecimento. O editorial em memória do antigo chefe da redação também é expressivo da vasta rede de relações políticas e do meio de imprensa a que se associava o jornalista do *Correio da Manhã*, assim como da representação da “ortografia da casa” que qualificava o próprio jornal.

Ontem publicávamos, com a notícia de sua morte [de Costa Rego], a das primeiras e generosas homenagens que lhe prestaram, e eram, quase todas, de antigos colegas: os do Senado, da Câmara, da Imprensa. Costa Rego, na verdade, foi o colega perfeito. Aquele com quem se trabalhava ombro a ombro e sempre dava mais que seu quinhão de trabalho, e tinha a paixão da tarefa bem acabada e era fiel e solidário. E ontem todos os acompanhamos, menos um, que ficou estupidamente imobilizado em casa.

Seis meses vivemos numa angustiada expectativa, sem esperança. Já havíamos perdido o convívio de Costa Rego e tantas vezes experimentamos o susto do desfecho, que ele finalmente veio, como fora mais uma impressão de pesadelo, igual às outras.

Hoje é o dia mais triste. Acontece muito nessas ocasiões que uma circunstância à toa, um gesto corriqueiro, desvenda, como num rasgão, a consciência plena da realidade. Hoje fazemos esse gesto: retiramos Costa Rego do cabeçalho deste jornal. O nome apenas, porque ele continuará em nossa atmosfera enquanto mantivermos a “ortografia da casa”, que lhe era tão querida e que ele soube tão bem preservar e desenvolver. (...)

Antonio Callado não é seu sucessor. Entre os dois não havia, superficialmente, um traço comum. Origem, formação e geração, cultura, método e gostos – tudo diferente. (...)

Costa Rego não poderia ter sucessor. Callado não saberia ser sucessor. Precisamente por isso, passado e futuro se fundirão na harmonia da tradição e da “ortografia” desta nossa casa hoje enlutada.<sup>256</sup>

Antonio Callado foi jornalista conceituado e, para além dessa, foi escritor de renome. Natural de Niterói, no Rio de Janeiro, Callado bacharelou-se na Faculdade de Direito em 1936, com 19 anos, e em 1937 começou a trabalhar como repórter e cronista, no *Correio da Manhã*. Ao longo de sua carreira, como jornalista de campo, realizou viagens que lhe permitiram entrar em contato mais direto com alguns dos temas mais importantes de sua obra.

<sup>255</sup> CALLADO, Antonio apud ANDRADE, Jeferson. *Op. cit.* p. 99.

<sup>256</sup> Editor-chefe [Editorial]. *Correio da Manhã*, 08/07/54.

Foi redator da BBC, em Londres, durante a Segunda Guerra Mundial, lá permanecendo até maio de 1947. Entre novembro de 1944 e outubro de 1945, atuou também no serviço brasileiro da *Radio Diffusion Française*, sediada em Paris. Ao retornar ao Brasil, voltou a trabalhar no *Correio da Manhã* e passou a colaborar em *O Globo*.

Callado participou diretamente do processo de modernização do *Correio da Manhã*, na década de 1950 e, em entrevista a Jeferson Andrade, recordou o impacto daquela mudança para o periódico.

A perda de uma coluna, na largura e de alguns centímetros na altura, forçou a uma correspondente compressão de matérias. Os colaboradores externos, de matéria assinada, já tinham sofrido uma redução drástica quando alteramos, em 20 de dezembro de 1950, o *layout* (...)

Essa compressão afetou também a matéria diretamente na redação. Obrigou-nos a condensar mais, a podar, a meter flores (que porventura tenhamos) em jarras mais estreitas e a disparar nossos obuses (precisamos sempre tê-los infelizmente) com mais rigor e pontaria. Aliás, isto apenas nos aproxima do estilo desta casa. Os dois redatores-chefe que mais deixaram marca entre nós, Gil Vidal (Leão Velloso) e Costa Rego, tinham verdadeiro horror à enxúndia. Escreviam pouco, escoreito, diretamente ao ponto.<sup>257</sup>

Para Callado, a função na chefia da redação deveria dar continuidade ao trabalho desempenhado por seus antecessores, principalmente Costa Rego, a quem ele admirava e de quem seguia o exemplo.

Costa Rego foi um redator chefe absolutamente admirável. Era uma figura interessantíssima. Tinha vindo de uma carreira política importante. Foi presidente de Alagoas, o que hoje seria governador. Naquele tempo, Graciliano Ramos era prefeito de Palmeiras dos Índios. Costa Rego era mandão, autoritário. Um tremendo redator chefe. Comandava aquela redação toda com muita força. Adorava a língua portuguesa. Fazia os seus artigos diários com perfeição de língua admirável.<sup>258</sup>

Ao assumir a redação da folha, Callado recebeu de herança a estrutura de produção de notícias criada por Costa Rego. Na redação do *Correio da Manhã* encontravam-se jornalistas e escritores do mais alto nível de seu tempo, como Graciliano Ramos e Aurélio Buarque de Holanda, já mencionados. Callado, em seu depoimento, argumenta que a qualidade da escrita do jornal era alcançada com ajuda desses profissionais.

O *Correio da Manhã* era um jornal muito bem escrito. Não vejo ninguém hoje em dia, em nenhum jornal, com o cuidado de recrutar ‘cobras’, como Graciliano Ramos ou Aurélio Buarque de Holanda, para retocarem a prosa editorial de seu jornal. Isso sem falar nos redatores, que eram Álvaro Lins, Otto Maria Carpeaux, Thomaz Ribeiro Colaço, Gondin da Fonseca. Era o primeiro time.<sup>259</sup>

<sup>257</sup> CALLADO, Antonio apud ANDRADE, Jeferson. *Op. cit.*. p. 99.

<sup>258</sup> *Idem.* p. 98.

<sup>259</sup> *Idem.* p.98.

Mesmo tendo conduzido a reformulação do jornal, na chefia da redação, Callado<sup>260</sup> sugeria aos colegas<sup>261</sup> que ficava mais confortável no dia a dia da produção das notícias e na atuação literária. Em carta de despedida dirigida a Paulo Bittencourt, quando deixou o posto, em 1959, explicou os motivos de seu afastamento:

Há cinco anos você me fez o convite mais honroso que um jornalista brasileiro poderia receber: o de ocupar a chefia da redação do *Correio da Manhã*. Diante da minha pronta aceitação, você observou que talvez não estivesse tão de acordo com isso o autor de peças e romances em que me ia transformando ao lado do jornalista. Sua observação não me pareceu, na época, tão certa quanto a reconheço hoje. Talvez porque eu ainda tivesse uma idade em que o tempo dá a impressão de ser elástico, dócil a tudo que quisermos fazer. Hoje, com sua advertência ainda clara em minha memória, venho restituir a você o comando que me confiou em 1954. O redator chefe lhe pede para voltar à reportagem, reportagem que nunca deixei que só de longe podia exercer, devido aos encargos administrativos. (...) Como você vê, fui levado a uma digressão longa ao tempo em que assumi o cargo de redator chefe. Um tempo inesquecível. Se agora lhe peço que me liberte da função não é como tirar um fardo das costas. É como quem lhe restitui um comando precioso e que foi exercido com entusiasmo. Faça a devolução antes da chegada de qualquer fadiga. Do seu amigo Antonio Callado.<sup>262</sup>

Callado se afastava então, também, por ter sido chamado, pela Enciclopédia Britânica, para trabalhar na criação de uma nova coletânea, a *Enciclopédia Barsa*.

Fiquei um tempo na chefia da redação. Para substituir Costa Rego. Quando apareceu uma boa chance na Enciclopédia Britânica, que encarregou de fazer aqui a *Enciclopédia Barsa*, eu me afastei. Me afastei do *Correio da Manhã* sem saudades da chefia da redação. Apenas com saudades da redação.<sup>263</sup>

Para ocupar o seu posto, Paulo Bittencourt escolheu então o jornalista Luís Alberto Bahia, redator e homem de confiança de Callado. Bahia já exercia, então, parte das tarefas da chefia, acompanhando a oficina que confeccionava o jornal. Ainda segundo Callado,

Quando foi meu tempo, quando fiquei como redator chefe, o jornal ficou muito nas mãos do meu até hoje fraternal amigo Luís Alberto Bahia. Este sim, tinha o temperamento muito mais parecido com o de Costa Rego. Mais brando, mas também gostava muito do comando e do que se chama a cozinha do jornal. Eu confesso que isso de pegar o material, descer até as oficinas, acompanhar tudo, nunca me atraiu muito não. Esse gosto tinha Costa Rego e Luís Alberto Bahia.<sup>264</sup>

<sup>260</sup> Antonio Callado foi em seguida repórter do *Jornal do Brasil*, que o enviou, em 1968, ao Vietnã em guerra. Aposentou-se como jornalista em 1975, continuando a colaborar na imprensa. Em abril de 1992, tornou-se colunista da *Folha de S. Paulo*. Dedicou-se sempre à literatura e seus dois primeiros romances foram *Assunção de Salviano* (1954) e *A madona de cedro* (1957). Escreveu ainda *Quarup* (1967), *Bar Don Juan* (1971), *Reflexos do baile* (1976), *Sempreviva* (1981), que retraram o Brasil durante o regime militar. Amargou duas prisões, nesse período: uma em 1964, logo após o golpe que depôs João Goulart, e outra em 1968, após a edição do AI-5. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1994. ANDRADE, Jeferson. *Op. cit.* p. 129.

<sup>261</sup> CALLADO, Antonio apud ANDRADE, Jeferson. *Op. cit.* p. 99.

<sup>262</sup> CALLADO, Antonio. Meu caro Paulo. [Artigo] *Correio da Manhã*, 22/02/1959, p. 6.

<sup>263</sup> CALLADO, Antonio apud ANDRADE, Jeferson. *Op. cit.* p. 98.

<sup>264</sup> *Idem.* p. 99.

Luís Alberto Ferreira Bahia nasceu no Rio de Janeiro no dia 14 de fevereiro de 1923 e realizou seus primeiros estudos no Colégio Militar, nessa cidade, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Na primeira metade dos anos 1940, trabalhou como arquivista do Ministério das Relações Exteriores. Em 1945 iniciou sua carreira no jornalismo, como repórter político do *Correio da Manhã*, a convite de seu proprietário, Paulo Bittencourt.

Em paralelo com atividade do jornal, Bahia foi representante no Brasil da *British News Service*, agência oficial de notícias britânica, nos primeiros três anos dos anos 1950. Esse trabalho levou-o a atuar como editor internacional do *Correio da Manhã*. Tornou-se secretário de redação do jornal em 1957, redator-chefe em 1959, e diretor em 1960.

Em depoimentos a Jeferson Andrade, Bahia relembra o episódio da saída de Callado da chefia da redação:

Eu sabia que Callado queria sair. Ele queria se dedicar à literatura, ao teatro. E não estava mais entrosado com aquela obrigação diária, aquele trabalho pesado, independente do esforço intelectual. No sistema em que se trabalhava naquele tempo, o redator chefe tinha de ler todas as matérias importantes do jornal, não apenas os editoriais e os comentários. (...) Na ocasião em que Callado quis sair, eu estava fora. Tirei férias propositalmente. Eu senti que haveria uma disputa muito grande pelo cargo, que equivalia ao de ministro. Talvez mais que ministro. O *Correio da Manhã* era muito importante.<sup>265</sup>

Na chefia da redação, ao final do governo de Juscelino Kubitschek, Bahia dava continuidade à implantação das reformas, que associou, mais tarde, à modernização então vivida pelo país: “Completei o processo de modernização do jornal iniciado com Callado. Principalmente porque sentimos a transformação do próprio jornal. Ou melhor, a transformação do país forçando a do jornal.”<sup>266</sup> Sua escrita assumia, no entanto, a tom mais fortemente opinativo, o que se expressou, principalmente, na campanha contrária à transferência da capital federal.

Bahia foi afastado da direção do jornal em 1962, por determinação de Paulo Bittencourt, que, segundo informado pelo jornalista, não aprovava a virulência dos textos por ele veiculados, nos editoriais, sobre o então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda.<sup>267</sup>

<sup>265</sup> BAHIA, Luís Alberto apud ANDRADE, Jeferson. *Op. cit.*, p. 103.

<sup>266</sup> *Idem.*

<sup>267</sup> Trabalhou como assessor político de Francisco Clementino de San Tiago Dantas, ministro da Fazenda do governo de João Goulart (1961-1964) e integrou o Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Foi editor político da revista *Visão*, em 1962, e do *Jornal do Brasil*, de 1963 a 1965. Posteriormente, trabalhou em *O Globo*. Nos anos 1970, tornou-se editor de opinião do *Jornal do Brasil* e da *Folha de São Paulo*. ANDRADE, Jeferson. *Op. cit.*, p. 145.

Em depoimento a Jeferson Andrade, Bahia lembrou o impacto, no jornal, da ampliação da publicidade. Para ele, ainda que o *Correio* veiculasse manifestações contrárias à transferência da capital para o Centro Oeste, a carteira publicitária do jornal sofria pressões, principalmente por parte da indústria automobilística, que dela participava com aportes consideráveis. A atuação dos lobistas do transporte rodoviário também pressionou para que fosse reduzida, no jornal, a veiculação de matérias favoráveis às ferrovias e ao comércio de cabotagem.

Os editorialistas do jornal sofriam uma espécie de pressão. Os anúncios eram espontâneos. Isso dava à opinião do jornal uma independência muito grande. Ele não sofria as pressões das agências (publicitárias). Desde o tempo do Callado, essas pressões passaram a existir. O peso do classificado diminuía, o perfil do anunciante começa a ser distinto. Quando assumi o *Correio*, essa transformação acelerando. A pressão da superintendência do jornal sobre o editor chefe perdeu um pouco a cerimônia. Lembro-me de dois episódios. Criei duas seções no jornal. Uma era “trilhos e dormentes”. O jornal tinha uma tradição ferroviarista, mas não tinha nenhuma coluna para o assunto. Infelizmente essa seção surgiu na hora em que estourou a pressão da indústria automobilística, do *lobby* dos empreiteiros de estradas rodoviárias. Então eu vivi o drama de manter uma coluna, refletindo o passado do jornal, num momento em que o país mudava. Tentei criar também ‘Portos e guindastes’, para estimular o comércio de cabotagem. Tudo isso em função da posição do jornal, de um jornal de porto que temia a interiorização da capital. Mas as duas seções morreram. Simplesmente porque não tinham o sustentáculo dos anúncios. O ferroviarismo não sustentava uma coluna, enquanto o rodoviarismo sustenta o jornal inteiro. Esses são os dois episódios que ilustram o que Callado e eu vivemos. A transformação de um país não industrializado em um país industrializado, acarretando a mudança do perfil da carteira publicitária do nosso jornal.<sup>268</sup>

Bahia destaca, portanto, o poder que passavam a deter, nos anos de 1950 e 1960, as agências publicitárias, que determinavam, na prática, o novo padrão a ser seguido nos jornais. Para o jornalista, “quando um jornal afeta certo interesse, de um produto, de um serviço, agenciado por determinada agência, quando esta aborda um jornal, questionando, argumentando, não está falando apenas com o poder daquele anunciante. Ela tem muitas verbas, e ela faz mídia.”<sup>269</sup> Por conta do *lobby* publicitário, o *Correio da Manhã* mudou seu estilo editorial:

Aí aparece então a mudança do estilo do *Correio da Manhã*, do editorial falante, meio inconsequente. Esse editorial forte começa a ser quebrado por influência da mudança do perfil da carteira publicitária.<sup>270</sup>

Podemos depreender da leitura do depoimento de Luís Alberto Bahia que a adequação do *Correio da Manhã* à expansão do mercado publicitário deu-se de forma gradual, atingindo, finalmente, a produção dos editoriais. No mesmo período, a folha perderia leitores e verba

<sup>268</sup> BAHIA, Luís Alberto apud ANDRADE, Jeferson. *Op. cit.*, p. 103.

<sup>269</sup> *Idem.*, p. 104.

<sup>270</sup> *Idem.*, p. 105.

publicitária para seu então principal corrente, *o Jornal do Brasil*, mais sensível às mudanças do mercado do final dos anos 1950 e que promoveu, mais rapidamente, mudanças importantes em seu *layout*.

O ritmo das mudanças, no *Correio da Manhã*, também se deveu à persistência de certa autonomia dos profissionais dentro da redação. Segundo Bahia, Paulo Bittencourt foi sensível às transformações, porém “não tinha a força do pai. Mais ajustado, adaptado as mudanças. Ele fugia das pressões. Para não ceder. Ele não afrontava. Daí a sua vocação para deixar à frente. Ao sentir as pressões muito fortes, ele saía do país. O barco ficava entregue a nós [na redação].”<sup>271</sup> Para Jeferson Andrade, nas ocasiões de ausência de Paulo Bittencourt, o editor chefe assumia a administração do jornal, sendo porém importante a colaboração dos demais profissionais.<sup>272</sup> O *Correio* contava, por exemplo, com articulistas de peso, com textos assinados e, de modo geral, mais próximos do político ou do ficcionista em sua escrita. Um dos articulistas que se destacaram no jornal, na década de 1950, foi Augusto Frederico Schmidt.

Desde 1951, o poeta e empresário Augusto Frederico Schmidt escrevia crônicas, em geral semanais, na página dois do Primeiro Caderno do *Correio da Manhã*.

Augusto Frederico Schmidt nasceu no Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1906 e fez seus estudos no Colégio dos Andradas, em sua cidade natal. Mudou-se para a Suíça com a família, tornando-se interno do Colégio Champs Soleil, em Lausanne. O falecimento do pai, em 1916, fez a família regressar ao Brasil. Schmidt passou então por diversos colégios da capital federal, sem conseguir interessar-se pelos estudos. Teria sido em Juiz de Fora, em Minas Gerais, ao frequentar o Colégio Granbery, que teve início na atividade literária, ao ingressar no grêmio literário daquela instituição.

Em 1922, voltou ao Rio de Janeiro, e começou por essa época a escrever poemas e crônicas, publicados num pequeno jornal, o *Beira-Mar*, editado no bairro de Copacabana. Nos anos 1930, fundou a *Schmidt Editora*, que se tornaria responsável pelo lançamento de muitos nomes de destaque na literatura brasileira. A importante *Coleção Azul*, sob a responsabilidade de sua editora, editou os livros *Brasil errado*, de Martins de Almeida, *Introdução à realidade brasileira*, de Afonso Arinos de Melo Franco, *O sentido do tenentismo*, de Virgínio Santa Rosa, *A gênese da desordem*, de Alcindo Sodrê, e *Psicologia da revolução*, de Plínio Salgado. Na mesma época, outros autores também tiveram suas obras publicadas pela Schmidt, como Jorge Amado (*O país do carnaval*), Raquel de Queirós (*João Miguel*), Graciliano Ramos

---

<sup>271</sup> *Idem*, p. 105.

<sup>272</sup> ANDRADE, Jeferson. *Op. cit.* p. 167.

(*Caetés*), Gilberto Freire (*Casa grande e senzala*), Virgílio de Melo Franco (*Outubro de 1930*), entre outros.

No início dos anos 1950, por ocasião da visita ao Brasil do presidente do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Eugene Black, Augusto Frederico Schmidt manifestou-se, em sua coluna no *Correio da Manhã*, como defensor da colaboração norte-americana no auxílio ao desenvolvimento econômico do Brasil. Para o escritor, tal medida era necessária “para evitar que o país resvale para a desordem, para a massificação e para uma trágica proletarização propícia à sujeição comunista”<sup>273</sup>. Em seus textos, atribuía aos grandes empresários o papel de conduzir o progresso, atuando como veículos do desenvolvimento, e refutava, por outro lado, que esses fossem tomados como instrumentos da fraude e da corrupção.<sup>274</sup>

(...) É preciso que todos os norte americanos capazes de influir na política mundial interpretem o problema do Brasil, separando-o e distinguindo-o dos outros países da constelação americana: e não por efeito de nossos méritos, que são poucos, mas pelo acaso, pelo que predestinam o Brasil a ser um grande país (...)

Ou nós realizamos nossa vida nacional, conduzindo-a pelos caminhos que hão de levar-nos entre os países de primeira grandeza – ou acabaremos (...)

Sei bem que nossos estadistas não ousam a linguagem que estou empregando, mas é preciso que uma voz pelo menos possa traduzir para os americanos a verdade brasileira, que é esta: sabemos aqui e reconhecemos que o mundo inteiro está voltado para os Estados Unidos, a pedir-lhes: sabemos que não é hora de favorecer ninguém, mas de empregar os recursos americanos dentro de um espírito estritamente de guerra, inspirados nos propósitos da guerra, atendendo a uma economia de guerra. E a colaboração brasileira deve ser enquadrada justamente entre os planos de guerra, pois combater o comunismo é também enfrentar e vencer em toda parte a fome e a miséria.<sup>275</sup>

Coerentemente com essa posição, em defesa do desenvolvimento, e paralelamente ao trabalho jornalístico e editorial, Augusto Frederico Schmidt ampliou e diversificou sua atividade empresarial: criou a rede de Supermercados Disco e participou como sócio, presidente e diretor das empresas Sociedade de Expansão Comercial (Sepa), Meridional Companhia de Seguros de Acidentes de Trabalho, Comércio e Importação de Produtos Americanos (Sacipa), Instaladora de Frio, Brasil-Canadá Comércio e Indústria, Orquima, de mineração e comercialização de minérios, entre outras, tendo empreendido, por conta de tais atividades, várias viagens de negócios aos Estados Unidos e à Europa.<sup>276</sup>

Para Vera Calicchio, a aproximação entre Augusto Frederico Schmidt e Juscelino Kubitschek teria se dado por intermédio de Paulo Bittencourt, proprietário e diretor do

<sup>273</sup> SCHMIDT, Augusto Frederico. Conversa com Mr. Black. *Correio da Manhã*, 14/11/1951, p. 2.

<sup>274</sup> CALICCHIO, Vera. Augusto Frederico Schmidt (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em 17 de março de 2013.

<sup>275</sup> SCHMIDT, Augusto Frederico. Conversa com Mr. Black [artigo]. *Correio da Manhã*, 14/11/1951, p. 2.

<sup>276</sup> CALICCHIO, Vera. *Op. cit.*.

*Correio da Manhã*. Como assinalado, o jornal manteve uma posição favorável ao candidato pessedista na sucessão presidencial, em 1955, no contexto da campanha tumultuada e das ameaças golpistas por parte da UDN e de setores das Forças Armadas. Na ocasião, o próprio Schmidt se destacou na defesa dos dispositivos constitucionais que asseguravam a legalidade dos procedimentos eleitorais e da posse de Kubitschek. Por outro lado, de modo geral, não há divergências entre as manifestações de Schmidt e dos editoriais do *Correio* no que se refere ao ideário do desenvolvimento e à defesa da participação do capital estrangeiro na ampliação e na consolidação do projeto industrial.<sup>277</sup>

Já para Autran Dourado, diferentemente, foi o cronista que serviu de “ponte” entre o proprietário do *Correio da Manhã* e JK.<sup>278</sup> O que nos importa, no entanto, é assinalar que existiu o vínculo entre o jornal e o candidato do PSD, à época da campanha e da posse do presidente. Interessa-nos, também, o modo pelo qual essa associação se expressou nas páginas do *Correio*.

Para Calicchio, Augusto Frederico Schmidt empenhou-se na campanha, ao lado de Kubitschek, aproximando-o do empresariado, a fim de obter recursos para o financiamento da mesma. Também teria procurado neutralizar as resistências ao candidato, surgidas na área internacional, sobretudo após a inclusão, na chapa presidencial, do candidato a vice-presidente João Goulart, considerado como herdeiro político de Vargas.

No dia 11 de agosto de 1955, a coluna de Augusto Frederico Schmidt, com o título *Saudades de um Brasil*, denunciava a possível articulação de um golpe contra o candidato do PSD.

Saudades de um Brasil em que já se tenha operado a readaptação das suas elites à realidade nacional. Em que os homens capazes de formular as coisas não as mostrem com as raízes desentranhadas, expostas ao vento, sem outra função a não ser viravoltar em torno de abstrações, dançando com ideias abolidas, ultrapassadas. Saudades de um Brasil sério, em que não se viva livremente por outorga ou favor seja lá de quem for. Saudades de um Brasil em que os guias não sejam tão inferiores ao povo, que pretendem conduzir.<sup>279</sup>

Schmidt expressava, na crônica, um Brasil “ideal”, “depurado” do “primarismo que inquieta” e impede a “civilização e o desenvolvimento.” Para o cronista, era ainda necessário “explicar” que era por meio do trabalho – ou do desenvolvimento – que se chegava à justiça social. Nesse Brasil “ideal”, “não haveria a necessidade de que esses poetas – como ele

<sup>277</sup> *Idem*.

<sup>278</sup> DOURADO, Autran. *A serviço del-Rei*. Rio de Janeiro: Record, 1984. p. 110.

<sup>279</sup> SCHMIDT, Augusto Frederico. Saudades de um Brasil (artigo). *Correio da Manhã*, 11/08/55. p. 2.

mesmo – dessem lições aos homens que deveriam ocupar-se da realidade.”<sup>280</sup> Segundo Jeferson Andrade, ao fazer campanha aberta pela eleição do candidato da coligação PSD/PTB, o jornalista e empresário acusava a UDN de “falta de atualidade e de correspondência”, qualificando a legenda de “descompassada”. Juscelino Kubitschek era o candidato de maior “atualidade”, o que melhor corresponderia à situação “real” do país.<sup>281</sup>

Podemos considerar em seus textos o aspecto retórico, e também concepções menos evidentes, no que se refere à necessidade de uma liderança para condução do país. Essa liderança direcionaria o desenvolvimento através do estímulo a industrialização, baseada em capital nacional, estrangeiro ou misto. Podemos reiterar que nesse ponto, Augusto Frederico Schmidt coincidia com as posições defendidas por Paulo Bittencourt e com a linha editorial do *Correio da Manhã*.

Pelo apoio explícito dado à legenda PSD/OTB e por sua relação próxima com Juscelino Kubitschek, Schmidt sofreu diversas acusações por parte da UDN, em especial por ocasião da implantação na Câmara dos Deputados uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para proceder às investigações sobre o problema de energia atômica no Brasil, em abril de 1956. O escritor e empresário fazia parte da diretoria da Orquima, empresa que operava no Brasil na industrialização e exportação do tório, mineral de alto valor estratégico, e por esse motivo foi chamado a depor. Nos documentos relativos aos acordos de exportação de tório, foram localizadas referências às gestões da Orquima.<sup>282</sup> Não se pôde, no entanto, apurar a identidade dos acionistas da empresa, pois Schmidt então negou-se a revelá-la.

Em seu depoimento, Schmidt preconizou a revogação da Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que estabeleceu o monopólio estatal do comércio externo dos principais minérios atômicos, urânio e tório, e fixou severas restrições à sua venda. Criticou também as “teorias suicidas de que o Brasil não pode exportar”. Apesar de tais restrições, a Orquima expandira notavelmente suas instalações, tendo sua diretoria lutado sempre contra as resistências opostas à exportação do tório. O relatório final da CPI sobre energia atômica, redigido pelo deputado Dagoberto Sales, foi aprovado em março de 1958.<sup>283</sup>

Schmidt foi um dos assessores mais ativos do governo JK. Coube a ele o comando da Operação Pan-Americana (OPA), iniciativa brasileira tendo por objetivo atrair investimentos norte-americanos para um programa de desenvolvimento econômico e social da América Latina, sob a liderança do Brasil. O escritor participou das negociações, sendo chefe da delegação brasileira para representação no comitê de criação da OPA.

<sup>280</sup> *Idem.*

<sup>281</sup> ANDRADE, Jeferson. *Op. cit.*, p. 167.

<sup>282</sup> CALICCHIO, Vera. *Op. cit.*

<sup>283</sup> *Idem.*

Já no final do governo de Kubitschek, Schmidt se destacou como chefe da delegação brasileira à XIV Assembleia Geral das Nações Unidas e também como presidente do “Comitê dos 21” na Conferência de Bogotá, em Colômbia, destinada a formalizar a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA). Porém, as negociações da OPA não seguiram adiante. Os Estados Unidos, que não se interessaram pela proposta, não querendo beneficiar essa iniciativa, lançaram, no início da década 1960, a Aliança para o Progresso.

Durante o governo de JK, Schmidt defendeu intensamente na imprensa e no meio diplomático o desenvolvimento econômico brasileiro. Mesmo sendo considerado como idealizador da OPA e tendo prestígio junto ao presidente da República, não conseguiu ser nomeado ministro de Estado, o que seria explicado, segundo Vera Calicchio, em razão das críticas que o escritor sofreu, durante esse período, e das denúncias, por parte do setor nacionalista das Forças Armadas, sobre a presença de interesses internacionais em seus negócios.<sup>284</sup> No governo Kubitschek, Schmidt foi um “homem dos bastidores”.

Outro jornalista de destaque do *Correio da Manhã*, que posteriormente tornou-se chefe da Casa Civil, no governo de JK, foi Álvaro Lins. Pernambucano de Caruaru, nasceu em 14 de dezembro de 1912 e fez seus primeiros estudos em sua cidade natal, cursando posteriormente o ginásio no Colégio Salesiano de Recife.

Na juventude, Álvaro Lins interessou-se pela política, acompanhando a campanha da Aliança Liberal. Nesse contato, conheceu João Neves da Fontoura, um dos oradores de destaque na caravana aliancista pelo Nordeste. Entusiasmou-se com a Revolução de 1930, que instaurou o governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, mas, já no ano seguinte, acompanhou o início da conspiração liderada por São Paulo que levou à Revolução Constitucionalista, contra a ameaça de perpetuação de um governo discricionário.<sup>285</sup> Durante esse período, bacharelou-se na Faculdade de Direito de Recife.

Passou a lecionar história da civilização, no Ginásio do Recife, em 1932. Ainda nesse ano, assinou na capital pernambucana um manifesto de apoio ao documento em que Plínio Salgado lançou o movimento integralista. Começou em seguida a lecionar geografia geral no Colégio Nóbrega, no Instituto Nossa Senhora do Carmo e na Escola Normal Pinto Júnior. Iniciou sua carreira jornalística em Recife, como redator do *Diário de Pernambuco*.

Álvaro Lins ocupou a Secretaria de Governo de Pernambuco e assumiu em paralelo a direção do *Diário da Manhã*, órgão de propriedade do interventor Lima Cavalcanti,

---

<sup>284</sup> *Idem*.

<sup>285</sup> CALICCHIO, Vera. Álvaro Lins (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado em 19 de março de 2013.

conhecido como “o baluarte da Revolução de 1930 no Nordeste”.<sup>286</sup> Com a instauração do Estado Novo, Lima Cavalcanti foi substituído no cargo por Agamenon Magalhães e, com isso, Álvaro Lins deixou a Secretaria de governo, adiando seus planos políticos por algum tempo.

Até 1940, manteve-se na direção do *Diário da Manhã*, onde fazia também a crítica literária. Aceitou então um convite para compor a redação e ocupar a chefia do suplemento literário do *Correio da Manhã*. Nesse jornal, até início dos anos 1950, atuou como crítico da produção literária brasileira.

Deixou o país, em 1952, para lecionar literatura e história do Brasil na cadeira de estudos brasileiros na Universidade de Lisboa. Regressou em agosto de 1954, em meio à crise político-militar desencadeada pelo suicídio do presidente Getúlio Vargas, reassumindo suas atividades no *Correio da Manhã* e assumindo a cadeira de literatura no Colégio Pedro II. Foi eleito para ocupar a cadeira número 17 da Academia Brasileira de Letras, tomando posse em julho de 1956.

Participou ativamente, como jornalista, na luta para garantir a posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República, durante a crise de novembro de 1955. Nessa época, Álvaro Lins deixou sua função à frente do suplemento literário para assumir a direção do editorial do *Correio da Manhã*, a convite de Paulo Bittencourt.

Álvaro Lins redigiu três editoriais contra o então deputado federal Carlos Lacerda, liderança do movimento contrário à posse de JK. Os editoriais e artigos que, cujo conteúdo se pautava pela defesa da preservação dos princípios constitucionais, representaram uma advertência contra a conspiração que se tramava. Para Calicchio, a importância dos textos de Lins foi bem grande, pois a ajudaram na penetração do *Correio da Manhã* junto às correntes de resistência ao golpe.

O depoimento do jornalista José Fernandes, que trabalhou no *Correio da Manhã* entre 1942 e 1973, faz referência a Álvaro Lins no relato da festa promovida por Paulo Bittencourt em comemoração aos 50 anos do jornal.

O período de apogeu do *Correio* foi quando elegeu o Juscelino Kubitschek. O Álvaro Lins foi o esteio da campanha do Juscelino. Durante um período o Álvaro ficou como redator-chefe, tinha o rodapé famoso onde fazia críticas literárias. Juscelino eleito, foi ser chefe da Casa Civil. Uma vez, quando ainda estava no jornal em resposta a um comentário de Carlos Lacerda, escreveu três editoriais, *Um pobre rapaz*, *Um pobre coitado* e *Um pobre diabo*, - e acabou com ele. Lacerda publicou uma nota dizendo que não faria nenhum comentário.<sup>287</sup>

<sup>286</sup> *Idem*.

<sup>287</sup> PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã: compromisso com a verdade*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2001 (Caderno de Comunicação: Série Memória).p. 84.

Ao assumir o governo, Kubitschek convidou Álvaro Lins para chefiar seu Gabinete Civil, tendo como subchefe Josué Montelo. No mesmo ano, em novembro, Lins deixou o cargo para assumir a embaixada do Brasil em Lisboa. Como embaixador, manifestou-se contrariamente aos termos de regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal, o qual considerava como “prejudicial aos interesses do Brasil”<sup>288</sup>. Essa posição tornaria inevitável seu choque com a ditadura salazarista. O impasse aumentou quando, no início de 1959, a embaixada brasileira em Lisboa concedeu asilo ao líder oposicionista português, general Humberto Delgado. A proteção foi homologada pelo Itamarati como uma decisão do governo brasileiro, sem o reconhecimento do governo português, o que consistiu, nas palavras do próprio Álvaro Lins, um “flagrante desacato” ao próprio governo Kubitschek.<sup>289</sup>

Afastou-se de Kubitschek quando uma comissão especial do governo português, no Rio de Janeiro, convidou Juscelino para participar dos festejos henriquinos em Portugal, em dezembro de 1959. O presidente brasileiro não só aceitou o convite e, cerca de um mês depois, solicitou que Portugal concedesse asilo político em seu território ao ditador Fulgencio Batista, deposto pela Revolução Cubana em janeiro de 1959.<sup>290</sup>

Álvaro Lins fez oposição à viagem do presidente brasileiro a Portugal e escreveu uma carta rompendo política e pessoalmente com o presidente. Acusou o governo Kubitschek de “cumplicidade com as ditaduras, de maneira particular com a de Portugal, a do Paraguai e a da República Dominicana”.<sup>291</sup> No mesmo ano, Álvaro Lins foi exonerado da Embaixada em Portugal.

Calicchio afirma que Lins recusou os convites do governo para liderar missões representando o país em diversas partes do mundo, porque se tratava, segundo o jornalista, de “um caráter de compensação material”. Afirmava que existia entre ele e o presidente Kubitschek “um estrito e indeclinável problema político, moral e diplomático”.<sup>292</sup>

Voltando ao Brasil, dedicou-se à produção literária, publicando diversas obras, contando sua experiência como embaixador em Portugal. Em 1960, publicou *Missão em Portugal*, um relato do dia-a-dia de sua experiência na Embaixada em Lisboa, incluindo o

---

<sup>288</sup> CALICCHIO, Vera. *Op. cit.*. [Álvaro Lins, verbete].

<sup>289</sup> *Idem.*

<sup>290</sup> *Idem.*

<sup>291</sup> *Idem.*

<sup>292</sup> *Idem.*

episódio do asilo concedido ao general Humberto Delgado. Com essa obra ganhou o prêmio Jabuti, conferido pela Câmara Brasileira do Livro.<sup>293</sup>

Outro jornalista de destaque nesse período no *Correio da Manhã* foi Aderson Magalhães, que assinava com pseudônimo *All Right*, cujas crônicas eram publicadas sempre na página dois do Primeiro Caderno. Ao todo, publicou mais de 15.000 crônicas, que eram reproduzidas em outros jornais do país, além do *Correio da Manhã*.

Aderson Magalhães nasceu em Ipu, no Ceará, em 9 de junho de 1896. Transferiu-se para o Rio de Janeiro com 18 anos, depois de passar um período vivendo na Amazônia. Iniciou sua carreira de jornalista em 1914, depois de fazer uma apresentação sobre Rui Barbosa para Edmundo Bittencourt, então diretor do *Correio da Manhã*.

Paralelamente à sua função de jornalista no *Correio*, trabalhou como funcionário da Secretaria da Câmara dos Deputados. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, porém nunca exerceu a profissão.<sup>294</sup> Sua paixão era mesmo a redação do periódico carioca, onde ficou por 49 anos produzindo crônicas que faziam referência a temas diversos, como a degradação do campo em relação às cidades e principalmente a política nacional. No processo eleitoral de 1955, também defendeu a escolha do candidato Juscelino Kubistchek, afirmando que esta era “natural” devido a sua trajetória política, como administrador no estado de Minas Gerais.

Vale assinalar que Aderson Magalhães fez forte campanha contrária ao processo de transferência da capital federal para Brasília, como destacado no Capítulo 2 deste trabalho. Os textos de *All Right* referem-se, muitas vezes, ao tema do desenvolvimento. Chamou atenção, em algumas crônicas durante o primeiro ano de governo de Juscelino, para a “falta de pulso” do presidente para resolver questões de ordem política e econômica.

Muitos foram os jornalistas que passaram pela redação do *Correio da Manhã*, atuando na produção de artigos e editoriais e no debate de questões da política e da sociedade brasileira. A composição heterogênea da redação do periódico pode ter colaborado para imprimir a chamada “ortografia da casa”, lembrada nas memórias de Antonio Callado, Costa Rego e Luiz Alberto Bahia, entre outros, e responsável, segundo os mesmos, pela imagem do jornal de “defensor da legalidade” no país. A leitura dos depoimentos e memórias desses

---

<sup>293</sup> Álvaro Lins voltou ao jornalismo em 1961, na direção o suplemento literário do *Diário de Notícias*, no Rio de Janeiro. Em 1963, fundou o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), associação carioca que visava à formação de uma frente única com organizações sindicais, estudantis e correntes políticas de esquerda, em defesa das liberdades democráticas e de reformas sociais.<sup>293</sup> O CTI foi extinto em 1964. No mesmo ano, aposentou-se da função jornalista, dedicando-se, a partir de então, exclusivamente, à literatura, até sua morte em 1970.

<sup>294</sup> Portal de História do Ceará. Disponível em:

<http://www.ceara.pro.br/cearenses/listapornomedetalhe.php?pid=32686>. Acessado em 01 de maio de 2013.

profissionais, publicados na reduzida bibliografia referente à história do periódico, nos fez refletir sobre a representação construída em torno do *Correio da Manhã*. A legalidade, a recusa a uma posição partidária e a defesa dos direitos dos cidadãos foram apenas algumas características descritas, associadas a essa representação. Refutamos esse ideário que criou uma película tênue para a marca (imagem) do jornal, que o transformou em um veículo “heroico”, defensor do povo brasileiro. Posteriormente, nos anos 1960 e 1970, essa marca transformaria o periódico em vítima perseguida e “assassinada” pela Ditadura Militar, como sugerido por Jeferson de Andrade, em seu livro *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã* (1991). Nossa análise, diferentemente, leva ao entendimento de que, mesmo diante desta representação do periódico, seus jornalistas tiveram sua ação intelectual ampliada e foram capazes de formular, através de seus textos de opiniões, posições partidárias.

### 3.4. O jornalismo e os jornalistas intelectuais

Segundo Ciro Marcondes Filho, o jornalismo nasce com a necessidade transmitir informações de forma legível e acessível ao público<sup>295</sup>. A reforma dos jornais brasileiros nos anos 1950 levou ao desenvolvimento de um conjunto de técnicas e procedimentos destinados a produzir a notícia, segundo padrões industriais e balizados por princípios como a objetividade. Dotado de uma competência técnica fundada em saberes ensinados, o jornalismo se caracterizava a partir de então como um “*métier*”, um domínio delimitado e com capacidades estabelecidas.<sup>296</sup> Podemos afirmar que o jornalismo se converteu quase que num sinônimo das práticas da reportagem, edição e diagramação. O jornalista, por sua vez, seria o profissional envolvido nessa operação. Para Juarez Bahia, a missão do jornalismo se confunde com a natureza da informação. Sua prioridade básica era difundir notícias, sendo estas a base do jornalismo, seu objetivo e seu fim.<sup>297</sup>

Ao analisar a trajetória dos jornalistas do *Correio da Manhã*, no período do governo de Juscelino Kubitschek, podemos assinalar que a atividade jornalística ganhou então um status diferenciado, considerada como essencial ao funcionamento da estrutura social. Para Erik Néveu, inúmeros jornalistas vivem seu “*métier*” como uma “missão” ao serviço do

<sup>295</sup> FILHO, Ciro Marcondes. *O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986. p. 12.

<sup>296</sup> RUELLAN, D. Le professionnallisme du flou. *Reseaux*, n. 51, 1992, p.27.

<sup>297</sup> BAHIA, Luís Alberto. *Op. cit.*, p.20 e 35.

público a quem eles trazem informações.<sup>298</sup> Para esse autor, ser jornalista é ser o mediador que torna visível a vida social, o “pedagogo” e o “organizador” que funciona com “iluminador” em meio ao caos dos eventos.<sup>299</sup> Não se trata aqui do jornalismo opinativo e político, mas sim da ambivalência discursiva, em que o jornalista reconheceu, ao mesmo tempo, a competência técnica e a sua filiação intelectual,<sup>300</sup> para além dessa atividade.

Durante o processo de construção e reestruturação do jornalismo brasileiro durante os anos 1950, podemos assinalar que a notícia foi amplamente entendida não como produto e sim com resultado da técnica e do tratamento por meio da intervenção intelectual do jornalista, que ganhou uma nova dimensão e passou a participar do processo de formação do público, da sociedade. A imprensa teria então a obrigação de “educar o público” a partir da finalidade de ajudar os leitores a distinguir o que é importante do que não é, no “labirinto da informação”.<sup>301</sup>

Ao analisar a trajetória dos jornalistas do *Correio da Manhã*, torna-se notória a identificação da função pedagógica do jornalista intelectual. O jornalista se encontra fortemente na concepção gramsciana, de “intelectual orgânico”<sup>302</sup>, devido a sua função potencial como instrumento de cooptação e educação do público. Nesse sentido, entendemos que todo grupo social exerce funções organizativas em sentido amplo, seja no campo da produção, seja no campo da cultura, seja no campo administrativo-político. Gramsci diferencia a concepção entre intelectual orgânico e intelectual tradicional. Para ele o intelectual é todo aquele que cumpre uma função organizadora na sociedade, sendo elaborado por uma classe em seu desenvolvimento histórico, que pode ser um tecnólogo ou um dirigente sindical ou partidário.

Os intelectuais tradicionais podem estar contidos dentro do clero ou academia, podendo se vincular às classes dominantes, adquirindo uma autonomia em relação aos interesses das classes sociais. Já o intelectual orgânico é entendido como aquele que se mistura à massa, levando a essa a conscientização política; ele age em meio ao povo, nas ruas, nos partidos e sindicatos. Pode ser tanto o acadêmico, o jornalista, o ator e o escritor, quanto o intelectual coletivo. Em suma, todo homem é um intelectual em potencial.

Gramsci destaca que ocorre uma ligação entre comunicação, ideologia e o trabalho de intelectuais dentro da cultura, quando se refere ao intelectual do jornalismo. Para ele, a

<sup>298</sup> NÉVEU, Erik. *Sociologie du journalisme*. Paris: La Decouverte, 2001. p. 15.

<sup>299</sup> *Idem*. p.19.

<sup>300</sup> RUELLAN, D. *Op. cit.* p. 82.

<sup>301</sup> BAHIA, Luís Alberto. *Op. cit.* p. 27.

<sup>302</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 147.

atividade jornalística é associada ao intelectual orgânico, o que se relaciona com os métodos adotados para que o periódico atenda o seu público e seja efetivo. Sobre jornalismo, argumenta:

O tipo de jornalismo estudado nestas notas é o que poderia ser chamado de “integral” (...), isto é, o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver tais necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar o seu público e ampliar progressivamente sua área.<sup>303</sup>

Para o comunista da Sardenha, o jornal é formado “como ponto de partida, de um agrupamento cultural (em sentido lato) mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral.”<sup>304</sup>

Ainda reportando-se ao jornalismo e à organização do *Correio da Manhã*, destaco Gramsci quando analisa as possíveis razões de sucesso de um veículo impresso: “a orientação redacional deveria ser fortemente organizada, de modo a produzir um trabalho intelectualmente homogêneo, apesar da necessária variedade de estilo e das personalidades.”<sup>305</sup> Um periódico, ao definir seu público, teria que buscar uma linguagem que apresentasse aos seus leitores assuntos variados, mas dentro de uma orientação, seguindo uma linha editorial coerente. É válido ressaltar que os jornalistas, no caso, devem ser não apenas produtores das matérias, mas dirigentes de sua própria publicação.

O *Correio da Manhã* se enquadra na percepção gramsciana, ao passo que identificamos coerentes posições dos jornalistas com a posição editorial do jornal. Nos depoimentos, verificamos que esta posição homogênea se coaduna com o ideário defendido pelo proprietário do periódico.

Gramsci atribui grande importância ao papel da imprensa, de um modo geral. Argumenta ser esta um “partido ampliado”, no sentido de, como um partido, luta por um determinado objetivo. Para ele, o jornal está inserido dentro do que chamou de aparelhos privados de hegemonia, já que atuam na construção e na manutenção da hegemonia. Exercem também um papel contra-hegemônico, contribuindo, neste caso, para a substituição de uma hegemonia por outra. O trabalho dos intelectuais orgânicos ajuda na difusão de uma nova percepção, para torná-la senso comum, na sociedade civil, para que se transforme em visão de mundo das várias classes sociais.

---

<sup>303</sup> *Idem.* p. 147.

<sup>304</sup> *Idem.* p. 147.

<sup>305</sup> *Idem.* p. 154.

Para o autor, também um jornal pode ser usado como um “partido ampliado”, buscando alargar a ação de conquista do poder mediante a construção de uma nova hegemonia e, portanto, da instalação de uma nova ideologia. Outro ponto a ser destacar é a ligação da ação do jornal à dos intelectuais orgânicos, base para o processo de estabelecimento de uma nova hegemonia ou da manutenção da existente.

Ao destacar o papel do intelectual, entendido como “um profissional especializado (*skilled*) que conhece o funcionamento de “máquinas próprias especializadas”, cabe a “apresentação e representação em todos os seus aspectos positivos e em suas negações tradicionais, relacionando sempre cada aspecto parcial à totalidade”<sup>306</sup>, a formação de uma consciência crítica ajudando na construção da nova hegemonia. Portanto, o papel do jornal está integrado ao do jornalista. Segundo Gramsci os dois podem – e devem – exercer um papel de formação de uma cultura, criando uma nova consciência, ajudando na difusão e implantação de uma nova ideologia e, como consequência deste trabalho, construindo uma nova hegemonia.

Seguindo essa perspectiva, consideramos que, nos anos 1950, o jornalismo brasileiro, além de dominar a técnica e obter o reconhecimento profissional, colocou-se no desempenho de uma função social, já que sua prática estaria calcada na ideia de que existia para servir à sociedade. O público acaba sendo visto como uma instância de legitimação profissional.

\*\*\*

O olhar diferenciado de Gramsci contribuiu na pesquisa no sentido de propiciar o entendimento do jornalista intelectual como um ator que age, atua, participa, ensina, organiza e conduz, para a construção de uma nova visão de mundo. Seu engajamento intelectual o coloca como um profissional em ação, um não funcionando sem o outro.

---

<sup>306</sup> *Idem.* p. 160.

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nos levou, simultaneamente, a considerações sobre o jornalismo dos anos 1950 e sobre as histórias e memórias do jornalismo brasileiro, com seus valores e referenciais de verdade. Mas nos levou, também, a considerações que dizem respeito ao tipo de “verdade” construída nesse período. Quando nos referimos aos jornalistas ou ao jornalismo, trabalhamos com imagens e práticas que vimos serem constituídas, predominantemente, no material pesquisado. Nosso estudo se deteve nos sentidos predominantes, ou representações, sobre o jornalismo e os jornalistas.

A documentação primária levantada e a leitura de bibliografia secundária nos levaram a compreender a constituição do novo “modelo” jornalístico que se foi afirmando através da interpretação e dos sentidos a ele atribuídos no período analisado e da sua convivência com elementos tradicionais do fazer jornalístico. A opção por focalizar o olhar do *Correio da Manhã* sobre a política nacional nos levou a identificar aspectos do pensamento e das ideologias políticas em debate durante o governo Juscelino Kubitschek. O estudo nos leva a negar as oposições de termos entre o jornalismo que se modernizava e a atividade jornalística disciplinada e cada vez menos autônoma, entre o considerado “novo” que se criava e a disciplina do trabalho jornalístico. Acreditamos que as ideologias e práticas políticas da segunda metade dos anos 1950 devam ser pensadas também nesse sentido, evitando-se, na história do jornalismo e em outros campos dos estudos que se voltam para o período, uma visão de que o tempo, seus personagens, assim como o emaranhado de suas ações políticas e ideias, estariam “destacados” dos períodos de arbítrio que os antecederam e também que os sucederam.

O objetivo da pesquisa era compreender o olhar do *Correio da Manhã* sobre o governo JK, vislumbrando como este veículo funcionou como um aparelho privado de hegemonia, no sentido gramsciano, ainda que o discurso construído pelo jornal fosse calcado na independência, no caráter “apartidário” do órgão de “defesa da legalidade”. Para tal, tivemos que entender as concepções acerca do jornalismo no período, por meio da análise dos textos aos quais tivemos acesso, em sua maioria escritos por jornalistas. Extraíremos, portanto, aspectos das concepções da época a respeito das relações entre jornalismo e política.

Nos debates do primeiro capítulo, vimos afirmar-se, simultaneamente, por aqueles que vivenciaram as transformações do período, um modo de compreender o que se passava no campo do jornalismo e um modo de compreender o que ocorria com a sociedade brasileira, com o aprofundamento do padrão de industrialização na segunda metade dos anos 1950. Os

documentos e bibliografia trabalhados apontam para as opções que predominaram, no jornalismo ou no campo mais amplo dos projetos de Brasil, sendo o progresso técnico o que constitui essa história, assim como muitos de seus desdobramentos.

Consideramos que as percepções predominantes potencializavam a própria negação da política, em uma ambivalência que percorreu os textos analisados no segundo capítulo, que se caracterizavam, em princípio, por um viés liberal. Por outro lado, a bibliografia produzida sobre o período incorpora a afirmação das estratégias de credibilidade cultivadas pelo próprio jornalismo (incluída aí a defesa da profissionalização), trabalhando no sentido de uma homogeneização do trabalho jornalístico, que ganharia força depois dos anos 1950. Os textos são marcados, dessa forma, por uma ambivalência que indica aspectos relevantes, como a afirmação da “missão” desinteressada do jornalismo, as práticas negadoras de conflitos e, por fim, o reforço da legitimidade que resultaria, segundo o material estudado, em um aumento das restrições impostas à própria atividade jornalística como processo interpretativo e opinativo.

A ideia de que o *Correio da Manhã* representava interesses gerais, por meio de práticas isentas, é negada pela pesquisa, que recusa o lugar comum que remete à missão de esclarecimento exercida pela imprensa. A ligação dos profissionais de imprensa com a política na segunda metade dos anos 1950, o discurso do periódico defendendo a legalidade das eleições e os projetos propostos pelo governo JK e a posterior campanha de oposição à transferência da capital fornecem elementos para essa afirmação. Nessa perspectiva, não ocorre a oposição entre estética e ética, entre modernidade e evolução do trabalho jornalístico, por um lado, e entre jornalismo e política, de outro. Todos esses elementos estão presentes na estruturação da identidade predominante do *Correio*, segundo a imagem construída pelo periódico dentro da literatura de referência.

Os resultados dessa empreitada nos levam a concluir que o *Correio da Manhã* aderiu à modernização técnica e editorial, acompanhando o processo de transformação da imprensa brasileira, iniciado na década de 1950, fruto da crescente industrialização e urbanização, período em que se destacou como um dos principais jornais do Rio de Janeiro, como um dos mais lidos e influentes. Contudo, manteve, em sua linha editorial, um caráter combativo, veiculando as ideias em debate e espelhando as disputas em busca de posições no campo político. Dessa forma, conjugando os resultados deste trabalho, afirmamos que o jornal funcionou, também, como um *aparelho privado de hegemonia*, pois defendeu proposições sobre a condução da política nacional, no momento de implantação do projeto nacional-desenvolvimentista, distintamente do que faz a bibliografia referente ao jornal, que argumenta

que o *Correio da Manhã* se caracterizava antes pelo caráter apartidário e pelo cumprimento da função de “vigilante” e defensor da legalidade.

O *Correio da Manhã*, ao se declarar legalista e apartidário, buscava exercer o papel em geral associado à imprensa, no ideário liberal. Contudo, não se mostrou neutro diante dos debates nos campos político e do jornalismo.

## FONTES

### Fontes primárias:

#### Correio da Manhã (editoriais)

- As armas e os barões, de 08 de janeiro de 1957, p. 6
- Aliado ou inimigo, de 13 de abril de 1955, p.6.
- A nova meta, de 01 de janeiro de 1959, p.6.
- Aprendiz de feiticeiro, de 13 de janeiro de 1957, p.6.
- As reformas, de 4 de abril de 1959, p. 6.
- Desliga-se o “Correio” do Sr Kubitschek, de 28 de abril de 1955, p.6.
- Dias intranquilos, de 3 de janeiro de 1960, p.6.
- Editorial CM, 15 de junho de 1901.p.2. .
- Guardião da Democracia, de 29 de janeiro de 1955, p.6.
- Maioria e reformas, de 9 de fevereiro de 1956, p. 6.
- O consumidor financia, de 19 de fevereiro de 1957, p. 6.
- O foguete dos preços, de 12 de janeiro de 1957, p. 6.
- O país fiscaliza, de 05 de fevereiro de 1957, p. 6.
- O trabalhismo falsificado. 13/03/1951, p.2.
- Papoula Vermelha, de 14 de junho de 1959, p. 6.
- Paz de Brasília, de 22 de março de 1960, p.6.
- Pôquer a beira do abismo, de 15 de junho de 1959, p. 6.
- Superintendência do Nordeste, de 9 de janeiro de 1960, p. 6.
- Um programa, 7 de janeiro de 1956, p. 6.
- Um governo responsável, de 08 de janeiro de 1956, p. 6.
- Ufania e dieta, de 6 de janeiro de 1957.p.6

#### Artigos e discursos

- A revolução necessária, de 7 de janeiro de 1956, p. 2. (Augusto Frederico Schmidt)
- Ao público. p.2 de 17/03/1929. (Paulo Bittencourt)
- Discurso presidencial transcrito da “Voz do Brasil”, 1º de janeiro de 1959, p.4.
- Dr. Paulo Bittencourt. 09/01/1923, p.2. (Antonio Callado)
- Editor-chefe. 08/07/54, p.2. (Paulo Bittencourt)

Juarez e o golpe, de 4 de setembro de 1955, p.2. (Edmundo Moniz)

Mudança da Capital, de 10 de fevereiro de 1956, p.2 (Aderson Magalhães – *All Right*)

Morreu Paulo Bittencourt, de 3 de agosto de 1963, p. 2.

Saudades de um Brasil. 11/08/55, p. 2. (Augusto Frederico Schmidt)

### **Tribuna da Imprensa**

Editorial, de 9 de novembro de 1955, p.5.

### **Manchete**

David Nasser (entrevista) Manchete, 1965.p. 96-97.

### **Anuários e Relatórios**

*Anuário Brasileiro de Imprensa.*

[http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao\\_digital\\_publicacoes\\_multiplo.php?link=AEB&titulo=Anu%20E1rio%20Estat%EDstico%20do%20Brasil](http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=AEB&titulo=Anu%20E1rio%20Estat%EDstico%20do%20Brasil)

*Anuário Brasileiro de Imprensa.* Rio de Janeiro, PN. 1954.

*Anuário Brasileiro de Imprensa.* Rio de Janeiro. PN, 1955.

*Anuário Brasileiro de Imprensa, Rádio e Televisão.* Rio de Janeiro. PN, 1957-1960, p. 65.

### **SITE**

Portal de História do Ceará

<http://www.ceara.pro.br/cearenses/listapornomedetalhe.php?pid=32686>. Acessado em 01 de maio de 2013.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ABRANCHES, Sérgio. *O processo legislativo: conflito e conciliação na política brasileira*. Dissertação em Ciências Sociais, Brasília, UNB, 1973.
- ABREU, Alzira Alves de et al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>.
- ABREU, Alzira Alves de. (Org). *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. São Paulo: Campus, 1995.
- ALDÉ, Alessandra. *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- ANDRADE, Jeferson de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Marialva (org.). *Estudos de jornalismo (I)*. Campo Grande, Intercom, 2001.
- \_\_\_\_\_. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Murad X, 2007.
- BARROS FILHO, C. de e MARTINO, L. M. S. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.
- BENEVIDES, Maria Victória. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956 -1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BIELSCHOWSKI, Ricardo Alberto (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- BOMENY, Helena. Utopias de cidade: as utopias do modernismo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. La representation politique: éléments pour une théorie du champ politique. *Actes de la Recherche en Science Sociales*, 1981, n. 36-37.
- CAPELATO, Maria Helena e MOTA, Carlos Guilherme. *A história da Folha de S. Paulo – 1921-1981*. São Paulo Impress. 1982.
- CAPELATO, Maria Helena. Imprensa: fábrica de notícias. *Cadernos de jornalismo e editoração*. v. II, n. 25, junho de 1990. p. 5-24.
- CONY, Carlos Heitor. Entrevista a Daniel Piza. In: Piza Daniel. *Perfis & entrevistas*. Escritores, artistas, cientistas. São Paulo: Contexto, 2004.
- COSTA REGO, Pedro da. *Águas passadas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Um panorama da política de desenvolvimento de Vargas*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. Disponível em:  
<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/PoliticaDesenvolvimento>>. Acessado em: 01 jun. 2012.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal*. São Paulo: Summus, 1986.
- DOURADO, Autran. *A serviço del-Rei*. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1974.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A reforma do Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de (org). *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- \_\_\_\_\_. Imprensa e modernização dos anos 50: a reforma do Jornal do Brasil. *Anuário Brasileiro da Pesquisa em Jornalismo*, nº. 2, 1993, p. 23-47.

- FILHO, Ciro Marcondes. *O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986.
- GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo política à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
- GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- GOMES, W. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Os intelectuais. O princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 2.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HERMANO, R. T. C. *Pierre Bourdieu: a teoria na prática*. *RAP*, jan/fev de 2006, p. 27-55.
- JEANNENEY, Jean-Noel. *Uma história da comunicação social*. Terramar, 1996
- LAFER, Celso. *JK e o programa de metas, 1956-1961: processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- \_\_\_\_\_. O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFFER, Betty Mindlin (org.). *Planejamento no Brasil*. 3ª ed.; São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Mídia e transição democrática: a (des) institucionalização do pan-óptico no Brasil*. In: ABREU, Alzira Alves de (org). *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Evolução e crise do sistema partidário brasileiro*. In: FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.
- LIMA, Rodrigo Oliveira de. *Brasil-FMI: política externa financeira no desenvolvimento internacional*. Tese de Doutorado em Ciência Social, PUC-SP, 2011.

- LUCA, Tânia Regina e MARTINS, Ana Luiza (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 3ª ed. São Paulo; Petrópolis: Polis/Vozes, 1985.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia: opções de desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha. Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova. Revista de Cultura Política*, v. 56, 2002, p. 155-184.
- MOREIRA, Vania Maria Losada. *Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins (1956 – 1961)*. Vitória: EDUFES, 1998.
- MOREL, Edmar. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- MOREL, Marco. *O surgimento da imprensa no Brasil: questões atuais*. Maracanan, 2007, p 17-30.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. In: *O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.
- NÉVEU, Erik. *Sociologie du journalisme*. Paris: La Decouverte, 2001, p.25-48.
- OLIVEIRA, Gil Vicente. *Imagens Subversivas: regime militar e o fotojornalismo do Correio Da Manhã (1964 - 1969)*. Dissertação de mestrado em História, UFF, 1996.
- OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti de. *A “educação ideológica” no projeto de desenvolvimento nacional do ISEB (1955-1964)*. Tese de doutorado em Educação, PUC-Rio, 2006.
- ORENTEINSTEIN, Luís e SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961 In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. São Paulo: Campus, 1995.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- \_\_\_\_\_. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. (org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais, n.39).
- OTTOLENGHI, Franco. Jornalismo. In.: *Vocabulário gramsciano*. Filosofia e questões teóricas. Fund. Lauro Campos. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/152-documento/246-vocabulariogramsciano>  
Acessado em: 08/03/2013.
- PALAZZO, José Truda. *O planejamento do desenvolvimento econômico: o caso brasileiro*. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis da UFRGS, 1977.
- PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã: compromisso com a verdade*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2001 (Caderno de Comunicação: Série Memória).
- QUINTERO, A. *História da Imprensa*. Plátano: Lisboa, 1996.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- \_\_\_\_\_. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950. In: BARBOSA, Marialva (org.). *Estudos de Jornalismo (I)*. Campo Grande, Intercom, 2001, p. 15-35.
- \_\_\_\_\_. *Memória de jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50*. Artigo apresentado no GT de Jornalismo da COMPOS, 2002, p. 20-45.
- \_\_\_\_\_. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa nos anos de 1950*. *Estudos Históricos*, n. 31, 2003, p. 01-27.
- RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira e ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003.
- RUELLAN, D. Le professionnalisme du flou. *Reseaux*, v. 51, 1992, 35-50.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Coalizões parlamentares e instabilidade governamental. In: FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

- SILVA, Alexandra de Mello e. *A política externa de JK: a operação Pan Americana*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.
- SILVA, Carla Luciana. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009. (Tempos Históricos).
- SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. *Estudantes X Polícia: o Movimento Estudantil da Guanabara e suas manifestações de protesto entre 1964 e 1968. O olhar do Correio da Manhã, do Governo Federal e dos Militares*. Dissertação de mestrado em História Social, UERJ-FFP, 2012.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª. ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- \_\_\_\_\_. A formação dos partidos nacionais. In: FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- TOKARSKI, Flavia Millena Biroli. *Com a corrente: modernidade, democracia e seus sentidos no jornalismo brasileiro dos anos 1950*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Unicamp, 2003.
- VANDENBERGUE, F. Construção e crítica na nova sociologia francesa. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 21, n. 2, maio/agosto de 2006, p. 323-345.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A dupla face de Jano: romantismo e populismo. In: GOMES, Angela de Castro (Org). *O Brasil de JK*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. 16ª Ed. São Paulo: Record, 1998.
- WEBER, M. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. *Lua Nova*, n. 55-56, 2002.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. *O oopulismo na política brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- WOLF, M. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.